

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – IE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PPGEA

Alex Nunes Molina

FORMAÇÃO DE EDUCADORES (AS) AMBIENTAIS NO CONTEXTO DO
LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE

Rio Grande

2018

Alex Nunes Molina

FORMAÇÃO DE EDUCADORES (AS) AMBIENTAIS NO CONTEXTO DO
LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, na linha de Pesquisa Educação Ambiental: Ensino e Formação de Educadores (as) (EAEFE) da Universidade Federal do Rio Grande FURG, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Educação Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Luis Fernando Minasi

Rio Grande

2018

Ficha catalográfica

M722f Molina, Alex Nunes.
Formação de educadores (as) ambientais no contexto do licenciamento ambiental do município do Rio Grande / Alex Nunes Molina. – 2018.
138 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2018.
Orientador: Dr. Luis Fernando Minasi.

1. Educação Ambiental 2. Formação de Educadores(as) Ambientais 3. Licenciamento Ambiental 4. Formação Continuada 5. Políticas Públicas I. Minasi, Luis Fernando II. Título.

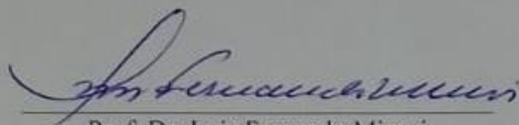
CDU 371.134(816.5RG)

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

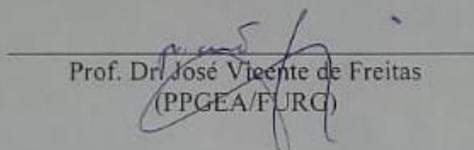
Alex Nunes Molina

“Formação de Educadores (as) Ambientais no Contexto do Licenciamento Ambiental do Município do Rio Grande”

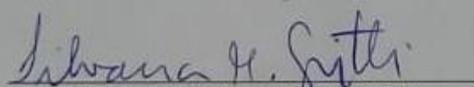
Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:



Prof. Dr. Luis Fernando Minasi
(PPGEA/FURG)



Prof. Dr. José Vicente de Freitas
(PPGEA/FURG)



Prof. Dr. Silvana Maria Gritti
(UNIPAMPA)

ESCLARECIMENTO

Esta pesquisa é desenvolvida junto à linha de pesquisa Educação Ambiental: Ensino e Formação de Educadores (as) (EAEFE), tendo como apoio as investigações desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Marxismo e Educação Ambiental, sob o codinome Grupo Pão, Manteiga e Marx_Café de Sábado, coordenado pela Mestre em Educação Ambiental Darlene Silveira Cabrera. A temática deste estudo encontra significado, quando não se limita à direção única de uma comunidade ou mesmo região. Ocupando-se também com um estudo que possa contemplar outros lugares que não sejam somente seu contexto. Esta pesquisa foi concebida dentro da temática geral *Formação de Educadores Ambientais*.

Coordenador da Temática Geral

Prof. Dr. Luís Fernando Minasi

Coordenadora do Grupo de Estudos

Prof^ª. Me. Darlene Silveira Cabrera

AGRADECIMENTOS

Olhando para a conjuntura, agradeço à Classe Trabalhadora, principalmente a Classe Trabalhadora brasileira, fiel mantenedora do Estado, injustamente sacrificada, massacrada por desgovernos de retrocessos, conservadores, pragmáticos, laranjas, familiares e golpistas.

Buscando ser fiel aos que me permitem ser quem sou, agradeço primeiramente a minha mãe, Maria Julia Nunes Molina, trabalhadora de jornadas infinitas, batalhadora e rebelde em silêncio, viabilizadora da vida, da educação, da escolarização, de tudo. Dentro de sua simplicidade e humildade, leal as nossas necessidades, valores, amores.

Rodinei Molina, meu pai, agradeço por viabilizar junto com a mãe a vida e os valores que temos e fomos ressignificando, principalmente ao consumir seu tempo vida, como pescador enclausurado por semanas em um barco de pesca em alto mar, para prover, por meio do seu trabalho, as condições financeiras a nós, que tanto lhes faltavam em sua vida enquanto filhos.

Impossível seguir nesse caminho sem a presença da minha irmã, Juliana Nunes Molina, minha querida Pafúncia, sem a qual os dias não seriam completos. Principalmente a cada beijo, abraço ou lambida na testa – de minha parte nela – provocando sensações estomacais que só a própria é capaz de descrever. Mais do que isso, minha confiança extrema, ininterrupta e completa.

Grato também ao meu querido amigo Seu Senhor Oscar – Oscar Lovato – não apenas por não me permitir desistir, lá nos tempos de pré-vestibular, mas por trazer a mim um significado eficaz de que cultura inútil nunca é inútil, pois a vida é muito mais que acumulação, é significado. Um amigo estimado que viabilizou mais do que formação, compartilhou comigo seus filhos, netos, deu-me amigos e amigas indispensáveis para minha existência.

Aqui, marco minha estimada companheira, Darlene Silveira Cabrera, cujas linhas que seguem nesse trabalho trazem seu pensar, suas impressões digitais, seu suor, seu sufocar por minhas perguntas tontas e inadequadas ao momento. Porém, traz ela à minha vida parte crucial do ressignificar constante que perpassa minha existência. Possibilidade incapaz de acontecer sem sua presença material, num compartilhar de atos, fatos, de pensar e agir conjunto. Na gigantesca capacidade de compreender em mim o incompreensível, de indeterminar o meu limite, de extrapolar a dispersão do que é estar presente. Uma entrega, leal, do seu tempo de vida a nós.

Demasiadamente honrado, fico, por ter um orientador – Luis Fernando Minasi – que posso chamar de amigo, camarada, fiel e valente companheiro. Contando não apenas neste momento, mas mutuamente, para a vida. Apaixonado, sou eternamente envolvido à banca que viabiliza esse momento – José Vicente Freitas e Silvana Maria Gritti – cujas considerações dignas de amizade, palavras, afeto, apoio, fazem parte de uma mudança significativa de vida, inclusive viabilizando novos caminhos profissionais. Incluo ainda nesta lista a importância de ter como membro da qualificação a querida amiga Luciana Dolci, parte fundamental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG – instituição a qual marca nossa trajetória pelo indispensável serviço público que presta.

Otimista, sigo levando, com muita dignidade, o curso de bacharel em Química de Alimentos, da minha amada Universidade Federal de Pelotas, como possibilidade de emancipação da Classe Trabalhadora, onde tivemos a oportunidade de conhecer e viver o Movimento Estudantil, fato que nos tornou ainda mais apaixonado pela vida, pelas possibilidades infinitas, pela materialidade do mundo, pelas mudanças e por mudar.

Resumo

O presente estudo de dissertação de mestrado teve como fenômeno de pesquisa compreender que contradições existem na Formação de Educadores(as) Ambientais, no Licenciamento e Fiscalização Ambiental do município do Rio Grande (RS). Esses Educadores(as) Ambientais – referenciados como gestores(as) ambientais pelo Convênio nº 069/2015 – são considerados nessa pesquisa Educadores(as) Ambientais por serem responsáveis pela solicitação, aprovação e efetivação de Programas de Educação Ambiental, bem como demais legislação ambiental vigente, no cerne do Licenciamento e Fiscalização Ambiental municipal. Nossos sujeitos de pesquisa são todos Servidores(as) Públicos(as) Efetivos(as) da Prefeitura Municipal do Rio Grande (PMRG), lotados na Secretaria de Município do Meio Ambiente (SMMA). A pesquisa almejou compreender que contradições existem nesse processo formativo efetivado pelo Convênio contratado pela Prefeitura junto à Universidade Federal do Rio Grande. Para tanto, foram elencadas duas hipóteses: (1) Há contradições na Formação de Educadores(as) Ambientais desenvolvida pelo Convênio nº 069/2015, que podem dificultar a compreensão da Educação Ambiental enquanto totalidade; (2) Existem situações-limite no processo de Formação de Educadores(as) Ambientais do Convênio nº 069/2015, que podem desfavorecer o desenvolvimento de uma Educação Ambiental no cerne do Licenciamento e Fiscalização Ambiental da PMRG. Portanto, foi desenvolvido um objetivo geral: que contradições existem na Formação de Educadores(as) Ambientais, desenvolvida pelo Convênio 069/2015, a qual pode vir a fundamentar uma Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental no município do Rio Grande?, e três objetivos específicos: (1) Analisar, interpretar, compreender que contradições existem na Formação de Educadores(as) Ambientais no Convênio nº 069/2015; (2) Compreender que Educação Ambiental está sendo preconizada no processo formador do Convênio nº 069/2015; (3) Analisar e interpretar que compreensão de Educação Ambiental os Gestores(as) Ambientais estão desenvolvendo a partir da relação formativa no Convênio nº 069/2015. Essa pesquisa foi elaborada, prioritariamente, a partir referencial teórico e epistemológico da teoria marxista, pelo viés da teoria que embasa esse estudo, se fez necessário a abordagem da pesquisa qualitativa. Posterior ao processo de revisão bibliográfica foram desenvolvidas entrevistas semiestruturadas e análise dos documentos oficiais do convênio. Logo, para apreciação das informações, foi utilizado o referencial metodológico da *Análise de Conteúdo* de Laurence Bardin.

Abstract

The present dissertation study had as a research phenomenon to understand that contradictions exist in the Training of Environmental Educators, in the Licensing and Environmental Inspection of the municipality of Rio Grande (RS). These Environmental Educators - referred to as environmental managers by Agreement No. 069/2015 - are considered in this research Environmental Educators because they are responsible for requesting, approving and executing Environmental Education Programs, as well as other environmental legislation in force, at the heart of the Municipal Environmental Licensing and Inspection. Our research subjects are all Public Servants of the Municipal Government of Rio Grande (PMRG), which are filled at the Secretariat of Municipality of the Environment (SMMA). The research aimed to understand that contradictions exist in this formation process effected by the Agreement hired by the City Hall at the Federal University of Rio Grande. For this, two hypotheses were listed: (1) There are contradictions in the Formation of Environmental Educators developed by Convention No. 069/2015, which may hinder the understanding of Environmental Education as a whole; (2) There are limiting situations in the Environmental Educators Training process of the Agreement No. 069/2015, which may undermine the development of an Environmental Education at the core of PMRG Environmental Licensing and Inspection. Therefore, a general objective was developed: what contradictions exist in the Formation of Environmental Educators, developed by the Agreement 069/2015, which may be the basis for Environmental Education in Environmental Licensing in the municipality of Rio Grande?, and three specific objectives : (1) To analyze, to interpret, to understand that contradictions exist in the Formation of Environmental Educators in the Agreement nº 069/2015; (2) Understand that Environmental Education is being advocated in the process of Formulation of Agreement No. 069/2015; (3) Analyze and interpret what understanding of Environmental Education Environmental Managers are developing from the formative relationship in Agreement No. 069/2015. This research was elaborated, as a matter of priority, from the theoretical and epistemological reference of Marxist theory, due to the bias of the theory behind this study, it became necessary to approach qualitative research. After the bibliographic review process, semi-structured interviews and analysis of the official documents of the agreement were developed. Therefore, to evaluate the information, the methodological framework of Laurence Bardin's Content Analysis was used.

LISTA DE SIGLAS

CMDDA – Coordenadoria Municipal de Defesa dos Direitos Animais
COMDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente (RS)
DAQ – Diretório Acadêmico da Química
DAQA – Diretório Acadêmico da Química de Alimentos
DCE – Diretório Central de Estudantes
DCNEA – Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental
DDT – Dicloro-difenil-tricloroetano
EA – Educação Ambiental
EAEFE – Educação Ambiental: Ensino e Formação de Professores (as)
FMMA – Fundo Municipal do Meio Ambiente
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IE – Instituto de Educação
ONU – Organização das Nações Unidas
PANACEA – Plano Andino-amazônico de Comunicação e Educação Ambiental
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
PIEA – Programa Internacional de Educação Ambiental
PLACEA – Programa Latino-Americano e Caribenho de Educação Ambiental
PMRG – Prefeitura Municipal do Rio Grande
PNE – Plano Nacional de Educação
PNEA – Plano Nacional de Educação Ambiental
PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente
PNUD - Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPGEA – Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental
ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental
Reuni – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RS – Rio Grande do Sul
SEMA-RS – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (RS)
SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente

SMMA – Secretaria de Município do Meio Ambiente

SuLFA – Superintendência de Licenciamento e Fiscalização Ambiental – PMRG

UAd – Unidade Administrativa Setorial

UAP – Unidade de Arborização e Poda

UEA – Unidade de Educação Ambiental

UFPeI – Universidade Federal de Pelotas

UIT – União Internacional das Telecomunicações

UIT- União Internacional de Telecomunicações

ULFA – Unidade de Licenciamento e Fiscalização Ambiental – PMRG

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPU – União Postal Universal

UTI – União Telegráfica Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. NOSSA ANÁLISE HISTÓRICA.....	14
1.1. Políticas Públicas Ambientais: <i>Aspectos geradores</i>	16
1.2. Políticas Públicas Ambientais: <i>Contradições e Tensionamentos</i>	24
2. POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS: OS TENSIONAMENTOS NOS MARCOS LEGAIS...39	
2.1. As heranças dos ventos da ditadura “militar-burguesa”: Política Nacional de Meio Ambiente.....	39
2.2. A Constituição de 88: o combustível midiático de liberdade da classe “não-trabalhadora” brasileira.....	41
2.3. Educação Ambiental como uma possibilidade de luta a favor da Classe Trabalhadora.....	43
3. DA DESCENTRALIZAÇÃO AMBIENTAL À PAUTA AMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS: A SMMA E O LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE.....	46
3.1 Como se desenvolveram pesquisador e pesquisa: o problema no fenômeno de pesquisa.....	50
3.2. Delimitação do problema de pesquisa: hipóteses e objetivos.....	58
4. METODOLOGIA COLETA E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES.....	62
5. UM MOVIMENTO FORMATIVO TENSIONADO ENTRE FORMAÇÃO DE GESTORES AMBIENTAIS E CONSULTORIA AMBIENTAL.....	67
6. AS COMPREENSÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL QUE MOBILIZAM SUJEITOS E O CONVÊNIO 069/2015.....	76
7. ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES.....	84
REFERÊNCIAS.....	90
APÊNDICES.....	93
ANEXOS.....	100

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado teve como objetivo pesquisar como ocorre o processo formativo dos Gestores (as) Ambientais, os quais estamos considerando como Educadores (as) Ambientais devido suas atribuições profissionais, da Prefeitura Municipal do Rio Grande (PMRG), mais especificamente da Unidade de Licenciamento e Fiscalização Ambiental (ULFA) da Secretaria de Município de Meio Ambiente (SMMA). Tivemos, portanto, como objetivo compreender que Educação Ambiental é preconizada nessa formação pela SMMA, a qual para desenvolvê-la estabeleceu o Convênio nº 069/2015 junto a Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Para tanto, nos preocupamos em compreender que Educação Ambiental se efetiva na Formação de Gestores (as) Ambientais municipais, considerando que a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) nos traz diretrizes nítidas à necessidade de concretizarmos no cerne da Gestão Pública municipal a Educação Ambiental.

Nesse sentido, também, justificamos a premência desse estudo ao considerarmos que a Educação Ambiental pode contribuir para que os seres humanos concebam a crise ambiental que vivemos como uma crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011). Assim, caracterizamos tal crise como uma crise do sistema capitalista, consolidada e deflagrada em todos os setores da sociedade contemporânea.

Buscamos nessa pesquisa referenciar historicamente nosso fenômeno partindo dos seus aspectos geradores e percorrendo suas contradições e tensionamentos. Ademais, nossos esforços foram no sentido de contextualizar e compreender a influência das políticas globais e nacionais na efetivação de Políticas Públicas Ambientais no Brasil, as quais acarretam tanto em ordem pública como privada, movimento pelo qual visamos entender as disputas eminentes entre classes antagônicas – classe trabalhadora e classe “não-trabalhadora” burguesa¹, almejando, assim, compreender como as Políticas Públicas são forjadas para implementar a dominação do modo de produção capitalista.

Tais questionamentos são parte do caminho histórico percorrido pelo pesquisador desse estudo, o qual tem como formação inicial a graduação em Química de Alimentos, tendo competências para o trabalho com o Licenciamento e Fiscalização Ambiental, bem como,

¹ Classe “não-trabalhadora” burguesa: denomina o conjunto de pessoas que vivem do não-trabalho, da classe hegemônica no modo de produção capitalista que compra o tempo de vida da Classe Trabalhadora em prol de acumular capital, promovendo a desigualdade social e a violência. Diz-se: da classe burguesa.

atualmente, ter desempenhado a função de Superintendente na Unidade de Licenciamento e Fiscalização Ambiental na SMMA da PMRG, onde, dentre suas atividades, o pesquisador despertou curiosidade sobre o Convênio nº 069/2015.

Para tanto, compreendemos por meio desse estudo que as contradições decorrentes do movimento formativo de Educadores (as) Ambientais podem vir a dificultar a compreensão da Educação Ambiental enquanto totalidade, bem como as situações-limite no processo de Formação podem estar desfavorecendo o desenvolvimento da Educação Ambiental como contribuição efetiva e fundamental no cerne da ULFA da PMRG.

Diante do desafio de compreender essa dinâmica, nos embasamos no referencial de Bardin (1977) sobre Análise de Conteúdo na tentativa de aprofundarmos nossa investigação, bem como adotamos a metodologia de entrevista semiestruturada – a qual é parte da análise – juntamente com documentos legais que compõe o Convênio 069/2015.

Desse modo, conduzimos nossa escrita buscando evidenciar as questões acerca de nossa proposta de pesquisa, abordamos pelo viés histórico as articulações teóricas e do aparato legal, assim como travamos reflexões acerca da constituição das Políticas Públicas Ambientais e seus entrecruzamentos com as políticas de governo de determinados períodos. Nesse interstício, nos posicionamos sobre o que compreendemos sobre classe, Estado, Políticas Públicas, Educação Ambiental e sociedade.

Nesse caminhar de nossa pesquisa, trabalhamos na efetivação de entrevistas semiestruturadas junto aos Servidores(as) Técnicos(as) Efetivos(as) da Unidade de Licenciamento e Fiscalização Ambiental da Secretaria de Município do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal do Rio Grande, tendo como balizador nossa necessidade de compreender que contradições existem na formação de Educadores(as) Ambientais, desenvolvida pelo Convênio nº 069/2015, contratado pela Prefeitura Municipal do Rio Grande junto à Universidade Federal do Rio Grande. Como desenvolvimento desse trabalho, efetivamos a Análise de Conteúdo como referencial para nossas investigações.

Por esse caminho metodológico, abarcamos nos resultados de nossa pesquisa o questionamento motivador deste trabalho: que contradições existem na Formação de Educadores(as) Ambientais, desenvolvida pelo Convênio nº 069/2015.

1. NOSSA ANÁLISE HISTÓRICA

Compreender a realidade a partir do materialismo histórico, buscando dialeticamente compreender a totalidade é o que nos conduz na busca pela apreensão do movimento desse fenômeno de pesquisa. Ao compreendermos o mundo por meio da totalidade, temos uma compreensão dialética, onde estamos entendendo a natureza e a realidade em constante movimento, e o conhecimento do real em momentos indivisíveis, como um todo articulado. Assim, nosso fenômeno de pesquisa se dá como uma totalidade concreta, a qual almejamos apreender em determinado tempo e espaço, em suas contradições inerentes, como fato que pode ser racionalmente compreendido (KOSIK, 1976).

Para isso, compreendemos que se faz necessário conceber nosso fenômeno de pesquisa por meio de seu processo histórico, aclarado pelos documentos legais que constituem esse período, os quais resultam em Políticas Públicas Ambientais. Desse modo, a temporalidade da nossa pesquisa se mostra vital, pois ao nos apoiarmos no materialismo histórico, buscamos compreender como as Políticas Públicas Ambientais são organizadas, para que possamos entender como se dão os processos de Formação Continuada de Gestores (as) Públicos, cuja prática constitui esses como Educadores (as) Ambientais.

Para tanto, no intuito didático, sistematizamos nossos diálogos respeitando os processos e suas questões históricas, apresentando uma estrutura que perpassa pelos *Aspectos Geradores* [subitem que discorreremos a seguir] dessas estruturas burocráticas, ou seja, a parte estruturante dos processos, visando conceber o que nos conduz para um ponto principal que gera as *Contradições e Tensionamentos* [subitem da pesquisa]. Para tal, exigirá desvelá-lo, à face dos Marcos Legais que instituem a Educação Ambiental e o Licenciamento Ambiental, os entrelaçamentos pela Constituição Federal, e seus desdobramentos na realidade da Gestão Ambiental Pública.

Para isso, conduzimos nossos esforços em analisar o campo da Educação Ambiental por meio de uma abordagem histórica, econômica e política (MARX, 2013), contextualizando com a apresentação dos grupos políticos que constituíram a gestão do Estado, os processos de desenvolvimento de Políticas Ambientais.

Nesse sentido, fomos motivados a compreender o caminho histórico percorrido pelos movimentos sociais: enfrentamento da Classe Trabalhadora frente a classe “não-trabalhadora” burguesa, que antecede as principais conferências globais, visando desvelar os perfis políticos à frente do Estado que tem o intuito de legitimar e fortalecer a expansão do modo de produção

capitalista. Tais objetivos, da classe “não-trabalhadora” burguesa, visam além da manutenção e expansão do poder econômico e político, refutar do atual modo de produção a responsabilidade pela crise ambiental, a qual compreendemos, como Mészáros (2011), enquanto uma crise estrutural do capital, devido ser uma crise do modo de produção capitalista.

Para isso, a consolidação das Políticas Públicas Ambientais são factuais ações preconizadas pelo poder hegemônico burguês da sociedade capitalista, principalmente pela ação da classe política dirigente – mas também por meio político de seus *lobistas*² – os quais desenvolvem ações que atendem para a consolidação dos interesses do capital.

Com a intenção de satisfazer as necessidades de manutenção do capital, os representantes políticos da classe “não-trabalhadora” burguesa, forjam ações de mulheres e homens, valendo-se do trabalho alienado (MARX, 2013), adensando a intervenção exploratória e desmedida do ser humano sobre a natureza.

Para tanto, essas intervenções são potencializadoras de conflitos e tensões com relação ao uso e ocupação dos espaços, em função de transformar a natureza “natural” em capital através da força de trabalho humana. Como resultado desse processo, o trabalho da classe trabalhadora se dá com objetivo de atender suas necessidades de existência, mas, também, gera a sobrevivência da classe “não-trabalhadora” burguesa.

No entanto, compreendemos que tais ações, desenvolvidas para garantir a efetivação do atual modo de produção capitalista, verdadeiro responsável pela crise ambiental, serão desveladas apenas quando conseguirmos, como classe trabalhadora, compreender a totalidade do mundo. Compreendendo assim, a realidade das relações existentes na sociedade contemporânea.

A categoria de totalidade significa (...), de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas. (LUKÁCS, 2003, p.240).

Dessa forma, estamos compreendendo que uma das possibilidades da Classe Trabalhadora desenvolver uma leitura de mundo que possibilite a apreensão da totalidade do real, perpassa o desenvolvimento da Educação Ambiental enquanto totalidade, a qual defendemos como princípio fundante dessa pesquisa.

² Utilizado pelo autor com a seguinte definição: é a pessoa que articula e manipula as negociações nas instâncias dos poderes da esfera pública para benefício próprio e de seus aliados, ou ainda para prejudicar os adversários.

1.1. Políticas Públicas Ambientais: *Aspectos geradores*

Compreendemos ser de extrema relevância identificar alguns marcos para a historicidade do processo de formação do Estado, onde encontramos em Atenas um ambiente relevante, subsidiados por Engels, que diz:

Não há lugar melhor que na antiga Atenas para se observar como o Estado se desenvolveu, pelo menos na primeira fase de sua evolução – em parte transformando os órgãos e, finalmente, alterando-os completamente com a instauração de efetivas autoridades estatais –, quando uma “força pública” armada a serviço dessas autoridades e, portanto, que podia ser dirigida também contra o povo, usurpou o lugar do verdadeiro “povo das armas” que havia organizado sua própria defesa nas *gens*, nas *fratias* e nas tribos. (ENGELS, 2012, P.105).

Quase que poeticamente, Engels nos ajuda a alicerçar as nossas compreensões quanto ao viés dos Aspectos Geradores das Políticas Públicas Ambientais, vivenciadas em pleno século XXI, com palavras elaboradas para descrever pensamentos sobre a gênese do Estado, em suas constatações na Gênese do Estado Ateniense, descrito por Engels (2012). Partimos, então, com essas compreensões de uma transformação da conjuntura social daquele momento para um caráter de demarcação autoritária, quebrando com as relações internas tribais e, perpetuando, assim, o verdadeiro viés do Estado, uma grande organização opressora. É por esse caminho que constituiremos nossas compreensões sobre os atos desenvolvidos pelo Estado burguês.

Como Engels retrata em sua obra: *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (2012), as organizações sociais pré-capitalistas³ se deram em diversas e diferentes formas, muitas vezes contemporâneas, mas, sem o advento da comunicação globalizada permaneceram com uma face de isolamento, questão que impulsiona o desenvolvimento do modo de produção capitalista posteriormente. Desde os primeiros estágios de formação da civilização até a institucionalização do Estado burguês atual, a humanidade empenhou-se arduamente em desenvolver táticas e técnicas para sua sobrevivência.

Inicialmente, as primeiras comunidades, mesmo oscilando de lugares, desenvolveram meios de defesa e ataque durante os conflitos, primordialmente objetivando a obtenção de alimentos. Para tanto, evidenciaremos alguns dos momentos desse movimento histórico, conforme corrobora Engels quando diz que:

³ Compreendemos as formações sociais pré-capitalistas a partir do que postula Marx na obra *Grundrisse* (2017): formações que antecedem o modo econômico de produção capitalista.

Morgan foi o primeiro que, com conhecimento de causa, tratou de introduzir uma ordem precisa na pré-história da humanidade. (...) Das três épocas principais – estado selvagem, barbárie e civilização – ele só se ocupa, naturalmente, das duas primeiras e da transição para a terceira. Subdivide cada uma nas fases inferior, média e superior, de acordo com os progressos na produção dos meios de subsistência. A habilidade nessa produção desempenha um papel decisivo na supremacia do homem na terra. O homem é, entre todos os seres, o único que logrou um domínio absoluto sobre a produção de alimentos. (ENGELS, 2012, p. 29).

Os processos sucessionais da humanidade, conforme organização feita por Engels, subsidiada pelas ideias de Morgan, nos situam perante a importância do desenvolvimento da capacidade de formação de linguagem na primeira fase do *Estado Selvagem*. Essa capacidade, sem dúvida, é de vital importância, pois sem ela não estaríamos efetivando a tarefa de escrever, inclusive, esse trabalho. Não teríamos, nem mesmo, as leituras, ideias, compreensões que compartilhamos através dos signos e, conseqüentemente, sua significação na linguagem até então desenvolvida (AMORIN, 2003).

Outras marcas importantes desse período são o domínio do fogo, no paleolítico, e a capacidade de evolução das ferramentas originando o arco e flecha, no neolítico, ambos artifícios vitais para o desenvolvimento da cadeia alimentar, categorizado por Morgan ainda no Estado Selvagem (ENGELS, 2012).

Ainda, seguindo as articulações definidas por Morgan na Barbárie em seu estágio inferior, nesta evolução alimentar, detectamos um crucial momento para o domínio humano sobre os outros animais e plantas (ENGELS, 2012), sugerindo-nos um dos princípios do antropocentrismo. Para tanto, retomando o início do desenvolvimento da dominação da produção de alimentos, destacamos este como um dos fatos cruciais para o fim do nomadismo, culminando com o desenvolvimento da fixação das comunidades.

Neste sentido, como corrobora Marx (2017), nos Grundrisse, mais especificamente no capítulo sobre as Formas que Precedem a Produção Capitalista, o fim do gregarismo é concebido como traço vital para a delimitação das primeiras formas de organizações sociais, ainda tribais, de mesmo modo como concebe Engels (2012).

Segundo Marx (2017), a forma de relação com o trabalho está intimamente ligada à forma como a humanidade se relaciona com a propriedade da terra. Não obstante, compreendemos como algumas das formas de organização das sociedades – ao longo da história da humanidade – precederam ao atual modo de produção capitalista. Nesse sentido, entendemos que essas organizações sociais – as quais concebemos como formações econômicas que precederam o capitalismo – não se desenvolveram na materialidade do mundo de forma linear.

Na realidade, essas formações coexistiram isoladamente a partir das condições materiais: meio físico natural e meio cultural, em diferentes lugares. Relações essas que somente se percebiam de forma isolada devido à inexistência de tecnologia capaz de prover a comunicação entre elas. Essa questão de comunicação entre as comunidades, de modo articulado, virá a tomar conta da sociedade humana após a efetivação do modo de produção capitalista e o advento da globalização, como controle da comunicação social e ferramenta de cerceamento da classe trabalhadora (SANTOS, 2014).

Para tanto, compreendemos que as diferentes formações que precederam o capitalismo se organizaram enquanto processo, até o momento em que culminam na Revolução Industrial, no desenvolvimento tecnológico e informacional – o qual se configura como metabolismo do capital (MÉSZÁROS, 2011).

Concebemos que o processo histórico pelo qual foram constituídas as diferentes organizações sociais não desaparecem, pois segundo Marx (2013), cada uma delas se desenvolve em uma relação dialética com a outra, viabilizando de um lado o trabalhador livre potencialmente e do outro as relações sociais formadoras do capital. Desse modo, resultando na cisão da unidade entre as condições materiais objetivas e a organização de classe, para a manutenção do modo de produção vigente, deixando no lugar o que concebemos hoje como trabalho livre.

Ponderamos, ainda, que tais comunidades discutidas enquanto formações que precedem o modo econômico vigente, desenvolveram-se concomitantemente e de forma mais isolada devido a precariedade dos meios de comunicação da época, os quais poderiam ser limitantes da não conexão entre essas organizações sociais. Consideramos, assim, que o desenvolvimento dos meios técnicos informacionais contribuiu significativamente para o processo de aproximação, dominação e padronização das múltiplas comunidades nos mais longínquos lugares do mundo (SANTOS, 2014) – questão que influenciou diretamente o acelerado processo da disseminação do capitalismo.

Nesse sentido, compreendemos que a organização das formações precedentes ao capitalismo culminaram no modo de produção atual – contribuindo para a segregação do ser humano da natureza natural. Estamos entendendo, portanto, que há uma importante ruptura social que precisa ser manifestada quando do advento da separação dos seres humanos – classe trabalhadora – de seu laboratório natural: a terra.

Destacamos a terra, enquanto propriedade, como a base fundamental para tais comunidades, fonte da matéria-prima e o meio de produção para reprodução da existência dos sujeitos desse lugar. Essa desvinculação do ser humano do meio de produção inviabiliza

mulheres e homens - classe trabalhadora - de se relacionarem com as condições objetivas de seu trabalho: a natureza natural enquanto propriedade coletiva.

Atrelada a sistematização do primeiro grande grupo de formação pré-capitalista, salientamos que a desvinculação do trabalhador do meio de produção é basilar para compreendermos como ocorreu a dissolução da pequena propriedade livre de terras, como é o caso da propriedade comunitária baseada na comunidade oriental (MARX, 2017). Nessa forma de organização social, os seres humanos compreendem os meios de produção como sua propriedade, assim constituindo uma unidade natural entre o trabalho e seus pressupostos.

Nesse constructo social, as mulheres e homens não se compreendem como trabalhadores, como classe trabalhadora, mas como proprietários, sujeitos que são parte de uma comunidade e que trabalham nela. Assim, o objetivo final dessa forma de trabalho, na especificidade dessa comunidade, não é criação de valor – mesmo que se realize o trabalho excedente para trocá-lo por trabalho alheio – e sim a conservação do proprietário singular e de sua família, bem como a manutenção da comunidade enquanto totalidade.

O segundo bloco de comunidades é colocado por Marx (2017) como uma estrutura social de modo invertido, em relação ao primeiro, pois o campo aparece como extensão da cidade, assumindo assim o papel secundário. Com isso, a cidade é constituída como sede das aglomerações das pessoas que provém da vida no campo.

Essa segunda forma de organização se constitui em uma dinâmica histórica mais intensa em relação a primeira. Nessa forma de organização social, a relação com a terra – com a natureza natural – não é presumida como a base da existência humana, mas sim as cidades.

Para tanto, o trabalho no campo passa a ser preocupação secundária, de menor status, das organizações sociais, tendo em vista que parte significativa das terras já foram dominadas, bem como há um acúmulo de experiências formativas sobre como se deve desenvolver o trabalho no campo. Logo, a preocupação eminente dos indivíduos se centra na formação das cidades de mesmo modo que a atenção é voltada para a defesa dos territórios, pois aqueles que estão fora desses aglomerados buscam se inserir e se apropriar das mesmas condições de vida.

A guerra, então, surge desse movimento histórico como a grande tarefa conjunta para a perpetuação das ocupações territoriais. Assim, constituem-se as organizações familiares guerreiras – originando o sistema militar – cuja estratégia para proteção e defesa é concentrar os domicílios em locais próximos, ratificando a necessidade de constituição das cidades.

Portanto, cada indivíduo tem, por si e para si, a necessidade de proteção mútua, permeando no espaço a defesa da propriedade comunitária – como propriedade do Estado (*ager publicus*). Porém, cabe a nós destacar, que a propriedade do indivíduo singular não é uma

propriedade comunitária – ela é propriedade particular do indivíduo – qualificando-se assim a noção de propriedade privada. Não obstante, quanto mais o indivíduo se distancia do caráter comunitário, desenvolvendo outras condições de trabalho, mais distante fica do senso de coletividade.

Já o domínio das técnicas agrícolas, com importantíssimo caráter para o desenvolvimento da produção de alimentos, torna-se razão de subsistência pelo proprietário enquanto trabalhador e tem a família como partícipes das atividades do lugar. Porquanto, o trabalho é desenvolvido objetivando a existência, não o acúmulo de riqueza, mas sim a autoconservação como membro da comuna.

Por conseguinte, com o intuito de perseguir as compreensões sobre as formações sociais que precederam a produção capitalista, fomenta nossa curiosidade sobre o desvelar de uma terceira forma de organização social. Pois, tal forma não dialoga com certos avanços apresentados em coerência entre as primeiras e as segundas formas pré-capitalistas.

Diante disso, Marx (2017) centra suas análises na propriedade dos indivíduos trabalhadores – os quais se organizam enquanto membros que se autossustentam na comunidade a partir das condições naturais de seu trabalho: a comunidade *germânica*. Nesse caso, o membro da comunidade não é co-possuidor da propriedade coletiva, mas sim proprietário privado.

Nessa organização social, a comunidade é constituída por sujeitos autônomos, proprietários de terra, dispostos em reunião e não em associação, não sendo subvencionada pelo *Estado*, como parte de um sistema estatal, pois aqui não existem os aglomerados urbanos – as cidades.

Dessa maneira, a existência efetiva da comunidade dependia apenas das reuniões em assembleias, momento no qual os indivíduos que viviam distantes uns dos outros se reuniam em prol da manutenção da existência de suas propriedades privadas familiares. Para tanto, apontamos que o *ager publicus* das comunidades germânicas se constituía em prol das áreas comunitárias de caça, pastagem e extração de lenha.

A terra segue, em todas as três formações até aqui discutidas, como condição objetiva de reprodução e manutenção da sociedade humana, seja pela apropriação da condição natural do trabalho, da terra, seja em relação ao comportamento territorial, e suas guerras, como propriedade do indivíduo trabalhador. Conforme corrobora Marx (2017, p. 643): “Um indivíduo isolado teria tão pouca possibilidade de ter propriedade de terra quanto de falar”.

Compreendemos que as organizações sociais são a reprodução das relações sociais dos indivíduos atrelados a maneira como organizavam a economia, no sentido de perpetuação das comunidades, de produção da riqueza material e manutenção da propriedade privada.

Por conseguinte, Marx nos instiga com a seguinte reflexão:

Nunca encontramos entre os antigos uma investigação sobre qual forma de propriedade da terra é a mais produtiva, qual cria a maior riqueza. A riqueza não aparece como finalidade da produção[...]. A riqueza só aparece como fim em si mesma entre os poucos povos mercantis – monopolistas do comércio de carga – que vivem nos poros do mundo antigo, assim como os judeus na sociedade medieval. (MARX, 2017, p.645).

Sob esse viés analítico o filósofo nos aponta para uma das categorias basilares da constituição da próxima formação social econômica – o sistema capitalista, o qual tem como fim a acumulação da riqueza. Essa organização social está centrada na “gênese extra econômica da propriedade, a gênese histórica da economia burguesa” (MARX, 2013, p.47).

Os seres humanos desenvolveram suas formas de existência em constante processo de mediação com a natureza, bem como aprimorar seus modos de sociabilidade, passando a se concentrar em grupos cada vez maiores. Tal estratégia parece ter beneficiado a constituição das primeiras formas de sociedade e, com elas, o imperativo de atender as necessidades humanas primárias como superar a fome, através da produção de alimentos, a moradia, pelas técnicas de construções, e o vestuário, pela superação das tecnologias para poder cobrir-se.

Não obstante, é no movimento de constituição da sociabilidade humana que o homem descobre o alimento como valor de uso, e, desenvolve a economia voltada às necessidades advindas dessa forma produtiva em ascensão. Assim, consideramos que os diferentes modos de produção tornam propício o ambiente para a acumulação de bens para escambo e, na sequência deste processo, a geração de uma produção sistêmica de excedentes, que intensifica o comércio e acaba por determinar o processo de produção prioritariamente voltado para troca, momento este que caracteriza as primeiras formas de relação entre trabalho e capital.

Para tanto, podemos observar que as acumulações dos bens gerados pelas diferentes formas de organizações pré-capitalistas foram apropriadas por determinado grupo social, o qual tornou-se possuidor de grande parte da riqueza material. Tal grupo é o produto de um longo processo de desenvolvimento e transformações do modo de produção econômico e de seus meios de comunicação (SANTOS, 2014).

Compreendemos, assim, esse grupo, a partir de Marx e Engels (2011), como os capitalistas modernos – a classe “não-trabalhadora” burguesa – proprietários dos meios de produção social e empregadores da classe trabalhadora assalariada.

Assim, a classe “não-trabalhadora” burguesa moderna criou relações de produção de supremacia econômica e política, capazes de dominar e de colocar a seu serviço a classe trabalhadora. Classe essa, a qual não possui seus próprios meios de produção – e que para

manter suas formas de sobrevivência se submete vendendo sua força de trabalho, seu tempo de vida, à classe “não-trabalhadora” burguesa em troca de um salário (MARX e ENGELS, 2011).

Ademais, a classe trabalhadora – assalariada – ao vender sua força de trabalho, produz um valor real maior que o custo do seu trabalho. Consequentemente, o valor extra gerado pelo trabalhador é o excedente do trabalho, que não fica com quem o produziu, mas sim se torna propriedade da classe “não-trabalhadora” burguesa [proprietário dos meios de produção] – constituindo a “mais-valia” – que enquanto valor de troca constitui a riqueza da classe “não-trabalhadora” burguesa. Essa riqueza produzida pela classe trabalhadora é acumulada ao longo do tempo, gerando riqueza à classe “não-trabalhadora” burguesa em forma de capital. (CABRERA, 2016).

Diante dessa organização econômica, a classe “não-trabalhadora” burguesa se depara frente à necessidade de criar meios para proteger sua riqueza e, consequentemente, seu poder. Para tanto, desenvolve diferentes instituições, que se ramificam e dominam os interesses sociais: o Estado moderno, as milícias, a ciência, a religião e a arte (BRANDÃO, 2006).

Subsidiados por Lenin (1987), compreendemos o Estado em seu caráter pacificador, entre os diferentes anseios das classes, o qual é organizado no lugar, na hora e no grau em que objetivamente os interesses das classes são notoriamente inconciliáveis. Para o autor:

O Estado surge no lugar, na hora e no grau em que as condições de classe não podem, objetivamente, conciliar-se. E vice-versa: a existência do Estado demonstra que as contradições de classe são inconciliáveis. (LENIN, 1987, p. 55).

Ainda, o Estado vislumbrando conciliar as eminentes contradições entre as classes – as quais estamos denominando: classe trabalhadora e classe “não-trabalhadora” burguesa – organiza-se com a função social de reduzir todos os indivíduos à cidadania, pois enquanto cidadãos todos são tratados sob a égide da igualdade, ocultando a desigualdade proveniente da exploração do trabalho justificada pela acumulação do capital. Por conseguinte, a criação do Estado Moderno pela classe “não-trabalhadora” burguesa tem como propósito defender os interesses da mesma, a favor da manutenção da propriedade privada, organizando o poder político para manutenção de seus interesses (CABRERA, 2016).

Por conseguinte, consideramos o Estado enquanto constituição e constituinte da realidade social sob a égide dos interesses do sistema do capital, consequentemente, da classe “não-trabalhadora” burguesa. Assim, o Estado, à medida que se estabelece a partir da realidade vigente e das relações postas, ao se apropriar da sociabilidade humana, também se estabelece,

se organiza e incide sobre as relações sociais a partir de sua lógica estruturante, a lógica econômica capitalista de conservação da propriedade privada (CABRERA, 2016).

Compreendemos, então, que esse Estado garante a uma pequena parcela da população o controle político, e, com ele o poder sobre os meios técnicos informacionais, educativos, de comunicação das massas, e, portanto, econômicos, resultando em um processo de manipulação e alienação dos seres humanos. Destarte, o capitalismo de posse das articulações políticas de Estado, produz a ideologia dominante e conduz a racionalidade que prevê a lucratividade em todas as cadeias de seu processo produtivo. Esse Estado:

burguês intenta estar a par da dinâmica das lutas de classe e das lutas no interior das classes, para que seja possível se apropriar das diferentes expressões e processá-las, minimamente, a favor de seus interesses – o lucro e a manutenção da propriedade privada – assim organizando os entremeados políticos como sua forma de controle. Desse modo, o Estado desenvolve a capacidade de certa autonomia frente à sociabilidade humana, ao passo que processa a profusão dos interesses de classe em seu cerne, os reorganiza e devolve à sociedade na forma de política pública. (CABRERA, 2016).

Corroborando com esse pensamento, Mészáros argumenta que

[...] as determinações materiais diretas da ordem reprodutiva do capital estão totalmente complementadas pela abrangente estrutura política de comando das formações estatais do capital constituindo-se, assim, a realidade estruturante interligada e enredada, e o círculo vicioso prático, do sistema do capital como um todo. (MÉSZÁROS, 2012, p.87).

Para tanto, podemos assim compreender que os passos dados para o desenvolvimento de Políticas Públicas são intimamente aprimorados para a manutenção e perpetuação do controle da classe trabalhadora. Esse controle se dá, principalmente, através da perpetuação do modo de produção capitalista, indo ao encontro dos interesses da classe “não-trabalhadora” burguesa e atendendo ao aprimoramento do seu poder hegemônico.

Valemo-nos das compreensões de Cabrera (2016), para ratificar essa posição sobre as Políticas Públicas, inclusive educacionais, onde apresenta que

Essa estrutura política que, engendrada às múltiplas faces da sociabilidade humana, também normatiza, padroniza, regulariza e direciona a educação institucionalizada, apregoando, por meio da legislação educacional, o ideal intencional de formação humano - profissional que será desenvolvido pelas instituições de ensino. (CABRERA, 2016).

Para tanto, a manutenção da hegemonia econômica burguesa visa garantir a acumulação de riqueza e verticalizar seu poder social, pois o modelo capitalista impõe determinações políticas “como princípio regulador fundamental da sociedade em questão” (MÉSZÁROS, 2006, p. 129).

Vale-se, no entanto, de um sistema jurídico-legal regido pelo Estado protetor do capital, cuja incumbência garante formalmente os direitos dos indivíduos à vida, liberdade, igualdade e segurança, desde que não altere as relações para a acumulação da riqueza da classe “não-trabalhadora” burguesa.

Contudo, nessa estrutura geral capitalista, o trabalho humano é realizado como trabalho estranhado, por exploração da força de trabalho. Dessa maneira, embora o princípio governante fundamental da nova sociedade seja econômico, ele não é cindido da estrutura política na qual se realiza (MARX, 2010).

Princípio regulador esse que estaremos desenvolvendo, no próximo passo desse trabalho, ao discutir as Políticas Públicas que servirão como Marco Regulatório do Licenciamento, da Fiscalização e da Educação Ambiental contidas nos processos de licenciamento.

1.2. Políticas Públicas Ambientais: *Contradições e Tensionamentos*

Partindo do constructo histórico, desenvolvido no subitem anterior, discutiremos sobre o caminho percorrido pelas Políticas Públicas Ambientais desde suas células iniciais até a atualidade - apresentando nossas compreensões acerca das mesmas. Tal caminho, é o resultado da efetivação das Políticas Públicas Ambientais no Brasil, promovendo o aparato legal que objetiva o Licenciamento e a Fiscalização Ambiental, questão que almejamos tratar da esfera federal até o âmbito municipal, neste caso o município do Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul (RS).

Sendo assim, ressaltamos que nossa compreensão sobre o processo de constituição histórico da humanidade influencia o desenvolvimento de Políticas Públicas voltadas para o Licenciamento e Fiscalização Ambiental. Dessa forma, estamos entendendo que esses processos não se dão de forma linear, mas sim de maneira dinâmica e articulada, primordialmente, porque esses documentos legais efetivam-se a partir das contradições dos anseios dos movimentos sociais - da classe trabalhadora - e do que permite o Estado enquanto objetivação jurídico-legal.

Portanto, concebemos que as Políticas de Licenciamento Ambiental, bem como de Educação Ambiental são o resultado do tensionamentos – luta – de interesses da Classe Trabalhadora e da classe “não-trabalhadora”. Mas, principalmente servem para a manutenção

e defesa dos interesses da classe “não-trabalhadora” burguesa, assim assegurando seu poder ideológico e hegemônico.

Diante disso, destacamos a importância dos movimentos sociais, pois estes lutam pela criação, defesa e manutenção de Políticas Públicas que assegurem os direitos sociais, ambientais e planetários. Dentre tais tensionamentos, incluímos as articulações em busca de uma condição ambiental que supra as necessidades básicas de manutenção da vida na terra, não apenas a vida humana, como também a vida da natureza “não-humana” em sua totalidade.

Tais movimentos tem como objetivo fomentar ações que primam pela dinâmica das relações entre natureza – ser humano – ser humano – natureza. Relações essas, as quais compreendemos que estão na centralidade das discussões sobre a crise ambiental, cuja crise estamos entendendo como crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011), a qual é premente em nossas discussões pois nos permite focar à crítica no modo de produção capitalista - o real responsável pela transformação da natureza em capital.

Por isso, se faz necessário que essa transformação da natureza em capital seja compreendida pela classe trabalhadora enquanto destruição da base da vida no geral. Compreendemos, portanto, que a Educação Ambiental enquanto uma totalidade, trabalhada também no cerne do Licenciamento Ambiental, sendo ela uma das possibilidades de desenvolvermos outras práticas sociais, que permitam outras relações entre ser humano e natureza.

Ademais, estamos concebendo a Educação Ambiental enquanto uma totalidade para uma possível compreensão dos fatos históricos em suas relações recíprocas, entre os aspectos diversos das coisas que o circundam, considerando-o como passível de transformação de um fenômeno em outro, ou seja, estamos considerando nesse estudo a dialeticidade da história humana (KOSIK, 1976).

Precisamos, então, contextualizar as transformações sociais de modo articulado. Para isso, desvelaremos algumas articulações e organizações internacionais predecessoras ao que atualmente domina a dinâmica das nações: a Organização das Nações Unidas – ONU.

Nesse passo, em busca do movimento histórico das Políticas Públicas Ambientais, almejamos afinar nossa compreensão sobre as posições políticas e articulações de controle social do modo de produção capitalista.

Tais articulações [de controle social] tiveram um caráter dito inovador no campo da diplomacia e das relações internacionais na sociedade do capital, foram, em primeiro lugar, infiltrando-se de modo orquestrado pela classe “não-trabalhadora” burguesa e enraizando-se por meio de conferências multilaterais. Inicialmente, não lidaram com a organização da ordem

internacional de um pós-guerra - como ocorreu no século XIX com o Congresso de Viena, em 1815 - que assim originou o Concerto Europeu responsável pela estruturação do sistema internacional eurocêntrico depois do período das guerras napoleônicas.

Nesse sentido, a classe “não-trabalhadora” burguesa intentando a disseminação da ideia de paz articula duas conferências defendidas pelos movimentos “pacifistas” do século XIX, organizados no âmbito da “sociedade civil”, visando uma reação aos horrores da guerra, manifestadas pela destrutividade das armas que a inovação tecnológica colocou à disposição dos Estados.

Desse modo, apontamos nossas reflexões para o fim do século XIX, onde identificamos significativos embriões de controle social, visando o domínio das comunidades locais, com vistas ao futuro domínio global por meio da centralização do controle das tecnologias da comunicação. Foi, nesse período, que ocorreu a fundação de duas poderosas e grandes instituições articuladoras desse processo histórico, sendo a primeira criada em 1865: a União Telegráfica Internacional (UTI) [atualmente denominada União Internacional das Telecomunicações] - originalmente sediada na França e posteriormente conduzida para Suíça - e em 1874 a segunda instituição é criada: a União Postal Universal (UPU) - consolidada em território suíço desde sua criação (ONU, 2018).

Para que melhor possamos compreender esse processo histórico contextualizaremos brevemente a política brasileira desse período, a qual se colocava desinteressada frente ao cenário global de expansão da dominação capitalista, que se exacerbava com o avanço das tecnologias de controle das comunicações. Nesse período, o Brasil estava voltado a disputas políticas internas, momento histórico que estamos concebendo como o período do “Tragicômico Império Trapalhão Brasileiro⁴”.

Comprendemos que o “Tragicômico Império Trapalhão Brasileiro” tem início em 1808, reificado por um Imperador “fujão”, o chamado [Dom] João VI, que visando não morrer pelas tropas de Napoleão Bonarte devido a invasão de Portugal, fugiu “bravamente” para o Brasil ainda colônia. Desse modo, para manter sua “boa vida”, e de seus comparsas, elevou o Brasil como a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, efetivando, assim, a primeira capital brasileira: o Rio de Janeiro.

⁴ Tragicômico Império Trapalhão Brasileiro: expressão utilizada pelo autor no intuito de ironizar as ações descomprometidas do Exército Brasileiro no período com a pauta nacional, oscilando entre as incompetências administrativas do imperador e as declinações de favorecimento para a burguesia nacional em consolidação, almejando a dominação da classe “não-trabalhadora” burguesa frente à Classe Trabalhadora.

Em sua linha sucessória, João VI contou com Pedro I, que ficou no poder entre 1822 até 1831, quando deixou o “Tragicômico Império Trapalhão Brasileiro” para lutar pela manutenção do poder em Portugal, focado no fortalecimento do liberalismo e do absolutismo na Península Ibérica.

Pedro I teve em sua linhagem como sucessor seu filho Dom Pedro II. Pedro, agora o II, estava no auge de seus gloriosos 5 anos de idade. Certamente, a condução do país, por meio de um “Império trapalhão” foi tarefa fácil para o *guri*. Ademais, seu poder perdurou até 1889, permitindo que amadurecesse no poder e convivesse com a criação, à distância, das intuições europeias que foram desenvolvidas para controlar a comunicação mundial (UTI e UPU).

O final do período de Pedro II culminou com a decadência do poder da Casa de Bragança no Brasil, sendo simbolicamente caracterizado por algo que se tornaria comportamento “padrão” no processo sucessório político brasileiro: a deposição por Golpe. Neste momento, o “Império trapalhão brasileiro” sofre com uma conspiração militar associada à classe “não-trabalhadora” burguesa da época. Questão a qual fazemos analogia com o atual golpe de Estado ainda em processo, efetivado com o impeachment da Presidenta Dilma Roussef, em 31 de agosto de 2016.

A partir da contextualização dos comportamentos gerais e particulares, retomamos a discussão sobre o processo de expansão capitalista no geral por meio dos avanços das tecnologias de comunicação - as quais consideramos domínio da classe “não-trabalhadora” burguesa - retomando de mesmo modo as instituições: UTI e UPU. Essas organizações de comunicação, poderosas, foram estabelecidas para servirem como controladoras do potencial tecnológico da comunicação no final do século XIX, tendo papel vital no início das aglutinações tecnológicas modernas de controle social.

Já no Brasil, no fim do século XIX e início do XX, tivemos a continuidade do comportamento de Golpes Militares, cujo objetivo não era defender os interesses da classe trabalhadora. Enquanto as comunicações eram centralizadas na esfera internacional, nesse período, a política brasileira se consolidava com uma forte influência da ditadura militar, que defendia o poder hegemônico e os interesses progressistas do capital. Essas articulações permitiram a ocupação do cargo da presidência pelo Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891), que teve como vice o Marechal Floriano Peixoto, instaurando o período republicano.

Em sequência, Floriano Peixoto no intuito de dar manutenção ao poder, assume a presidência (1891-1894), após Deodoro sacramentar a dissolução do legislativo e deflagrar estado de sítio, renunciando a posteriori. Revela-se, assim, um novo Golpe, agora na república,

obviamente não alinhado aos interesses da classe trabalhadora brasileira. Os desdobramentos dessas ações provocaram diversos movimentos da classe trabalhadora no país.

[...] os primeiros anos da república foram de repetidas agitações e de quase permanente excitação para os fluminenses. Os militares julgaram-se donos e salvadores da república, com o direito de intervir assim que lhes parecesse conveniente. Rebelavam-se quartéis, regimentos, fortalezas, navios, a escola militar, a esquadra nacional em peso. [...] Os operários, ou parte deles, acreditaram nas promessas do novo regime, tentaram se organizar em partidos, promoveram greves, seja por motivos políticos, seja por defesa de seu poder aquisitivo erodido pela inflação. Ferroviários, marítimos, estivadores, cocheiros e condutores de bondes fizeram sua entrada no cenário político, promovendo as primeiras paralisações da capital. Pequenos proprietários, empregados, funcionários públicos também se mobilizaram pela primeira vez no bojo da xenofobia florianista, organizando clubes jacobinos e batalhões patrióticos. (ALVES, 2007, p.22).

Deflagrava-se, assim, o estopim para a Revolta Federalista, efetivada entre 1893 a 1895. Sendo que os movimentos políticos não se concentraram apenas nos grandes centros, mas atingiram locais como a cidade do Rio Grande. Questão que melhor compreendemos a partir da pesquisa de Alves (1999) sobre os jornais da época.

O fervor patriótico e político-partidário logo se desvaneceria com a relação às autoridades públicas, com a substituição dos intendentess ligados às forças anti-castilhistas por outros, fiéis ao castilhismo. Já quanto à imprensa, após o retorno de Júlio de Castilhos ao governo do estado, o *Artista* e o *Diário do Rio Grande* mergulhariam em profundo silêncio acerca do debate político; o *Bisturi* e o *Echo do Sul*, no entanto persistiram na oposição aos castilhistas, apesar da ferrenha censura e repressão, pelo menos até 1893, quando o estado de sítio e uma nova legislação de imprensa promoveria uma restrição praticamente absoluta à liberdade de expressão do jornalismo. (ALVES, 2007).

No entanto, partindo das análises de Alves (1999) compreendemos que as agitações políticas nacionais não impediram que as forças e interesses do Estado burguês seguissem sua programática de dominação, frente a classe trabalhadora. Para tanto, mesmo com a retirada dos militares do poder executivo nacional, os interesses políticos e econômicos da classe “não-trabalhadora” burguesa colocou na presidência do Brasil o primeiro não-militar extremamente liberal, o paulista Prudente de Moraes (1894-1898), do Partido Republicano Federal. Prudente de Moraes era um forte representante da oligarquia cafeeicultora, com diversos interesses nas negociações e expansões comerciais com a Europa, permitindo assim que se inaugurasse a dominação da política nacional pelos representantes de São Paulo e Minas Gerais.

Assim, as alianças e articulações políticas brasileiras culminavam para o avanço do modo de produção capitalista no país, no intuito de alavancar a economia brasileira e, conseqüentemente, dar manutenção a organização político e econômica a favor dos interesses

da classe “não-trabalhadora” burguesa, período esse em que é promovida a Política do Café-com-Leite.

No desvelar desse contexto histórico, concebemos que compreender a totalidade do momento é vital para compreender a ação de dominação capitalista, o fortalecimento do modo de produção vigente, bem como a implantação do seu modelo de dominação frente à classe trabalhadora.

Logo, destacamos a importância de compreendermos as relações que envolvem o ser social, imerso nesta complexidade, que propulsiona o movimento dos processos pelos quais a sociedade se articula e se desenvolve. Compreender, em si, o movimento articulado e não o ato isolado do sujeito, compreendendo assim as relações travadas entre as classes (MARX, 2013).

Dessa forma, compreendemos, a partir de Molon (2011), que é na e pela interação humana que ocorre o desenvolvimento do ser social, essas interações acontecem em situações concretas da vida cotidiana, bem como na interação constituem a consciência social dos seres humanos. Ressaltamos, para tanto, a importância da linguagem como constituidora da consciência, pois compreendemos que

A consciência é a capacidade que o homem tem de refletir a própria atividade, isto é, a atividade é refletida no sujeito que toma consciência da própria atividade. Em síntese, pode-se afirmar que a consciência é sujeito da atividade. Há um vínculo estreito entre a noção de consciência e de sujeito. (MOLON, 2011, p.88).

Portanto, estamos entendendo que é por meio da ideologização da consciência que há a dominação do ser humano pelo ser humano, ou seja, a exploração cativa da força de trabalho da classe trabalhadora assalariada pela classe “não-trabalhadora” burguesa é influenciada, também, por uma cultura intencionalmente veiculada pela atividade dos meios de comunicação.

Outrossim, ressaltamos que a expansão capitalista, principalmente estadunidense, fortemente vinculada ao Brasil nesse período, a exemplo da UTI não se dava em caráter solitário. No capitalismo, as ações de dominação são sempre articuladas em diversas frentes, porque são programadas por meio do Estado, contando certamente com as forças Golpistas Militares aliançadas à classe “não-trabalhadora” burguesa.

Logo, cabe destacar a articulação capitalista, em nível global, por meio do exemplo da *Standard Oil Company*, a qual detinha um monopólio de indústrias petroleiras nos Estados Unidos até 1911, capitaneada pelo magnata John Davison Rockefeller. Esse monopólio petroleiro ao ser quebrado, na década de 1910, gerou outras grandes indústrias como Exxon Mobil, Chevron, Esso, e mais outras trinta empresas, as quais na atualidade se constituem como as maiores controladoras do petróleo internacionalmente.

Não por coincidência, anterior ao seu desmantelamento, a *Standard Oil Company* se expande para a América Latina, ingressando no Brasil, por meio do decreto do então presidente Hermes da Fonseca. Observamos, que o então presidente, representante do Brasil entre 1910 a 1914, era militar e sobrinho do anterior presidente Deodoro da Fonseca, questão que consideramos previamente articulada a favor dos interesses da burguesia.

Exaltamos, ainda, o sucesso econômico do governo estadunidense após a Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918, porém consideramos que as articulações constituídas anteriormente viabilizaram o controle das comunicações por meio da UTI e UPU, servindo no período pós Primeira Guerra Mundial como estruturas basilares para a criação da Liga das Nações, em 1919 (ONU, 2018).

A Liga das Nações, ou Sociedade das Nações, originou-se na Conferência de Paz de Paris, e se efetivou pelas necessidades das forças vencedoras da Primeira Guerra Mundial demonstrarem seu poder opressor. Compreendemos que qualquer outro discurso de tom pacífico, organizador das harmonias das nações, do respeito mútuo, entre outros, é fruto do trabalho manipulador da classe “não-trabalhadora” burguesa para fortalecer e publicizar o viés social que inexistente no modo de produção capitalista. Modo de produção esse que garante os interesses dessa classe, calcada em um Estado que originalmente é constituído para a mesma finalidade, organizando consequentemente Políticas Públicas sob o mesmo viés.

A Liga das Nações, teve sua sede em Genebra, Suíça, tendo como composição vinte e cinco países, dentre eles o Brasil, bem como foi implementada pelo Tratado de Versalhes, que, no entanto, era dominada efetivamente pelos interesses dos Estados Unidos, Reino Unido, França e Itália (ONU, 2018).

[...] o Pacto que cria a Liga das Nações não cria a Sociedade Internacional, mas uma associação de caráter jurídico privado, pois ela é incapaz de impor-se aos Estados que não desejam integrá-la. Por outro lado, ela exclui os países derrotados na guerra e, sendo parte integrante do Tratado de Versalhes, o Pacto é antes de mais nada uma aliança, inclusive militar, entre os vencedores, com o objetivo de impor uma situação aos vencidos. Nota-se, então, a dicotomia entre o princípio da construção de um novo sistema internacional e a prática da excludência – oriunda da visão conservadora do acordo. (RODRIGUES; SEINTENFUS, 1995, p. 287).

Dentre as práticas excludentes dissimuladas pelas ações da Liga das Nações evidenciamos a influência estadunidense no Tratado de Versalhes, pelo fato do presidente norte-americano Thomas Wilson coordenar a organização desse documento, no qual se atribuiu ao principal derrotado da Primeira Guerra Mundial: a Alemanha, seu desmantelamento territorial e sua responsabilidade em arcar com os prejuízos financeiros da guerra. Obviamente, tais atribuições foram consideradas abusivas pelos germânicos.

Entretanto, a Liga das Nações Unidas tem seu fim em 1946 - concomitante ao fim da Segunda Guerra Mundial - devido aos interesses antagônicos dos dois blocos econômicos que compunham esse cenário, um liderado pela Alemanha e outro liderado pelos EUA e Inglaterra. Assim, para cumprir o papel da Liga é estruturada Organização das Nações Unidas – ONU.

Consideramos, não obstante, segundo informações contidas no site da ONU (2018), que tal organização sediada em território estadunidense, faz parte da expansão e do domínio capitalista, fato que evidenciamos ao observarmos a família Rockefeller [detentora de grandes corporações petrolíferas em nível internacional] como uma das financiadoras de sua sede.

Nesse sentido, consideramos que as Políticas Públicas Ambientais, as quais são inicialmente articuladas pela ONU - momento em que os anseios dos movimentos sociais em prol da questão ambiental são institucionalizados pelo Estado – são brechas previamente pensadas e permitidas por esse mesmo Estado, assim colocando como pauta do aparato político legal tais questões para melhor controlá-las.

Desse modo, baseados na pesquisa que nos apresenta Cabrera (2016), na tabela que segue, discorreremos sobre como se desenvolve as Políticas Ambientais, em específico a

Educação Ambiental por meio do movimento constitutivo das Políticas Públicas Internacionais e Nacionais. Tal organização nos permite traçar o caminho sobre as críticas ao modo de produção capitalista, bem como sobre o uso desmedido da natureza.

Tabela 1

ANO	MARCOS HISTÓRICOS	CONTRIBUIÇÕES A QUESTÃO AMBIENTAL
1949	Conferência Científica das Nações Unidas para Conservação e Utilização de Recursos Naturais	A ONU, ao preocupar-se com a acelerada extinção de espécies da fauna e da flora, organiza uma conferência com cientistas de todo o mundo, que tivessem pesquisas voltadas à questão ambiental. Desse encontro resultaram medidas técnicas de proteção ambiental e nenhum aspecto político elaborado, o que demonstra a questão com grau ainda inferior de importância.
1962	Livro: Primavera Silenciosa, de Rachel Carson	Os movimentos sociais na década de 60, como o Hippie a favor da paz e contra a guerra do Vietnã, criticavam os padrões de

		vida das sociedades capitalistas e o consumo exacerbado dos meios de produção. Questão afirmada no livro de Carson, ao denunciar os efeitos dos pesticidas (DDT) sobre o mundo e seu alcance em larga escala.
1968	Clube de Roma	Com a necessidade urgente de controle populacional e de redução do consumo dos recursos naturais, os cientistas dos países industrializados reúnem-se para discutir a questão, resultando no livro <i>Limites do Crescimento</i> , que sugere a redução do consumo dos países mais pobres em detrimento dos países industrializados.
1972	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente ou Conferência de Estocolmo	Iniciativa da ONU em inserir a Educação Ambiental como temática mundial, resultando no Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) e na Declaração sobre o Meio Ambiente Humano. Tais documentos almejam organizar as relações entre homem- meio ambiente e formar cidadãos para solucionar os problemas ambientais.
1974	Secretaria Especial de Meio Ambiente, criada no Brasil.	Criada pelo Poder Executivo, vinculada ao Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente objetiva o esclarecimento da população para o uso adequado dos recursos naturais, promovendo as primeiras atividades de sensibilização para as questões ambientais.
1975	I Seminário Internacional de Educação Ambiental (EA), em Belgrado	Seminário que impulsiona a concepção de EA definindo objetivos e a importância do processo educativo para mesma, evidenciando as relações entre o social e o natural e a necessidade de transformação

		da forma de vida humana, tendo como resultado a <i>Carta de Belgrado</i> .
1977	Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em Tbilisi	Organizada pela Unesco, em cooperação com Pnuma, reafirma a necessidade de inclusão da temática da Educação Ambiental em suas políticas públicas de Estado, visando à abrangência na educação formal e não-formal, sendo dirigida à todas as comunidades e indivíduos de diferentes idades.
1979	Livro: Gaia, de James Lovelock	A hipótese de Gaia instiga a compreensão do planeta como um grande organismo vivo, o qual sofre as consequências do alto índice populacional. Essa teoria é engendrada à comunidade científica, principalmente no que concerne a área das Ciências Biológicas.
1981	Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), criada no Brasil.	Instaura o princípio de poluidor-pagador; define crimes ambientais e penalidades criminais, administrativas, disciplinares e compensatórias; instrumentos de padrões de qualidade (zoneamento, avaliação, licenciamento, incentivo a novas tecnologias). Estabelece a composição do SISNAMA e do CONAMA e conceitua Meio Ambiente e sua necessidade de inclusão em todos os níveis de ensino.
1987	Relatório de Brudtland - Nosso Futuro Comum	Em assembleia geral da ONU, em 1983, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, chefiada pela ministra da Noruega Gro Harlem Brudtland, cria tal relatório, tendo início o uso do conceito de desenvolvimento sustentável.
1988	Constituição Federal do Brasil	Na Constituição de 1988, o Brasil afirma seu compromisso com a questão ambiental, dedicando o Art. 225 ao meio ambiente,

		delegando a todo o povo brasileiro o direito de uso de um ambiente ecologicamente equilibrado e o dever de preservá-lo às futuras gerações.
1992	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - RIO 92	20 anos após a Conferência de Estocolmo é realizada no Brasil, no Rio de Janeiro, visando a discutir com a comunidade política internacional como conciliar a contínua execução do desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos naturais.
1992	Programa Latino-Americano e Caribenho de Educação Ambiental- (PLACEA)	Originado durante o Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental, na Guatemala, tem como objetivo estabelecer um convênio no âmbito latinoamericano e caribenho, baseado no princípio de desenvolvimento sustentável.
1992	Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidades Globais	Tem sua origem na Rio-92. Reconhece a Educação Ambiental como um processo educativo dinâmico e permanente na transformação humana e social.
1992	Ministério do Meio Ambiente, criado no Brasil.	Almeja a operacionalizar as questões educativas no país dentro do processo de gestão ambiental e com o auxílio do IBAMA institui os Núcleos de Educação Ambiental.
1994	Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA	Estabelece condições de gestão à política pública nacional de Educação Ambiental; prevê a <i>formação de gestores e educadores</i> ; organiza ações educativas, instrumentos e metodologias. Contempla o ensino formal, os usuários dos recursos naturais, a interação comunitária, as redes de Educação Ambiental e a articulação interinstitucional.

1997	Parâmetros Curriculares Nacionais Meio Ambiente - PCN	Os PCN Meio Ambiente foram organizados com a perspectiva de apoiar as escolas na elaboração do seu projeto educativo, inserindo entre seus procedimentos a necessidade de tratar as questões relativas ao meio ambiente, a ética, a pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo.
1999	Plano Nacional de Educação Ambiental - PNEA	Documento organizado por uma ação interministerial entre Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação, tendo por objetivo instituir uma Política Nacional de Educação Ambiental orientada pelos princípios de participação, descentralização, reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural e a interdisciplinaridade.
2000	Cúpula do Milênio	Promovida pela ONU, em sua sede, contou com 189 participantes, dentre os quais o Brasil se comprometeu com os Objetivos do Milênio- metas a serem atingidas conforme ações políticas sociais e pedagógicas até 2015.
2012	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental - DCNEA	O documento estabelece diretrizes gerais a serem observadas sobre a Educação Ambiental no concernente às instituições de Educação Básica e de Educação Superior. Impugna os princípios, os objetivos, a organização curricular e o regime de colaboração direcionando para que todas as instituições de ensino do país possam desenvolver as questões relativas a Educação Ambiental.
2012	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO + 20	Ocorreu no Rio de Janeiro, com o objeto de refazer o compromisso político de Desenvolvimento Sustentável entre

	diferentes países, considerando aspectos sociais como a Injustiça Ambiental.
--	--

Fonte: CABRERA, 2016.

No âmbito da Educação Ambiental, precisamos contextualizar o cenário político global, o contexto brasileiro e a forma de controle capitalista do trabalho e da comunicação social. Principalmente pelo tensionamento e condicionamento da classe trabalhadora com o advento da globalização econômica. Entretanto, não podemos esquecer que a Educação Ambiental trazida nas práticas das Organizações das Nações Unidas são projetos para a manutenção do poder hegemônico da classe não-trabalhadora burguesa.

Dessa forma, a Conferência Científica das Nações Unidas, volta-se para a resolução dos problemas de consumo da sociedade, não se preocupando com as questões que envolvem as relações político econômicas dos seres humanos com a natureza.

Nesse período, o Brasil vivia a ditadura da Era Vargas, que instituiu por meio tradicional golpista o gaúcho Getúlio Vargas na função de presidente. Autoritário, centralizador, burguês, liberal, o governo brasileiro aliou-se na Segunda Guerra Mundial ao bloco estadunidense, valendo-se das ideias desenvolvimentista do sistema capitalista, mantendo-se por quinze anos, até 1945, frente a função executiva da presidência.

O Brasil vivia em um período de ditadura, bem como de expansão do consumo e forte controle da comunicação por parte do governo nacional, o qual é impulsionado pelos interesses das multinacionais, como a *Standard Oil Company*. Assim, o potencial de controle global da comunicação social acaba por gerar influência tal que patrocina programas jornalísticos como *O Seu Repórter ESSO*, de 1940.

Essa inserção direta das corporações nos programas de comunicação se deu de modo articulado em nível internacional, pois potencializavam e difundiam uma relação ideológica na sociedade de consumo, afetando diretamente as relações travadas entre seres humanos e natureza.

Essa mídia manipuladora afeta diretamente os processos formativos dos sujeitos, tendo em vista que a educação da classe trabalhadora, por exemplo, passa a ser alvo desses materiais e de seu trabalho fetichizado. Para tanto, a classe trabalhadora é alvo do material voltado para a manipulação de suas opiniões, através das ações planejadas pelas grandes corporações ao se fazerem presente na comunicação social, outrora através do rádio, atualmente pela televisão, informática e publicidade estampada nas ruas.

Porém, a crítica ao modo de produção capitalista, cuja intensidade do consumo demanda demasiadamente de recursos naturais, continua se alicerçando por meio dos movimentos sociais não reconhecidos pela ONU. Tendo em vista que os críticos do sistema capitalista, ao se verem condicionados expressam suas perturbações e fortalecem os movimentos sociais e culturais, ressaltamos a pesquisadora Rachel Carson ao escrever o livro *Primavera Silenciosa*, onde enfatiza importante crítica ao modo de produção econômico do capital de 1962, quando elabora importante crítica à indústria química e ao consumo desenfreado de produtos tóxicos em cultivos.

Essas tímidas ações, oriundas das lutas sociais da classe trabalhadora, surgem para que as preocupações ambientais saiam da cortina de fumaça que a encobre, fato ignorado pelo Clube de Roma, de 1968. O Clube de Roma, então, até então contava com a presença de intelectuais da época, dentre eles David Rockefeller, banqueiro e neto de John Rockefeller, cuja família detinha diversos negócios de petróleo, como a *Standard Oil Company*. A presença da família Rockefeller, nessas articulações, desvela os reais interesses da ONU e seus aglutinados sobre a discussão que pauta a questão ambiental internacional.

Não obstante, corrobora Puccinelli (2016), alicerçado no pensamento de Henri Ascelrad (2010), onde diz que:

a questão ambiental foi investida para diferentes sentidos, por vezes contracultural, por outras, utilitário. O Clube de Roma, por exemplo, considerado um encontro internacional importante para a história da Educação Ambiental, preocupava-se em assegurar a continuidade da acumulação do capital, economizando recursos em matéria e energia, ou seja, conferindo um sentido utilitário à questão ambiental. (PUCCINELLI, 2016, p.45).

Compreendemos subsidiados pelos autores que as orientações da ONU, e por sua vez do Clube de Roma, culminam, apenas, em uma prática ambiental permitida pelo metabolismo do sistema do capital. Pois, tais organizações ao serem financiadas pelas multinacionais, também cedem a seus interesses, nesse caso aos interesses do governo liberal estadunidense, o qual traz em sua essência objetivos de domínio e manipulação da classe trabalhadora.

Nesse constructo, citamos, igualmente, o Desenvolvimento Sustentável que permeia e se sobrepõe na sociedade atual almejando potencializar o Consumo Verde, como estratégia de mercado e continuidade de exploração econômica: parte do Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico (PNUD).

Ao se discutir o Desenvolvimento Econômico no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), é fundamental considerar o papel do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O PNUD foi criado a partir de resolução da Assembléia Geral da ONU em 1965 que estabelecia a fusão

de duas entidades então existentes: o United Nations Special Fund (Fundo Especial das Nações Unidas) e o Expanded Programme of Technical Assistance (Programa Estendido de Cooperação Técnica). Essa resolução entrou em vigor no início de 1966, criando assim o PNUD, que ganhou papel de destaque na ONU. Ele é o principal órgão da ONU para o desenvolvimento e é responsável por trabalhar conjuntamente com os países procurando alcançar soluções para os desafios do desenvolvimento em seus diferentes níveis. (MACHADO; PAMPLONA, 2008, p.54)

Tais fatos podem ser compreendidos quando, em 1972, a ONU desenvolve a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano, popularmente conhecida como Conferência de Estocolmo. Foi a primeira conferência que reunia chefes de Estado, assim dando ênfase, novamente, a mais uma ação para a manutenção dicótoma dos interesses de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Corroborando com esse viés teórico em 1971 é publicada a obra da autoria de Eduardo Galeano, *As Veias Abertas da América Latina*. O livro conta a história da constante exploração por parte do Imperialismo, primeiramente Europeu e posteriormente Norte-Americano na América Latina, desde os primórdios da Humanidade até à atualidade, trazendo que

Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países se especializaram em ganhar, e outro em que se especializaram em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalçaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta. Passaram os séculos, e a América Latina aperfeiçoou suas funções. (GALEANO, 2012, p. 10).

Desse modo, centrando nossas atenções a continuidade da ditadura brasileira nos voltamos ao Governo Golpista Ditatorial Militar, do também gaúcho Emílio Garrastazu Médici, em 1973, governo no qual foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente, lotada no Ministério do Interior. Veja bem, as questões ambientais no mundo, com as pressões da classe trabalhadora brasileira culminam com o início do órgão de ação ambiental no país em plena Ditadura Golpista Militar.

Já em 1981, o Governo Golpista Militar cria a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), por meio da Lei 6.938 de 1981, ou seja, ainda em plena ditadura militar, agora presidindo o país João Figueiredo, é criado o Marco Legal Ambiental de maior espectro. Nesse momento, oficializa-se a figura do Licenciamento e Fiscalização Ambiental no Brasil. com a mão da ditadura militar.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS: OS TENSIONAMENTOS NOS MARCOS LEGAIS

Dentre o compêndio legal brasileiro, destacamos na história das Políticas Públicas em relação ao Meio Ambiente três grandes Marcos Legais, sendo eles: a Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, que dispõe da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA); a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988; a Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Dentre outros importantes desdobramentos, temos documentos como as Instruções Normativas, Resoluções, Portarias, Guias [como o Guia de Procedimentos do Licenciamento Federal do Ibama] por meio de diversos órgãos das esferas federais, estaduais e municipais.

Nesse capítulo, destacaremos as relações necessárias sobre as influências governamentais internacionais na constituição das Políticas Públicas Ambientais, de modo a esclarecer porque as multinacionais efetivam suas ações, fagocitando os governos nacionais e promovendo, muitas vezes com o êxito que almejam, as reformas que precisam para defender os interesses do modo de produção capitalista e da classe “não-trabalhadora” burguesa.

2.1. As heranças dos ventos da ditadura “militar-burguesa”: Política Nacional de Meio Ambiente.

Foi sob o cenário de ditadura “militar-burguesa”, com João Batista de Oliveira Figueiredo como chefe do executivo federal brasileiro, é que se desenvolveu a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), em vigência até o momento atual. É através dessa Política Pública que se formalizam definições ambientais fundamentais, defendendo a caracterização do objetivo para a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Através dessa Política Pública, em seu Artigo 2º, destacamos temas como a importância do planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; a proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; o controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras. Consideramos, então, que esses são os delineadores dos projetos de Licenciamento e Fiscalização Ambiental, potencialmente ampliados entre os entes federados

para serem estrutura de efetivação do Estado como agente de controle das atividades econômicas. Nessa mesma lei também se anuncia que a Educação Ambiental deve ser desenvolvida em todos os níveis do ensino, objetivando desenvolvê-la como forma de participação ativa na defesa do meio ambiente (BRASIL, 1981).

Nessa política, em seu Artigo 4º, inciso VII observamos a imposição ao poluidor da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados à natureza, institucionalizando-se o caráter do poluidor-pagador, importante ente do Licenciamento e a Fiscalização Ambiental. Já no artigo 5º, onde se delimitam as abrangências das ações, define-se que as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente serão formuladas em normas e planos destinados a orientar a ação dos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no que se relaciona com a preservação da qualidade ambiental e manutenção do equilíbrio ecológico (BRASIL, 1981).

Neste momento, a supletividade dos órgãos licenciadores se destaca, deixando uma importante brecha para os órgãos de controle, como Ministério Público Federal e Estadual, atuarem. Como esses órgãos de controle possuem representações regionais em diversos municípios, fixam seus olhares para os poderes executivos municipais e acabam achando um único culpado para a conivência ou incapacidade de fiscalização dos danos ambientais, mesmo aqueles cuja competência de fiscalização e preservação esteja sob a gestão federal ou estadual.

Entretanto, o Licenciamento e a Fiscalização Ambiental, cuja responsabilidade regulatória é definida pelo Artigo 8º da PNMA e, tem sua regulação efetivada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), como um dos instrumentos de ação do Estado previsto em seu artigo 9º (BRASIL, 1981). Isso nos leva a compreender que esse é apenas um dos instrumentos dentre os quais o Estado dispõe para a realização da Gestão Ambiental. Contudo, estamos convictos que por meio do Licenciamento Ambiental tenhamos um importante viés mediador das relações do Estado com as empresas de interesse financeiro, caracterizando esse processo como de vital importância e responsabilidade do ordenamento e controle do uso dos recursos naturais.

Corroborando com o que compreendemos sobre a Gestão Ambiental do Estado, com fins no Licenciamento Ambiental, entendemos com Quintas que:

O Estado brasileiro, ao praticar a gestão ambiental, está mediando disputas pelo acesso e uso dos recursos ambientais, em nome do interesse público, numa sociedade complexa, onde o conflito de interesses é inerente à sua existência. Nesse processo, ao decidir sobre a destinação dos bens ambientais (uso, não uso, como usa, quem usa, quando usa, para que usa, onde usa) o Poder Público, distribui custos e benefícios para a sociedade de modo

desigual, no que diz respeito ao espaço e ao tempo, localização e duração dos empreendimentos. (QUINTAS, 2004, p.125).

Desse modo, concebemos que o Estado, ao permitir que a iniciativa privada, e até mesmo as instituições de Estado, utilizem de forma desordenada determinado espaço e recursos da natureza, traz para si a responsabilidade dos impactos e os riscos decorrentes de determinado empreendimento. Entretanto, valendo-se do discurso de garantir o interesse coletivo, o Estado define condições para que os empreendimentos sejam implementados, haja visto que os órgãos licenciadores e fiscalizadores sofrem forte pressão política durante os processos de Licenciamento Ambiental. Essas pressões se dão tanto da esfera privada para a pública, quanto internas nas esferas executivas, legislativas e judiciárias, criando assim o cenário ideal para a manutenção do modo de produção capitalista.

Quanto mais próximo do território licenciado está o órgão licenciador, ou seja, quando o licenciamento se dá na esfera municipal, a pressão dos empreendedores junto aos gestores municipais se torna mais efetiva. Por outro lado, no cerne dessas articulações podemos encontrar também manifestações mais liberais, em que a preocupação com o desenvolvimento econômico e o estigma de serem citados como “aqueles que travam o desenvolvimento do município” toma corpo durante as articulações, assim tornando mais flexíveis as Políticas Públicas que regulam o empreendimento.

2.2. A Constituição de 88: o combustível midiático de liberdade da classe “não-trabalhadora” brasileira.

Sob a Constituição Federal do Brasil de 1988, ainda vigente no momento da escrita desse nosso trabalho, identificamos uma publicização, quase sensacionalista, midiática e politiqueira ao rotulá-la como “Constituição Democrática”. Obviamente que, devido ao período de sua elaboração, de forte tensionamento dos movimentos sociais, a Constituição vigente foi elaborada de forma menos fechada quando comparada com as antecessoras, no entanto seguiu totalmente inserida na necessidade de defender a propriedade privada e os interesses da classe “não-trabalhadora” burguesa.

Inclusive, vale salvar em mente que, enquanto estiver sendo comparada com o período Golpista da ditadura militar-burguesa da década de 60, qualquer som emitido e tolerado pode ser considerado como grito de democracia frente as mortes e desaparecimentos, frutos de perseguição política do sistema totalitário e fascista de tal período. Porém, temos que concordar que algumas pautas oriundas das mobilizações sociais – principalmente visando garantir a

manutenção da classe hegemônica, apresentando o momento como uma nova fase nacional, inclusiva, tolerante – foram incluídas na atual Carta Magna, onde foram fortalecidas ao fomentar a possibilidade de liberdade e bem-estar social, os quais reconhecemos como típicos da sociedade do consumo e servindo como pauta publicitária do sistema capitalista ao construir ideias de funções democráticas em um Estado orquestrado por uma elite Golpista originária na ditadura “militar-burguesa”.

Tais apelações sociais, que pressionavam o Congresso Constituinte, não conseguiam ser revolucionárias ao ponto de superar a crítica ao modo de produção capitalista, mas permitiram um sonhar dos movimentos sociais e contra-hegemônicos de busca pela paridade entre as pessoas. Para o sistema capitalista, eram apenas brechas onde os “revolucionários” poderiam se alojar para “exercerem seu papel”, consolidando a aparência de democracia na sociedade. Destacamos a função social reduzida como “papel” por acreditarmos que não expressam as reais vontades sociais, uma vez que buscam um equilíbrio inviável de ocorrer, o equilíbrio entre os interesses de classes antagônicas: a classe trabalhadora e a classe “não-trabalhadora” burguesa.

Podemos, também, citar como exemplo o Artigo 23 da Constituição de 88, onde se apresenta como competência comum da União, dos estados e dos municípios, no inciso VII, proteger o meio ambiente e combater a poluição em todas as suas formas (BRASIL, 1988). Não obstante, a mesma no Artigo 225 insere uma comprometedor informação quando define que todos tem o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e compartilha a responsabilidade de proteção e preservação da fauna e flora. Compreendemos que esses temas são importantes suleadores⁵ para os processos de Licenciamento, Fiscalização e Educação Ambiental quando socialmente geridos, exigidos e desenvolvidos, tanto pela esfera pública como privada.

Igualmente, no Artigo 225 da Constituição brasileira, mais especificamente em seu inciso VI do 1º parágrafo, encontramos a obrigatoriedade da promoção da Educação Ambiental nos diferentes níveis e modalidades de ensino do país, fato de grande potencial comprometedor, viabilizando-a aos sujeitos socialmente ativos, principalmente pelas potencialidades de ação política, na implementação da Educação Ambiental enquanto Política Pública de amplo espectro. Tal consideração, combinada ao artigo 205 da Constituição, traz a importante referência da formação para o trabalho, servindo de vital argumento para a consolidação da

⁵ Expressão utilizada pelo autor em substituição da expressão “nortear”, referenciada em Eduardo Galeano, como resistência política de valorização das boas referências anticapitalistas do hemisfério sul do globo terrestre.

formação continuada da Classe Trabalhadora por meio de ações que atentem para a compreensão da Educação Ambiental enquanto totalidade. Essa combinação refere-se, pela primeira vez, na afirmação do Poder Público brasileiro sobre a efetivação da dimensão da Educação Ambiental nos processos de ensino e aprendizagem no país.

2.3. Educação Ambiental como uma possibilidade de luta a favor da Classe Trabalhadora.

Em tempos de resistência, precisamos saber até onde vai nossa resiliência, isto é, nossa capacidade de perseverarmos frente aos impasses que a realidade o objetiva nos impõe. Para tanto, podemos encontrar respostas motivadoras quando compreendemos a constituição da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e todos os processos coletivamente organizados no mesmo período. Nesse caso, a resiliência da Classe Trabalhadora, por meio dos movimentos sociais, ultrapassou fronteiras, produzindo, na pluralidade, a inviabilidade de momentos totalitários, como os vividos no período da ditadura “militar-burguesa”, forjando uma Política Pública que expressa, como documento efetivo, a resposta e conquista dos movimentos sociais – movimentos esses considerados por nós como espaços da Classe Trabalhadora – os quais vamos identificar, na regulamentação da Educação Ambiental, como processos por meio dos quais os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, plurais, conhecimentos, habilidades e competências voltadas para a conservação ambiental, sendo o meio ambiente um bem de uso comum, essencial à vida (BRASIL, 1999).

Assim, nesse documento, a compreensão de Educação Ambiental – politicamente viva, socialmente necessária – é concebida como componente essencial da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal, informal e não-formal. Inclusive, extremamente importante para promover a compreensão da Classe Trabalhadora ao efetivar seu *quefazer*, compreendendo assim que o trabalho disponível no modo de produção capitalista não lhe é natural, é um trabalho que não a permite compreender a totalidade da vida, é um trabalho, literalmente, norteador, alienador.

A PNEA considera, no processo educativo mais amplo, que a promoção da Educação Ambiental precisa ser feita maneira integrada aos programas educacionais com quem possui vínculo, como prática recorrente nos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama). O Sisnama é um indispensável agente descentralizador das Políticas Públicas Ambientais em escala nacional, atentando também para a interlocução dos sujeitos das diversas

regiões no país por meio de seus entes, dentre eles as secretarias municipais, como a Secretaria de Município do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal do Rio Grande (SMMA/PMRG).

Para tanto, consideramos importante exaltar a função do Estado enquanto regulador do Licenciamento Ambiental das instituições privadas e públicas, conduzindo-as a desenvolver Programas de Educação Ambiental destinados à formação da Classe Trabalhadora, possibilitando, assim, uma melhoria e o controle efetivo sobre o ambiente, inclusive neste o trabalho, e sobre as repercussões dos processos produtivos no meio ambiente.

Portanto, compreendemos que o campo da Educação Ambiental, ao longo das últimas décadas, vem sendo potencializado por diversos grupos, com diferentes orientações políticas e referenciais teóricos metodológicos. Sendo assim, em nosso entendimento, um dos mais importantes espaços de Atuação e Formação de Educadores Ambientais é o que concentra ações de Licenciamento e Fiscalização Ambiental para uma compreensão de totalidade, onde os Programas de Educação Ambiental se inserem como condicionante das licenças expedidas. Podemos dizer que, no Licenciamento e Fiscalização Ambiental, existe um espaço de tensionamento entre interesses públicos e privados, o que os torna [Licenciamento e Fiscalização Ambiental] como um instrumento de grande relevância da Política Nacional de Meio Ambiente, voltado para a participação e controle social, importante na formação da Classe Trabalhadora, tornando-se assim, objeto indispensável dessa pesquisa.

A Educação Ambiental no Licenciamento e Fiscalização Ambiental, dessa forma, atua fundamentalmente na gestão dos conflitos de uso e distributivos ocasionados por um empreendimento, objetivando garantir: a apropriação pública de informações pertinentes; a produção de conhecimentos que permitam o posicionamento responsável e qualificado dos agentes sociais envolvidos; a ampla participação e mobilização da classe trabalhadora, por ser esse o grupo mais afetado em todas as etapas pelas ações do Licenciamento e Fiscalização Ambiental, e nas composições e posicionamentos nas instâncias públicas decisórias; o apoio aos movimentos de reversão dos processos assimétricos no uso e na apropriação da natureza, tanto em termos materiais quanto simbólicos.

Como no Licenciamento e Fiscalização Ambiental a vertente da Educação Ambiental a ser desenvolvida é determinada pelo órgão licenciador, consideramos premente compreender que Educação Ambiental está sendo preconizada pelo Convênio 069/2015 Secretaria de Município de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal do Rio Grande.

Nesse sentido, podemos refletir que os projetos de Educação Ambiental, exigidos como condicionantes de licença, devem atender as diretrizes que permitam o entendimento da vida através da compreensão da totalidade, tendo como ordenadora uma Educação Ambiental crítica,

visando a garantia de continuidade e permanência do processo educativo, inclusive no processo de Gestão Ambiental Pública, corroborado pela permanente avaliação crítica do processo educativo (LAYRARGUES, 1998). Valendo-nos disso, vislumbramos a possibilidade de efetivarmos trabalhos nos órgãos licenciadores através de projetos de Educação Ambiental para além da realização de ações pontuais, fragmentadas e despolitizadas, organizando programas, por meio de projetos, que permitam contextualizar os limites e possibilidades de renovação da natureza e de permanência das comunidades locais tradicionais nos territórios de onde provêm os recursos primários de suas atividades de trabalho.

Por quanto, consideramos que tais objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental trazem consigo uma possibilidade de, a partir das diretrizes do Estado, transpormos nossas práticas de acordo com os princípios de Educação Ambiental que pensamos ser necessária. Sendo eles:

- I – o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II – a garantia de democratização das informações ambientais;
- III – o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV – o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V – o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI – o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII – o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (PNEA, 1999).

Quando pensamos em Educação Ambiental, no processo de Licenciamento e Fiscalização Ambiental, preconizando o controle social na elaboração e execução de Políticas Públicas por meio da participação permanente dos cidadãos, principalmente de forma coletiva, na gestão do uso dos recursos ambientais e nas decisões que afetam a qualidade do meio ambiente (QUINTAS, 2005).

Assumir esse pressuposto, contanto, significa admitir que a gestão ambiental não se esgota em suas dimensões políticas de gabinete, administrativas e técnicas, mas é estruturada e permeada por relações sociais. Assim sendo, a Educação Ambiental no Licenciamento e

Fiscalização Ambiental é um processo de mediação entre os interesses dos sujeitos que vivem no território a ser licenciado e os empreendedores que visam o uso do local.

Esse processo de mediação determina, continuamente, o modo como os diferentes sujeitos, por meio de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente, e, também, como se distribuem os custos e os benefícios decorrentes da ação desses agentes. (ACSELRAD, 2009).

3. DA DESCENTRALIZAÇÃO AMBIENTAL À PAUTA AMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS: A SMMA E O LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE.

Neste momento conduzimos as discussões no intuito de detalhar como as Políticas Ambientais começam a permear as esferas do poder executivo municipal brasileiro, sendo inseridas nas rotinas das prefeituras municipais até se efetivarem, especificamente, em uma secretaria municipal do meio ambiente, o que não significa ser o padrão aplicado por todos os municípios, porém é semelhante a inúmeros casos. Apresentamos aqui a história de constituição do lugar em que nos debruçamos à pesquisa: a Secretaria de Município do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal do Rio Grande (SMMA-PMRG).

Para remontar esse propósito, precisamos retomar a compreensão de que o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), criado em 1981, por meio da Política Nacional do Meio Ambiente pelo governo Golpista da ditadura “militar-burguesa” não priorizava o fortalecimento da pauta ambiental nos municípios, apenas visava legitimar, minimamente, uma estrutura que viabilizasse o mercado externo. Atrevemo-nos a fazer mais essa provocação porque a SMMA-PMRG surge, embrionariamente, na organização do Poder Executivo riograndino apenas em 1998, através da Lei Ordinária 5.502/1998 que institui a Reforma Administrativa na Prefeitura Municipal do Rio Grande, revogando a legislação vigente.

Destacamos, ainda, apenas para não deixar cair no esquecimento, que a reforma anterior a essa versa do ano de 1969 – Lei Ordinária nº 2.082/1969 – consolidada no período de ditadura “militar-burguesa” onde as palavras Meio Ambiente e Educação Ambiental simplesmente não foram grafadas. Certamente a pauta ambiental não era preocupação dos governos da ditadura “militar-burguesa”, assim como não se faz constar no plano de governo “fascimilitarburguêsⁱ” que está por se instaurar no Brasil a partir de 2019. Esse cenário, pós-governos de ditadura

“militar-burguesa” foi se redefinindo, caracterizando o Sisnama como um dos principais mecanismos de descentralização das Políticas Públicas Ambientais.

Salvo essa reflexão, identificamos que a Lei Ordinária nº 5.502/1998, do município do Rio Grande, foi estruturada em setores, surgindo então o Setor do Meio Ambiente e Desenvolvimento Primário. Nessa lei municipal se apresenta a inserção da pauta ambiental na rotina do poder executivo municipal, em uma pasta aglutinada e denominada: Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente. A pauta ambiental foi lotada na Supervisão de Meio Ambiente, através da Unidade de Meio Ambiente, composta por apenas duas divisões: Divisão de Proteção da Fauna e da Flora e a Divisão de Educação Ambiental. Precisamos aqui destacar o quão importante estava, à época, a discussão ambiental, principalmente pelos tensionamentos promovidos pela Classe Trabalhadora, ao ponto de se inaugurar no município do Rio Grande o órgão de controle ambiental local com uma divisão específica focada na Educação Ambiental, ratificando a demanda Política Pública dessa como um elo de forte interlocução social e propensa ampla ação junto à comunidade.

No entanto, a pauta ambiental no executivo municipal tomou corpo próprio emancipado somente no ano de 2003, por meio da Lei Ordinária nº 5.793/2003 que desmembrou da Secretaria Municipal da Agricultura, Pesca e Meio Ambiente a Supervisão de Meio Ambiente, efetivando a estrutura denominada Secretaria Municipal do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal do Rio Grande (SMMA/PMRG). Nessa nova organização, surge a SMMA, balizada na estrutura que segue: 1 – Secretário Municipal de Meio Ambiente; 2 – Complexo Administrativo: 2.1 – Unidade de Administração; 3 – Complexo Técnico: 3.1 – Unidade de Licenciamento e Fiscalização; 3.1.1 – Divisão de Arborização; 3.2 – Unidade de Educação Ambiental.

Entretanto, a organização vigente, no momento da escrita desse trabalho, está regimentada pela Lei Ordinária nº 7.265/2012, que altera inclusive a nomenclatura para Secretaria de Município do Meio Ambiente, passando a ocupar espaço na estrutura organizacional básica do Poder Executivo Municipal no bloco VI: Secretarias da Área Estrutural e Gestão Urbana. Na configuração atual da SMMA, estabelecida pelo decreto nº 11.963/2013, a estrutura básica da Secretaria segue: 1 – Gabinete do Secretário; 1.1 – Secretário Adjunto; 2 – Superintendência de Licenciamento e Fiscalização Ambiental; 3 – Gerência Administrativa Setorial. Destacamos, aqui, a supressão da Educação Ambiental como estrutura formal no Poder Executivo Municipal, fato que consideramos como marcante retrocesso e desserviço social, além de ser uma forma de desmobilização coletiva frente à temática.

A Superintendência de Licenciamento e Fiscalização Ambiental da SMMA/PMRG – lócus de análise dessa investigação – possui atualmente 12 (doze) Servidores(as) Públicos(as) Efetivos(as) que exercem funções de fiscalização e licenciamento ambientais – os quais são sujeitos de nossa pesquisa – todos com formação superior, constituindo assim uma equipe multidisciplinar para o trabalho no Licenciamento e a Fiscalização Ambiental Municipal.

Dessa forma, apresentamos a tabela abaixo, no intuito de explicar a formação acadêmica dos sujeitos dessa pesquisa, cuja rotina de trabalho é coordenada pelo(a) Superintendente de Licenciamento e Fiscalização Ambiental, conforme Lei Ordinária nº 7.265/2012.

Tabela 2

Relação de Servidores(as) Públicos(as) Efetivos(as) do município de Rio Grande que desenvolvem a função de Fiscalização e Licenciamento Ambiental.			
Graduação	Quantitativo	Fiscalização Ambiental	Licenciamento Ambiental
Biologia	4	4	4
Ecologia	1	1	1
Arquitetura e Urbanismo	2	0	2
Geografia	1	0	1
Geologia	1	0	1
Engenharia Civil	2	0	2
Engenharia Química	1	0	1
TOTAL	12	5	12

FONTE: Próprio autor.

Portanto, consideramos que os Servidores(as) Públicos(as) Efetivos(as) com função de fiscalização e licenciamento ambiental corroboram para que o município do Rio Grande desenvolva efetivamente as Políticas Públicas Ambientais, dentre elas a Política Nacional de Educação Ambiental no cerne do Licenciamento Ambiental, por ser a Secretaria de Município do Meio Ambiente um órgão municipal vinculado ao Sisnama.

Desse modo, a Prefeitura do Rio Grande, através da SMMA, adquire a competência de efetivar ações de Licenciamento e Fiscalização Ambiental através das atividades delegadas por, principalmente, documentos: a Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) 372/2018 e suas correlatas, onde se estabelecem as tipologias de licenciamento

de impacto local para todos os municípios gaúchos; e o Convênio de Ampliação de Competência, assinado em outubro de 2016 com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA-RS) do estado do Rio Grande do Sul, onde expande a atuação municipal para outras atividades que não apenas as definidas como de impacto local.

Mediante o município ter ampliado sua competência, no que tange a regulação e expedição de Licenciamento Ambiental, consideramos de extrema relevância compreender que Formação de Educadores (as) Ambientais está sendo preconizada pela SMMA-PMRG e como suas ações estão, concomitantemente, sendo aplicadas, visto que há significativa ampliação de atividades de Licenciamento e Fiscalização Ambiental, principalmente no que está sendo cobrado durante desenvolvimento de Programas de Educação Ambiental apresentados pelos empreendedores como condicionante de processos em Licenciamento Ambiental.

Em tempo, como outro importante destaque, citamos a lei do Licenciamento Ambiental municipal do Rio Grande – Lei nº 7955/2015 – por constatar em nossa investigação que a Educação Ambiental também não foi incluída nessa, onde consideramos que estamos perdendo, ou deixando de ocupar, espaços centrais nas estruturas formais no município do Rio Grande. No caso em voga, manifestamos que perdemos a oportunidade de incluir a Educação Ambiental na legislação municipal por essa lei ter revogado o marco regulatório que sucedeu.

Por isso, faz-se vital incluir a Educação Ambiental nos marcos legais do processo de Licenciamento Ambiental municipal para cativar e encorajar outros municípios, principalmente da nossa região, ratificando a importância da Educação Ambiental como Política Pública. Porém, obviamente, a não inclusão prejudica os procedimentos, haja visto que a SMMA está vinculada ao Sisnama, tendo suas legislações e diretrizes como estrutura basilar em seus processos.

Dentre as diretrizes produzidas pelo Ministério do Meio Ambiente, compreendemos uma em especial por ter caráter ratificador de nossa pesquisa: o Guia de Procedimentos do Licenciamento Ambiental Federal. Esse guia, orientador de documentos de referência, serve como manual de procedimentos para licenciamento ambiental federal junto ao Ibama, prestando esclarecimentos e informações sobre os procedimentos frente a comunidade.

Nesse documento, é aclarado que:

Esse modelo de gestão ambiental tem ocasionado debates na relação entre o setor público e privado. Tendo em vista a preocupação dos setores com a qualidade de vida, o desenvolvimento e o esgotamento dos recursos naturais, há uma necessidade de retomada da discussão sobre os desafios que irão se configurar nesse processo. Dessa forma, ambos deverão buscar formas inéditas de parceria e ação integrada visando à união do desenvolvimento com o meio ambiente. (IBAMA, 2002, p. 1).

Destacamos essa diretriz, do Guia de Procedimentos e Licenciamento Ambiental Federal, principalmente, pelo caráter orientador que se propaga frente à comunidade, bem como pelo seu reflexo direto junto aos membros pertencentes ao Sisnama, como as secretarias de estados e municípios. Principalmente, pela ligação direta do MMA, para elaboração desse documento, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: PNUD – vista nesta última nossa preocupação quanto ao viés norteador [conduzindo o licenciamento ambiental como atividade voltada para proteção do desenvolvimento do modo de produção capitalista] da ONU, visando formar uma imagem positiva, através da publicização da melhoria continuada e modernização de seus processos.

3.1 Como se desenvolveram pesquisador e pesquisa: o problema no fenômeno de pesquisa

Compreender-se como inconcluso é o sentimento vital para que possamos ter percorrido os caminhos que nos constituíram até esse momento. Nada se dá ao acaso, somos aquilo que nos constituímos pela capacidade material, espiritual, onde nosso intelecto, sensibilizado pela realidade objetiva abstrai e busca ressignificar o mundo, expressando nossas ações por meio da nossa consciência. Através dos nossos sentidos é que percebemos o mundo, por meio de nossa reflexão sobre nossas ações é que expressamos nossas práxis.

Devidamente sensibilizados, justificamos essa pesquisa de dissertação de mestrado devido à relevância de compreendermos que Formação de Educadores (as) Ambientais está sendo preconizada na Secretaria de Município do Meio Ambiente – a qual é subsídio para a aprovação dos Programas de Educação Ambiental apresentados como condicionante dos Licenciamentos Ambientais de competência do município do Rio Grande. Portanto, exaltamos a importância da classe trabalhadora, referenciadas aqui como Gestores (as) Ambientais, considerados no âmbito deste trabalho como Educadores (as) Ambientais, almejando importante contribuição a não degradação exacerbada dos recursos da natureza natural, bem como as comunidades que mantêm sua sobrevivência a partir das instâncias primárias dos recursos da natureza.

Assim, nos motivados a desenvolver essa pesquisa na linha Educação Ambiental: Ensino e Formação de Educadores (as) – EAEFE, como forma de compreendermos como se efetiva a Formação de Educadores (as) no cerne do Licenciamento Ambiental no município de Rio Grande (RS).

Tal curiosidade nos foi despertada mediante o pesquisador, ter desempenhado a função de Superintendente de Licenciamento e Fiscalização Ambiental na Secretaria de Município do

Meio Ambiente da Prefeitura Municipal do Rio Grande. Nesse espaço, dentre suas atividades, o pesquisador tomou ciência do Convênio⁶ nº 069/2015, contratado pela Prefeitura Municipal do Rio Grande (PMRG) com a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), através de recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA), para subsidiar os programas de Formação Gestores (as) Ambientais, cuja ação principal está voltada ao Licenciamento e Fiscalização Ambiental de competência local.

Assim, o convênio objetiva desenvolver um processo de Formação Continuada para servidores da SMMA, outros gestores públicos e consultores privados, formação essa que estamos considerando como Formação de Educadores (as) Ambientais. O financiamento se dá através do FMMA, cuja fiscalização e controle deve ser efetivada por Câmara Técnica de Acompanhamento de Convênios do Conselho de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA).

A possibilidade de atuação profissional na área ambiental, por parte do pesquisador em desenvolvimento desse trabalho de mestrado, em específico junto ao Licenciamento Ambiental municipal, foi possível devido aos caminhos percorridos para convergir, neste momento, a tal situação.

O pesquisador desse trabalho, como membro da classe trabalhadora, tendo exercido atividades em diversas áreas, algumas voltadas a alimentos antes mesmo da graduação, e compreendendo por influência de importantes amigos, familiares, que o ensino superior era importante caminho a ser percorrido para melhoria da qualidade de vida como trabalhador, empreendeu esforços para atingir tal meta. Obviamente que não por esforço único, mas valendo-se de Políticas Públicas que expandiram o acesso nas universidades públicas federais, como o Programa Reuni – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – criado pela gestão do Partido dos Trabalhadores, por meio do decreto nº 6.096/2007, democraticamente eleita sob a presidência de Luís Inácio Lula da Silva.

Assim, valendo-se de Políticas Públicas que tinham como foco inserir a classe trabalhadora, e seus filhos, junto aos espaços dominados pela elite econômica e intelectual do país, o pesquisador ingressou na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Imerso nesse contexto, o pesquisador teve a “brilhante” ideia de fazer seleção para a área das exatas. Isso mais por teimosia que por entendimento, pois a compreensão e interesse pela área das humanas sempre foi mais potencializada, durante o período escolar. Ademais,

⁶ Convênio contratado pela Prefeitura Municipal do Rio Grande com a Universidade Federal do Rio Grande para a Formação Continuada de Gestores(as) Ambientais.

cabe aclarar que as “exatas” eram tão dolorosas e incompreendidas que serviram como base para persistência de ingressar nessa área.

Desse modo, o pesquisador ingressou no curso de bacharelado em Química na UFPel. Nessa mesma instituição, por reopção, migrou para o curso de bacharelado em Química de Alimentos, um curso de Química Industrial, com formação voltada diretamente para o mercado de trabalho. A reopção de curso visava pôr vida nos estudos, por gente nas causas ao invés de fazer uma formação quantitativa simplesmente para reproduzir uma pesquisa quantitativa.

No período como discente na UFPel, motivado pelas discussões calorosas entre colegas, sobre alguns fatos que nos perturbavam como reivindicações que tinham como centralidade as estruturas arcaicas de instalações das edificações, falta de segurança em laboratórios de aulas práticas que, inclusive, agrediam a saúde da classe trabalhadora daqueles espaços. Desse modo, o grupo discente começa a desenvolver críticas aos modos de ensino, bem como as estruturas físicas que frequentava.

Começa, assim, a articulação desse grupo, cujo objetivo era a melhoria da qualidade de vida dos estudantes, bem como a garantia da educação de qualidade, visando as questões ambientais para além dos resíduos descartados nas pias sem tratamento. Incluindo a vida. Vivências essas que possibilitaram ao pesquisador se desenvolver enquanto militante estudantil, junto a representação discente no Diretório Acadêmico dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Química (DAQ) da UFPel, no Diretório Central do Estudantes da UFPel e no Diretório Acadêmico da Química de Alimentos.

Sendo assim, acreditamos que a Educação Ambiental enquanto compreensão da totalidade é o vital instrumento de superação da sociedade do egoísmo capitalista. A Educação Ambiental sozinha não salvará o mundo, mas sem ela não haverá compreensão e emancipação, impedindo assim a crítica ao modo de produção que foi arquitetado e desenvolvido para a manutenção do poder hegemônico da classe “não-trabalhadora” burguesa.

Legitimamos, também, a opção por essa linha de pesquisa e pela perspectiva teórica marxista que orienta nossas compreensões sobre e com o mundo, mediante a aproximação e participação no grupo orientado pelo Professor Dr. Luis Fernando Minasi – Grupo de Trabalho Marxismo e Educação Ambiental⁷, o qual a partir da lógica do Materialismo Histórico e do Materialismo Dialético compreende a realidade objetiva e estuda a Formação de Educadores

⁷ O Grupo de Trabalho “*Marxismo e Educação Ambiental*” está constituído há mais de dez anos, sob o nome “*Pão, Manteiga e Marx – Cafés de sábado*”, sendo orientado pelo Professor Dr. Luis Fernando Minasi.

(as) Ambientais como possibilidade de superação da Crise Ambiental que vivemos na atualidade.

Diante desse constructo histórico, apresentamos alguns dos aspectos que constituem nosso fenômeno de pesquisa, os quais nos sensibilizaram a consolidar o problema a ser investigado. Assim, nos mobilizamos em busca das múltiplas questões que constituem a Formação de Educadores (as) Ambientais no âmbito do Licenciamento Ambiental no município do Rio Grande.

Para tanto, em nossos estudos em busca de compreender como se efetivam as formações de Educadores (as) Ambientais no cerne do licenciamento na PMRG, compreendemos que a Política Nacional de Meio Ambiente (1981) é o aparato que efetivou o Licenciamento e Fiscalização Ambiental no Brasil. Ancoradas, também, por essa lei observamos que surge no constructo legal brasileiro a preocupação com a difusão da Educação Ambiental em todos os níveis de formação.

Dessa forma, compreendemos que é na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) que são promulgadas orientações no sentido de efetivar a Educação Ambiental como prática educativa nos processos de Licenciamento Ambiental. Tais práticas, segundo a PNEA, podem ser desenvolvidas como programa de Educação Ambiental, em quaisquer entidades licenciáveis. Para tanto, podemos, ainda, ratificar essa preocupação não apenas partindo da esfera local, mas pela mobilização do ente federal onde desenvolve o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais com objetivos de promover a participação social, a transversalidade da Educação Ambiental, o fortalecimento do Sisnama e a busca pelo desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, entendemos que a Educação Ambiental não pode ser mera formalidade dissociada dos demais programas exigidos como condicionantes de licença. O caminho para a realização da Educação Ambiental dentro dos processos de licenciamento, necessariamente, precisa passar pela organização de espaços e momentos onde se possa compartilhar saberes, conhecimentos, gerando a emancipação da classe trabalhadora e a compreensão da totalidade.

Ao refletirmos, então, sobre tal conjunção apresentada pela realidade material, optamos por configurar, dentro desse fenômeno de estudo, as imbricações da Política Nacional do Meio Ambiente, alinhada à Política Nacional de Educação Ambiental, para a Educação Ambiental na Formação Continuada de Gestores (as) Ambientais – Educadores (as) Ambientais. Para tanto, elegemos a Unidade de Licenciamento e Fiscalização Ambiental (ULFA) da Secretaria de Município do Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal do Rio Grande – PMRG, como espaço

do estudo e delimitamos como tempo o período de início do Convênio 069/2015, em outubro de 2015 até dezembro de 2018.

Ao adentrarmos a questão lugar escolhido para pesquisa – a SMMA/PMRG – nos debruçamos no levantamento das estruturas da SMMA. Assim, nos deparamos com o montante de três unidades: a Unidade de Arborização e Poda, Unidade Administrativa, Unidade de Licenciamento e Fiscalização Ambiental. Ainda, a SMMA possui duas unidades que fogem o quadro formal: a Unidade de Educação Ambiental e a Coordenadoria Municipal de Defesa dos Direitos Animais (CMDDA).

Tais unidades são responsáveis pelo desenvolvimento das Políticas Públicas Ambientais no município do Rio Grande. Ademais, temos a Unidade de Licenciamento e Fiscalização Ambiental como *locus* desse estudo – onde consolidamos a necessidade de captar o fenômeno, indagá-lo, descrevê-lo em suas manifestações em relação ao contexto em que se insere e em relação a si mesmo, para compreendê-lo o mais próximo possível do movimento de sua essência (KOSIK, 1976).

A escolha da Unidade de Licenciamento e Fiscalização Ambiental se deve ao fato dessa pesquisa almejar uma investigação sobre a Formação de Educadores (as) Ambientais no Licenciamento Ambiental da SMMA da PMRG, os quais tem na SMMA a função de Gestores Ambientais. Igualmente, destacamos a motivação desse estudo ao fato do pesquisador ter desenvolvido a função de gestor de tal unidade.

Ademais, trazemos como justificativa de nossa investigação, a Educação Ambiental ser considerada um dos condicionantes das licenças ambientais emitidas pela SMMA/PMRG. Enaltecemos, que os Gestores (as) Ambientais, condicionam às licenças Programas de Educação Ambiental anterior à fase de instalação – sem emitir nesse momento orientações sobre como desenvolver tal Programa – no entanto, é o mesmo Gestor (a) que analisa a proposta de Programa de Educação Ambiental apresentada pela instituição em licenciamento, deferindo ou não o atendimento satisfatório dessa condicionante. Logo, compreendemos que esse Gestor(a) necessita de subsídios para, minimamente, entender o que é Educação Ambiental, portanto concebemos o quão imprescindível é a Formação desenvolvida pelo Convênio nº 069/2015.

Para tanto, estamos compreendendo a Formação de Educadores (as) Ambientais ancorados na compreensão da totalidade (LUKÁCS, 2003), de forma que temos no materialismo histórico, desenvolvido por Marx (1996, 2003), uma possibilidade de interpretação da realidade. A partir dessa teoria concebemos que nenhum processo social pode ser compreendido de forma isolada, como uma instância neutra e acima dos conflitos materiais

e ideológicos da sociedade. Sendo necessário compreender todos os fenômenos da realidade concreta de acordo com suas correlações, relações e ligações que possibilitam o movimento das contradições, que se estabelecem numa determinada materialidade histórica como desenvolvimento.

Ademais, de acordo com nossa perspectiva teórica, compreendemos que o modelo econômico vigente tem como racionalidade a lucratividade em todas as cadeias de seu processo produtivo. Dessa forma, a racionalidade capitalista de mercado não deixa brechas em seus cálculos para a contraditória racionalidade ecológica, a qual considera a temporalidade dos ciclos naturais e a lenta possibilidade de restauração dos recursos da natureza (CABRERA, 2016).

Concebemos que a Crise Ambiental atual está no modo de produção capitalista – o qual, dominado pela classe “não-trabalhadora” burguesa, configura uma consciência social para manutenção da ordem estabelecida, uma consciência ideológica, e não pauta a redução do consumo, conforme dissemina a indústria. A partir dessa concepção – de Crise Ambiental como Crise Estrutural do Capital – organizamos nossa pesquisa pautada na teoria desenvolvida por István Mészáros (2011).

Portanto, estamos compreendendo o trabalho como uma atividade vital à existência humana, enquanto atividade criativa que produz a sociedade e desenvolve a Educação (CABRERA, 2016). De tal modo, consideramos o Licenciamento Ambiental e a Formação dos Educadores(as) Ambientais ancorados em uma compreensão de Educação Ambiental enquanto totalidade como uma possibilidade constituir outra sociabilidade humana.

[...] entre a necessidade de transmissão de uma cultura existente (valores, ciência, ideologia), que é a tarefa conservadora da educação, e a necessidade de criação de uma nova cultura que é tarefa revolucionária da educação (GADOTTI, 1975, p. 61).

Desse modo, ambicionamos que se efetive na realidade uma Educação Ambiental que tem em seu cerne a Formação de Educadores(as) Ambientais, os quais constituirão outra sociedade pautada em princípios de valorização a vida humana, por uma práxis que implica ação e reflexão dos homens no mundo e com o mundo para transformá-lo (FREIRE, 1987).

Consideramos, entretanto, o trabalho do Educador(a) Ambiental como uma das formas práticas de superação desse modelo de sociedade, condicionada pelo modo de produção capitalista. Para isso, ponderamos ser de extrema importância o desenvolver de uma Formação de Educadores(as) Ambientais conscientes de sua condição no mundo e dos processos do

capital, consciência essa que não seja solitária, mas possa se unir a uma compreensão de consciência de classe, em específico da classe trabalhadora.

Vimos, então, por afirmar a Educação Ambiental enquanto totalidade, "pois é somente nessa relação que se revela a consciência que os homens têm da sua existência, em todas as suas determinações" (LUKÁCS, 2003, p. 140). Assim, possibilitando aos seres humanos pensar a superação do atual modo de produção social e a transformação da sociabilidade humana.

Não obstante, é preciso enfatizar que sendo sujeitos em uma sociedade capitalista, necessitamos lutar por fundamentos emancipatórios da Educação Ambiental, que possibilitem a formação multilateral dos sujeitos. Fundamentos esses mediadores da formação de seres humanos, os quais serão capazes de compreender a realidade o mais próximo possível de seu movimento real.

Nossa concepção de Educação Ambiental tem em seu cerne uma proposta política e historicamente situada, possibilitando a Formação de Educadores (as) Ambientais no Licenciamento e Fiscalização Ambiental enquanto formação de seres humanos capazes de constituir uma outra sociedade, a qual não estará pautada pelas relações impostas pelo capital. Objetivamos a formação de outro ser social, o qual se reconheça enquanto sujeito histórico de seu processo de desenvolvimento.

Concebemos, para tal, a necessidade premente do trabalho com a Educação Ambiental como fundante de outros princípios, práticas e reflexões que proporcionem a concepção que ser humano e natureza são imbricações dinâmicas e constantes.

Para tanto, sabemos que a escola tem a possibilidade de influenciar sistemática e organizadamente a visão de mundo, os sentimentos da juventude. Logo, concebemos que a Formação Continuada de Gestores (as) Ambientais é fundamental na construção de outra sociedade, por meio de uma formação destinada a desenvolver sujeitos que se compreendam politicamente situados, e anseiem por se engajar na luta por uma sociedade de direitos equânimes, onde a classe trabalhadora, por meio da constituição do conhecimento e do trabalho produtivo, desenvolverá todas as suas forças físicas e espirituais (KRUPSKAYA, 2017).

Almejamos uma gestão pública onde o gestor não apenas receba informações, mas que seja instigado a constituir conhecimento do coletivo para o individual (FREIRE, 2014), não se limitando à memorização e à observação, aguçando suas possibilidades criativas e práticas. Uma formação que enfatize a necessidade da educação para a formação prática: trabalho - reflexão - trabalho.

Neste intuito, a Formação de Educadores (as) Ambientais deve despertar nos gestores em geral a curiosidade e o interesse de investigação pela natureza não-humana, pela natureza humana⁸ e pelos fenômenos naturais e sociais que constituem o ambiente social.

Por conseguinte, consideramos que na Educação Ambiental, como fundamento de uma formação de Educadores (as) Ambientais, temos a possibilidade de envolver a classe trabalhadora em sua totalidade, favorecendo o desenvolvimento multilateral de suas potencialidades, o senso de coletividade no trabalho, a organização do raciocínio lógico dialético, assim constituindo seres sociais hábeis ao convívio coletivo em sociedade, bem como ao trabalho solidário.

Diante desse constructo, refletir sobre uma proposta educativa fundada na perspectiva de Educação Ambiental enquanto totalidade, a qual está atrelada a perspectiva marxiana, é pensar em transformar comportamentos, atitudes, aspectos culturais, isto é o *modus* de sociabilidade.

No entanto, concebemos que o trabalho com a Educação Ambiental, nessa perspectiva, pode vir a contribuir com a auto-organização da classe trabalhadora, com vistas ao trabalho coletivo e solidário. Portanto, a Formação de Educadores Ambientais pode proporcionar aos Gestores (as) Ambientais conhecimentos necessários que virão a orientá-los no contexto em que estão inseridos.

Entendemos que, o grande desafio da Educação Ambiental está sendo trabalhar em prol da organização de uma outra cultura, uma outra racionalidade, a partir do momento em que os trabalhadores compreenderem a complexidade da realidade na sua totalidade. Dessa forma, gerando outra ideologia – a ideologia da classe trabalhadora – e com ela o tensionamento de outra sociabilidade humana, arraigada em outras relações de produção econômica.

Para tanto, estamos concebendo que o Educador Ambiental tem como função o domínio dos fundamentos e das possibilidades interdisciplinares da ciência (enquanto área do conhecimento) que ele trabalha.

Os Educadores (as) Ambientais, por nós concebidos como Gestores (as) Ambiental, antes de tudo, devem conhecer o campo científico de sua formação. Os Gestores (as)

⁸ A partir dos postulados de Karl Marx, concebemos a natureza enquanto: natureza natural – externalidade humana; natureza humana – natureza como parte constituinte do ser humano; e, natureza humanizada – da relação entre ser humano e natureza natural mediada pelo trabalho resulta a natureza humanizada. Assim, compreendemos a natureza natural como matéria prima do trabalho humano, a qual o ser humano transforma através do trabalho e simultaneamente transforma a si. Logo, ao passo que a homem se transforma mediado pelo trabalho, as múltiplas formas, como ele se relaciona com a natureza que lhe é externa, também são transformadas, dessa forma contribuindo para o processo de outra sociabilidade humana.

Ambientais necessitam conhecer a própria essência da ciência com a qual trabalham, seu estado atual, as principais etapas do seu desenvolvimento, a sua relação com as outras ciências, com a multiplicidade das relações sociais, entender sua função no desenvolvimento social (KRUPSKAYA, 2017).

Os Educadores (as) Ambientais necessitam interferir politicamente na sociedade, comprometer-se socialmente para que aprimore sua condição humana no mundo. Assim, nossa concepção de Educação Ambiental vai ao encontro de uma Formação de um outro ser social, o qual se reconhecerá política e historicamente participante na sociedade.

Nesse sentido, almejamos uma Formação de Educadores Ambientais que enfatize a necessidade prática: trabalho - reflexão - trabalho. Assim, despertando nos Educadores (as) Ambientais a curiosidade epistêmica e a necessidade de se engajar nas causas da classe trabalhadora.

Diante do exposto, consideramos de extrema relevância a Formação dos Educadores(as) Ambientais no geral dos profissionais da educação e em particular desse trabalho de Gestores(as) Ambientais, os quais serão disseminadores de ideias por meio de orientação de Programas de Educação Ambiental. Estamos considerando que esses Educadores(as) Ambientais terão como centralidade do seu processo de trabalho compartilhar seu conhecimento, socializar as ideias, aguçando o desenvolvimento do conhecimento da classe trabalhadora, e por ela também sendo aguçado.

3.2. Delimitação do problema de pesquisa: hipóteses e objetivos.

O processo dialético da formação dos fenômenos Materiais sociais, desenvolve-se por meio de resolução ou mesmo da superação de contradições que determinam o movimento desenvolvidor dos fenômenos da realidade.

Assim, buscamos compreender que contradições dão movimento ao Convênio 069/2015, o qual tem como meta a formação de Gestores(as) Ambientais e, como possibilidade a formação de Educadores(as) Ambientais, tendo em vista que tal formação preconiza fundamentar os fiscalizadores e licenciadores ambientais, também, na análise e orientação de Programas de Educação Ambiental.

Dessa forma, organizamos como problema de pesquisa a seguinte questão: Que contradições existem na Formação de Educadores(as) Ambientais, desenvolvida pelo Convênio

nº 069/2015, a qual fundamenta a Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental no município de Rio Grande?

Detalhado, em parte, nosso fenômeno de pesquisa e elaborado nosso problema, organizamos a seguinte hipótese: Há contradições na Formação de Educadores(as) Ambientais desenvolvida pelo Convênio nº 069/2015, que podem dificultar a compreensão da Educação Ambiental enquanto totalidade. Em decorrência da primeira afirmativa organizamos a segunda hipótese: Existem situações-limite no processo de Formação de Educadores(as) Ambientais do Convênio nº 069/2015, que podem desfavorecer o desenvolvimento de uma Educação Ambiental no cerne dos Licenciamentos Ambientais da PMRG.

Não obstante, nossas hipóteses nos conduziram aos seguintes objetivos:

I – Analisar, interpretar e compreender que contradições existem na Formação de Educadores (as) Ambientais no Convênio 069/2015.

II – Compreender que Educação Ambiental está sendo preconizada no processo formador do Convênio 069/2015.

III – Analisar e interpretar que compreensão de Educação Ambiental os Gestores (as) Ambientais da ULFA/SMMA/PMRG – concebidos nessa pesquisa como Educadores (as) Ambientais – estão desenvolvendo a partir da relação formativa no Convênio 069/2015.

Essa pesquisa buscou evidenciar a necessidade que a realidade objetiva nos apresenta de conhecer as contradições existentes das e nas relações sociais, para que possamos nos posicionar e interferir sobre elas. Buscamos, para tanto, elementos concretos para explicitação, análise e explicação do fenômeno enquanto reflexo da realidade que precisa ser transformada.

Objetivamos desvelar a realidade com o aprofundamento na teoria dialética materialista, compreendemos por reflexo, o princípio do pensamento humano, enquanto materialidade que por meio dos sentidos é cooptada pelos homens e transformada em imagens, palavras, sensações enfim, pensamento. Assim, partimos do princípio que todo conhecimento é reflexo do mundo material.

A teoria do conhecimento materialismo dialético preconiza que a prática sócio- histórica é a base do conhecimento e o critério único, pois todos os nossos conhecimentos não são se não o reflexo do mundo objetivo, das leis e conexões, cognoscíveis unicamente no processo da prática. (KRAPIVINE, 1986, p. 312).

Se os nossos conhecimentos são desenvolvidos a partir do reflexo do mundo objetivo, logo podemos afirmar que não é a ideia que determina o mundo material, mas sim esse último que determina a ideia. Dessa forma, calcados pelo referencial de Marx e Engels (2007),

concebemos que não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Reconhecemos, então, através do materialismo dialético que todos os fenômenos na natureza se dão de maneira correlacionada na objetividade do mundo, o qual precede a consciência e tem como seu princípio primordial a matéria.

Temos, na teoria marxista, o método que embasa nossos estudos. Método esse não entendido como um conjunto de regras e normas a serem cumpridas, pois segundo Tonet (2013) o constructo filosófico marxiano não é um método, mas sim, uma teoria acerca da ontologia do ser social. É a forma de conhecer o homem no movimento ininterrupto entre sua objetividade e subjetividade, o homem como produto de sua práxis social.

Entendemos a práxis como a objetivação da existência humana, não é a atividade prática contrária a teoria, mas como relação objetiva e subjetiva do homem que se materializa na realidade como trabalho (KOSIK, 1976). Sendo a práxis formadora e ao mesmo tempo forma específica do ser humano, traz na sua essência a ação criativa do homem. Essa ação criativa é constituída pela unidade das propriedades biológicas humanas, pelo reflexo da realidade na consciência e pelo conhecimento já desenvolvido.

Tal unidade desenvolve um novo conhecimento e à medida que o materializa, por meio da fala e/ou do ato, novamente desenvolve uma práxis. Corroborando com essa compreensão Ivo Tonet explicita:

Ora, se o conhecimento é apenas uma das dimensões da totalidade que é o ser social, então, sua origem, sua natureza e sua função social só poderão ser apreendidas na medida em que se conhecerem as determinações mais gerais e essenciais deste ser e na medida em que se identificar o lugar que o conhecimento ocupa na produção e reprodução do ser social como totalidade, ou seja, na práxis social. (TONET, 2013, p. 74).

Fundamentados em Tonet (2013) podemos afirmar o ser social enquanto totalidade, como princípio metodológico, em que tudo deve ser compreendido como o resultado da relação das diversas partes entre si e com o todo. O ser social como um complexo de complexos – em que cada parte, cada fato só existe à medida que emerge de um conjunto – como resultado de um processo através do qual cada um dos elementos parciais vai produzindo a sua natureza e a sua especificidade.

Para que possamos, então, conhecer o fenômeno no processo de pesquisa se faz necessário a abstração das partes a partir do todo, isolando alguns momentos e aspectos, e renunciando outros. Tal metodologia não se configura através da fragmentação do fenômeno, mas a partir da análise de suas partes é possível melhor compreendê-lo, sempre tendo em vista sua totalidade.

Para tanto, o fenômeno dessa pesquisa como todos os outros da realidade objetiva, não se desenvolve de maneira isolada, mas em unidade indissolúvel com outros fenômenos materiais. Portanto, para compreendermos o fenômeno enquanto totalidade, optamos teórica e metodologicamente pela natureza dialética da pesquisa.

A opção pela natureza dialética da pesquisa recai no fato de compreendermos que o método dialético, admite que os fenômenos materiais são processo e não coisas perfeitas, acabadas, podendo contribuir para superação da visão imediata e aparente percebida no fenômeno e prol de uma visão mediada da realidade que forma esse tipo de sujeito. Buscamos, também, no uso do materialismo dialético um dos seus traços mais característicos que é seu “espírito” crítico e revolucionário. (MINASI, 2005, p.65).

A afirmação de Minasi contribui para a compreensão desenvolvida nesse estudo de que nosso fenômeno de pesquisa está em constante movimento. Assim, nossa investigação se dará na tentativa de compreendermos o processo de Formação de Educadores (as) Ambientais desenvolvido no Convênio 069/2015 na SMMA da PMRG.

Fundamentados, também, no que propõe Kosik (1976), almejamos desconstituir abstratamente a pseudoconcreticidade do fenômeno (aparência), para que possamos reconstruí-lo historicamente e conhecermos sua dialética individual e do mundo no geral. E assim, compreendermos o conteúdo objetivo do fenômeno e seus significados, sua função objetiva e o seu lugar histórico na sociedade.

Ressaltamos, ainda, como aspecto fundamental para o desvelar de nosso fenômeno o materialismo histórico, o qual compõe o aspecto sociológico do método marxista, sendo de grande proveito para compreendermos as conexões de nosso fenômeno de pesquisa com os outros aspectos da materialidade. Como assim corrobora Bigliardi:

Encontrei no materialismo histórico a possibilidade de análise do real em determinado grau de profundidade, que a realidade se desvela, em sua concretude, não por meio das manifestações aparentes, que a ideologia burguesa quer fazer crer, sejam a essência do real, mas por meio das relações de produção e de reprodução que, de modo objetivo, compõe a essência da sociedade de classes. (BIGLIARDI, 2012, p. 23).

Reafirmamos, por intermédio, das palavras da autora a centralidade do materialismo histórico – enquanto possibilidade de análise da realidade nas suas intrínsecas relações, o mais próximo possível do movimento de sua essência. Compreendemos, pois, que o fenômeno a ser investigado está para além de sua dinâmica aparente, ideológica, o entendendo enquanto constituição histórica, no movimento de suas contradições, como reflexo do atual modo de produção. Para Marx, a contradição se faz pelo antagonismo decorrente de situações inerentes à sociedade de classes, as quais se constituem no enfrentamento político entre a explicitação

dos conflitos estruturais para eliminação de determinada situação e o surgimento de uma nova condição (MARX, 2010).

A crítica, em Marx (2010), consiste em apresentar a mediação como existência da contradição e persistir na diferença dos extremos, extremos esses que são efetivos e não podem ser mediados, justamente por serem eles extremos efetivos que não precisam sofrer nenhuma mediação por serem essências contrapostas. Nossa compreensão sobre o fenômeno a ser investigado parte do princípio que são suas contradições internas que o tornam dinâmico, ou seja, em constante processo de constituição e movimento. Onde, juntos com Marx e Engels (2007), compreendemos que essas contradições constituem as forças motrizes do desenvolvimento de cada fenômeno da realidade, portanto, pensamos que a análise das contradições nos possibilitará a compreensão do desenvolvimento histórico próprio do fenômeno investigado.

Corroborado com essa compreensão, Cheptulin (1982) ao designar a contradição como luta e unidade dos contrários, isto é, como a lei fundamental da realidade objetiva e do conhecimento, está denotando ao fenômeno seu movimento à medida que ocorre o embate entre seus aspectos contrários, entre suas tendências opostas, as quais formam sua unidade. Buscamos, então, compreender por intermédio da dialética materialista e do materialismo histórico que contradições – que situações-limites⁹ – põem em movimento nosso fenômeno de pesquisa.

4. METODOLOGIA COLETA E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES

Desenvolvemos, até então, uma discussão pelo viés filosófico-histórico acerca do fenômeno dessa pesquisa, a delimitação do problema e sua caracterização. Por conseguinte, nos deteremos nessa seção à exposição teórica sobre como – a partir de que estratégias – foi desenvolvida essa investigação. Portanto, discorreremos acerca da metodologia que se fez necessária a esse estudo.

No cerne da teoria que orienta essa pesquisa temos como premissa compreender o processo de conhecimento a partir da gênese do ser social, do ato que funda a sociabilidade –

⁹ Estamos utilizando as situações – limite, como categoria freireana, as quais compreendemos como contradições no processo de constituição do fenômeno de pesquisa. (FREIRE, 1987).

obviamente humana – para descobrir a origem, a natureza e a função social do fenômeno a ser conhecido. Assim, entendemos que o conhecimento tem sua origem e sua finalidade na ação do homem.

Dessa forma, a partir das contribuições de Tonet (2013) ponderamos que o processo do conhecer é um dos momentos da dinâmica de transformação da realidade, pois o conhecimento é a mediação indispensável para a intervenção na realidade, bem como para constituição do ser humano. Esse movimento, “na perspectiva ontológica [...] é uma reconstrução teórica do objeto, isto é, uma tradução teórica do processo histórico-social que deu origem àquele específico objeto e dos diversos elementos que o constituem”. (TONET, 2013, p. 107).

Na linha do que concebe o autor acerca do conhecimento, enquanto processo ontológico, compreendemos que para conhecer a origem e a natureza do fenômeno da investigação é necessário reconstituirmos seu processo histórico e suas múltiplas determinações e ligações com outros aspectos da realidade. Da mesma maneira que para desvelar o fenômeno de pesquisa, se faz necessário reconhecer seu sujeito fundamental – as classes sociais – já que é o interesse de classe que permitirá ou não delimitarmos com nível de profundidade a forma e o conteúdo das relações analisadas.

Sendo o interesse de classe o determinante do grau de profundidade do conhecimento do fenômeno investigado, é a postura política do pesquisador que determinará a apropriação do fenômeno em sua totalidade. Consideramos, então, condição primordial, à elaboração do conhecimento sobre a realidade, o posicionamento político do pesquisador, o qual determinará a quem e a que nível interessa conhecermos. Consequentemente, nesse estudo, assumimos a perspectiva da classe trabalhadora e objetivamos compreender o fenômeno o mais próximo possível de sua integralidade.

Para que sejamos coerentes com nossa compreensão sobre o desenvolvimento do conhecimento – logo, com a teoria que embasa esse estudo – nos valem da pesquisa qualitativa (TRIVIÑOS, 2012). Compreendemos a partir de Triviños (2012), a pesquisa qualitativa como uma possibilidade – no cerne da teoria que nos orienta – de conhecer nosso fenômeno a partir do desenvolvimento de suas relações e ligações. Nesse movimento de pesquisa, nada está estabelecido *a priori*, ou seja, a complexidade da análise aumenta ao passo que desenvolvemos o conhecimento e aprofundamos as questões.

Dessa forma, para atender alguns aspectos de nossa questão geral de pesquisa, assim como corroborar ou refutar nossas hipóteses e deferir nossos objetivos, utilizamos a entrevista semiestruturada como técnica metodológica de coleta de informações. Fazemos uso da entrevista semiestruturada por compreendê-la sob o enfoque qualitativo de coleta de

informações – como entrevista aberta – que ao mesmo tempo valoriza a presença do pesquisador e oferta a possibilidade de liberdade e espontaneidade ao entrevistado, enriquecendo as informações em análise (TRIVIÑOS, 2012).

Destarte, primeiramente nos valemos dessa metodologia para compreender que Educação Ambiental está sendo desenvolvida pelas Formações do Convênio 069/2015 pela FURG – junto à ULFA/SMMA. Assim, analisamos os documentos representantes do Convênio que tivemos acesso, como: o Plano de Trabalho e o Relatório da Formação 01 com os Gestores (as) Ambientais da SMMA, os quais contam nos anexos dessa dissertação. Exaltamos, aqui, que não tivemos analisamos o Relatório referente a Formação 02, realizada com membros do COMDEMA, devido a FURG não ter entregue o mesmo a SMMA até o mês de novembro desse ano.

Em um segundo momento, foram realizadas as entrevistas semiestruturadas com 11 dos Servidores(as) Públicos(as) Efetivos da SMMA, os quais desempenham as funções de fiscalização e licenciamento ambiental, devido um dos Servidores(as) não ter aceitado participar da pesquisa, justificando ao pesquisador que não poderia contribuir com a investigação, pois Educação Ambiental não é um tema que envolvia seu trabalho cotidiano.

Em seguida, transcrevemos textualmente todo o material das entrevistas gravado em áudio. E posteriormente lançando mão da Análise de Conteúdos, fundamentada em Laurence Bardin (1977) demos início ao processo de análise, tanto da transcrição das entrevistas quanto dos documentos que representam o Convênio 069/2015.

Optamos pela Metodologia de Análise de Conteúdos (BARDIN, 1977), pois acreditamos que ela permite analisarmos materiais objetivos, possibilitando ao pesquisador fazer uso dos materiais sempre que necessário, sem haver modificações no seu conteúdo, conforme nos apresenta Triviños:

Podemos dizer, também de forma geral, que recomendamos o emprego deste método porque, como diz Bardin, pois ele se presta para o estudo “das motivações, atitudes, valores, crenças, tendências” e, acrescentamos nós para o desvendar das ideologias, que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes, etc., que, à simples vista, não se apresentam com a devida clareza. Por outro lado, o método de análise de conteúdo, em alguns casos, pode servir de auxiliar para instrumento de pesquisa de maior profundidade e complexidade, como o é, por exemplo, o método dialético. Neste caso, a análise de conteúdo forma a parte de uma visão mais ampla e funde-se nas características do enfoque dialético. (TRIVIÑOS, 2012, p. 159).

Na esteira do pensamento de Triviños (2012), concebemos que a Análise de Conteúdo possibilita maior contato do pesquisador com o problema investigado. Assim, por meio desse método é possível sistematizarmos, analisarmos e explicarmos o conteúdo do fenômeno, tendo

como interesse principal não só a descrição do objeto, mas a compreensão do que ele é, ou seja, nos permite compreender as relações constitutivas – as mediações – do fenômeno.

Para tanto, lançamos mão ao desenvolvimento da Análise de Conteúdo, o qual tem como primeiro momento a Pré-análise, onde se supõe a escolha do *Corpus de análise* pelo pesquisador. Dessa forma, aplicando a Regra de Exaustividade (BARDIN, 1977), a qual expõe que todo material elencado pelo pesquisador deve ser analisado, nos dispomos a fazer a análise de conteúdo a partir da transcrição do áudio de cada uma das entrevistas realizadas e dos documentos coletados.

Posteriormente, usamos a Regra de Homogeneidade, desenvolvida por Bardin (1977), a partir da qual, para a escolha dos elementos do *Corpus de análise*, é necessário estabelecer critérios comuns, para cada uma das especificidades dos elementos eleitos. Assim, elegemos sujeitos de nossa pesquisa os Servidores(as) Públicos(as) Efetivos da SMMA-PMRG que trabalham nas atividades de Licenciamento e Fiscalização ambiental municipal e constituíram o grupo focal das formações do Convênio nº 069/2015. E para os documentos regulamentares analisados elegemos o critério de que todos deveriam ser Documentos Oficiais do Convênio.

Tais regras expostas acima nos levaram a um terceiro critério que é o da Representatividade (BARDIN, 1977), sobre o qual compreendemos a necessidade de estabelecermos padrões para definição da amostragem de cada um dos âmbitos da pesquisa. Desse modo, para entendermos, em nossa investigação, que contradições existem na Formação de Educadores(as) Ambientais, desenvolvida pelo Convênio 069/2015, a qual pode fundamentar uma Educação Ambiental no cerne do Licenciamento Ambiental do município do Rio Grande, necessitamos percorrer um movimento constituído por essa política na Unidade de Licenciamento e Fiscalização Ambiental da SMMA-PMRG.

Ainda no cerne do momento de Pré-análise, da Análise de Conteúdo, já tendo estabelecido as hipóteses da pesquisa e os objetivos, organizamos a Referência dos Índices (BARDIN, 1977), os quais são temas tencionados pelo pesquisador no diálogo de entrevista, assim garantindo que a técnica metodológica – a entrevista semiestruturada – seja pertinente aos objetivos da pesquisa, levando o pesquisador a coleta de informações contundentes acerca do objeto de análise.

Destarte, estabelecemos como Referência dos Índices para constituição do Roteiro de Entrevista: (1) conhecimentos sobre o Convênio nº 069/2015; (2) Desenvolvimento da formação do Convênio nº 069/2015; (3) Educação Ambiental no processo de Licenciamento e

Fiscalização Ambiental; (4) Compreensões sobre Educação Ambiental; (5) Aspectos positivos da Formação; (6) Impasses da formação.

Estruturada a primeira parte que constituiu nossa organização e sistematização das informações por meio da Análise de Conteúdo, partimos para o processo de investigação. Tal processo tem início por meio de reunião com o secretário de município do Meio Ambiente no intuito de apresentar a pesquisa em curso e solicitar autorização para acessar aos espaços físicos da SMMA e os sujeitos de pesquisa.

Exposto o objeto de investigação pelo pesquisador e dado livre acesso aos espaços e ao grupo de trabalhadores, por e-mail, organizamos junto à Gerente da Unidade os momentos de entrevista, durante os horários de expediente, não conflitando entre as atividades de saída dos trabalhadores da sede.

Dessa forma, as imbricações do pensamento de Bardin (1977) sobre a Análise de Conteúdo e a necessidade apresentada por nossa questão de pesquisa, para que possamos responder aos nossos objetivos, nos conduziram a organizar, no segundo momento de análise das informações, as Unidades de Registro, tendo como direcionamento o Critério de Presença. Tais Unidades de Registro foram elencadas segundo a presença de ideias, de temas aparentes em cada um dos textos as quais foram encontradas repetidamente em todos os textos da análise.

Sendo assim, ao utilizarmos o Critério de Presença para eleição das Unidades de Registro presentes em cada uma das entrevistas encontramos as seguintes Unidades: (1) Conhecimento sobre o Convênio nº 069/2015; (2) Desenvolvimento da formação a partir do Convênio nº 069/2015; (3) Educação Ambiental no Licenciamento e Fiscalização Ambiental Municipal; (4) Compreensões sobre Educação Ambiental; (5) Aspectos positivos e impasses formativos do Convênio nº 069/2015; (6) Consultoria Ambiental. No que tange aos documentos que representam o Convênio, elencamos a seguinte Unidade de Registro, pelo critério de presença: (1) Menção à Educação Ambiental.

Em consequência disso, e como forma de destacar as Unidades de Registro nas entrevistas, bem como nos documentos atribuímos a cada uma das sete Unidades uma cor, assim iniciando nosso processo de Marcação em arquivos digital, bem como realizamos a codificação.

Outrossim, começamos o Agrupamento das ideias contidas em cada uma das Unidades de Registro de todas as entrevistas e, após, o agrupamento dos conceitos contidos na Unidade de Registro de todos os documentos analisados. Então, organizamos listas com as ideias correspondentes a cada uma das Unidades de Registro, para que pudéssemos, sempre que necessário, voltar à totalidade do texto de onde provém determinado fragmento retomando sua compreensão a partir do contexto em que ele emerge (CABRERA, 2016).

Logo, as ideias contidas em cada uma das Unidades de Registro foram novamente agrupadas em outras listas, conforme sua Frequência de aparecimento nos textos. Ou seja, na medida em que as ideias se repetiam na Unidade de Registro, eram agrupadas formando uma única ideia. Estando as ideias das Unidades de Registro agrupadas por Frequência, foi realizada uma leitura atenta das mesmas, suscitando em uma expressão textual, a qual representa o grupo de ideias contidas dentro de cada Unidade.

Desse modo, formamos nossos Itens de Sentido (BARDIN, 1977), os quais foram organizados a partir de cada uma das Unidades e Registro, logo tivemos 7 Itens e Sentido. Posteriormente, entrecruzamos as informações provenientes dos 7 Ítens de sentido e encontramos as duas grandes categorias por proximidade de ideais, as quais compõem os resultados do nosso trabalho de pesquisa, sendo elas: Um movimento formativo tensionado entre formação de Gestores Ambientais e Consultoria Ambiental; e As compreensões de Educação Ambiental que mobilizam sujeitos e o Convênio nº 069/2015.

5. UM MOVIMENTO FORMATIVO TENSIONADO ENTRE FORMAÇÃO DE GESTORES AMBIENTAIS E CONSULTORIA AMBIENTAL.

Uma das principais ações para o envolvimento coletivo em atividades de formação continuada propostas para serem desenvolvidas junto a um determinado grupo é a inserção de suas demandas e ideias no cerne da discussão. Esse passo de cativar, ou não, fará toda a diferença no futuro do processo. No modo de produção capitalista, a classe “não-trabalhadora” burguesa efetiva diversos desses mecanismos com agilidade, principalmente pela sensibilização e valorização até o ponto de, exaustivamente, pressionar a Classe Trabalhadora (MARX, 2011) a executar as propostas, seja pelo convencimento, seja pela necessidade de manter-se em seu trabalho.

Dessa forma, discorreremos nesse capítulo a partir das análises e reflexões desenvolvidas nessa pesquisa, almejando compreender com esse movimento formativo tem se constituído junto da Classe Trabalhadora que se efetiva enquanto Servidor(a) Público(a) do município de Rio Grande. Ou melhor, como tem se articulado os Servidores(as) Públicos(as) efetivos(os) na relação, por vezes conturbada, de prover formações para outros Servidores(as) Públicos(as) Efetivos(as), de outras esferas e entes da federação, como podemos evidenciar nessa relação do Convênio 069/2015 contratado pela Prefeitura junto à Furg, assim considerando ser

imprescindível que a Classe Trabalhadora se organize coletiva e compassadamente à libertar-se da opressão. Onde

O grande problema está em como poderão os oprimidos, que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. (FREIRE, 2008, p. 43).

A partir de Freire (2008) afirmamos nosso ideal intencional de libertação da classe trabalhadora, libertação das amarras do modo de produção capitalista e, emancipação dos sentidos humanos para constituição de outra sociabilidade. Desse modo, desenvolvemos nossa pesquisa a partir das compreensões coletadas de nosso *Corpus de análise*, o qual por meio da fala dos entrevistados nos possibilitou fazer uma retomada do processo histórico do Convênio 069/2018, compreendendo como as discussões, as ideações, os limites e possibilidades dessa formação fizeram sentido e significado na vida desses sujeitos.

Não obstante, sobressaímos de nossas análises a partir da fala dos entrevistados em o fato de não terem feito parte da elaboração das estruturas documentais do Convênio 069/2015. Esse fato fica evidente quando as pessoas assumem: 1) que não participaram da elaboração; 2) que participaram de uma reunião antes de ser assinado, mas não lembram quando e 3) apenas duas pessoas entrevistadas relatam que participaram de diálogos prévios e somente uma tem viva a memória de ter pensado em proposições para o convênio (*entrevista 7*), quando diz

[...] acho que foi 16 ainda. E a gente começou a se reunir pra ver o que que a secretaria precisava pra então firmar esse Convênio com a Furg e suprir essa carência. Então, surgiram vários quesitos. Eu acho que foi 2016, foi isso, porque os técnicos novos que tinham entrado em 2015 começaram a sugerir que faltava talvez a parte técnica, né. (Entrevista 3).

Eu acho que foi uma conversa pré-convênio. Até eu lembro de uma fala no dia da reunião que a [pessoa] ainda disse: ah, deixa que o blábláblá honesto a gente vai fazer, que era a estruturação do convênio. Então, por isso eu acho que era pré-convênio. (Entrevista 7).

Sobressaímos que o movimento de articulação junto aos sujeitos da formação é de grande relevância, pois o descompasso entre o objetivo do Convênio e os interesses dos sujeitos aos quais a formação foi endereçada desencadeou um processo não amistoso de discussões iniciais, onde a maioria (10 – pessoas) aponta que o Convênio foi pensado por pessoas que só entendem da teoria e como eles [os sujeitos dessa pesquisa] trabalham na prática, são eles que sabem como fazer e o que precisa ser melhorado, logo são eles que devem dispor o conteúdo das formações. Compreendemos que essas situações suscitadas são o reflexo da falta de articulação entre as instâncias envolvidas na formação, assim corroborando para que os

Servidores(as) Públicos(as) não estabelecem relação de sentido e significado (VYGOTSKY, 2015) com o conteúdo problematizado no cerne do Convênio.

Pensar o Convênio junto ao público alvo antes de sua efetivação, de modo coletivo, social, intenso, é uma posição esperada de um projeto desenvolvido por e para a Classe Trabalhadora. Tendo em vista que esse tem a possibilidade transversalizar a Educação Ambiental (VIANNA, 2004), de forma a condizer com as premissas das Políticas Públicas Ambientais, as quais designam a articulação da Educação Ambiental nas formações nesse âmbito, bem como é descrito no Plano de Trabalho desse Convênio.

Entretanto, para garantir essa construção coletiva, compreendemos que é necessário o diálogo e a elaboração com a base, antes e durante seu pensar, não basta apenas colocar pessoas em uma sala de reunião, fazer um diálogo isolado, fotos e publicizar em meios de comunicação. Essas construções midiáticas, para documentar os processos, não fazem parte dos comportamentos de compromissos legítimos para com a Classe Trabalhadora, apenas iludem os sujeitos dos processos, tanto aqueles que veem de outros lugares, para colaborar com as construções, como com os(as) trabalhadores(as) em formação. Não compreendemos como viável a Classe Trabalhadora se ver que, passado o tempo

Fui pega de surpresa, tomei ciência a partir desse momento e depois todos os servidores foram comunicados, assim, meio separado [voz de desconforto ao relatar], assim, não me lembro de ter acontecido em conjunto, de todos para passar como seria, as coisas vieram um pouquinho devagar assim. (Entrevista 1).

Eu não sei data, não me lembro data, porque eu sei que era na gestão de outro secretário (entrevista 2); eu não sei exatamente em que momento eu tomei ciência. Acho que quando ocorreram reuniões de toda a unidade com o pessoal da FURG. (Entrevista 3).

Eu só lembro que, em determinado momento, eu fiquei sabendo que a prefeitura, a secretaria do meio ambiente, não sei né, havia feito um convênio com a FURG para nos dar curso de capacitação.(entrevista 6); Mas, pode ser que tenha começado antes sem a gente ter conhecimento. (Entrevista 11).

A partir de nossa análise compreendemos de caráter antagônico tal comportamento de desarticulação com os sujeitos em formação, tendo em vista a necessidade de desenvolver um processo formativo de caráter dialógico (FREIRE, 2014) conforme é expresso nos documentos do Convênio. Bem como, podemos evidenciar nesses documentos a possibilidade de trabalho com a Educação Ambiental enquanto totalidade, perspectiva a qual defendemos desde o início desse estudo.

[...] a padronização para as vistorias se faz necessária já que os fiscais ambientais que compõem o quadro técnico da SMMA possuem formação em diversas áreas e, embora o olhar dos mesmos seja multidisciplinar, as observações de campo devem convergir à totalidade dos

aspectos ambientais da atividade e seus potenciais e efetivos impactos ambientais (Relatório, 2017, p.12).

Desse modo, a Educação Ambiental enquanto totalidade é anunciada dentre os documentos suleadores do Convênio. No entanto, é ignorado o potencial da Educação Ambiental de transversalizar a rotina e prática cotidiana do fiscal e do licenciador ambiental.

Esse importante confronto, entre a Educação Ambiental transversalizada na práxis cotidiana desses sujeitos e os saberes fragmentados desenvolvidos, é um dos papéis primordiais que essa formação poderia estar desenvolvendo, tendo em vista que, em sua grande maioria, na educação formal do sistema capitalista, pela qual foram graduados, instruem-se a compreender de forma desarticulada o mundo no geral de seus processos de trabalho no particular. Possibilitando, assim, que esses sujeitos em formação pudessem compreender suas relações de trabalho no cerne de uma totalidade histórico, político e cultural.

Como enfatiza Marx (1986)

A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão de teoria, mas de prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da práxis, mas questão puramente escolástica (Marx, 1986, p. 126).

Sendo assim, é na práxis cotidiana de trabalho desses sujeitos, partindo de uma compreensão de Educação Ambiental enquanto totalidade que terão como possibilidade contribuir efetivamente nos âmbito do Licenciamento Ambiental para além de ações mitigadoras de impactos ambientais.

Ademais, estamos compreendendo que esses sujeitos imersos em uma situação de trabalho alienado (MARX, 2013), muitas vezes não conseguem estranhar o trabalho que desempenham, servindo aos interesses do capital, estereotipados em uma “fábrica de licenças”. Questão que evidenciamos em falas como essa:

Bom, com relação a COMDEMA 002, a revisão dela, eu ouvi aqui dentro que o nosso papel, enquanto técnicos, é de execução. Não somos nós que legislamos, que isso quem faz é o CONDEMA. Então, de certa forma fomos podados nesse sentido. (Entrevista 8).

Por conseguinte, considerando o potencial formativo contido nesse Convênio, devido a magnitude da proposta, a inovação por ela trazida ao possibilitar uma discussão entre Universidade e Prefeitura, bem como os recursos financeiros nela investidos, buscamos compreender como se deu o desenvolvimento das formações.

Para tanto, evidenciamos que os sujeitos compreendem a ausência de formações efetivas até então, questão que analisamos sob algumas perspectivas: (1^a) a compreensão de formação por parte dos Servidores(as) da SMMA pode estar limitada a compreensão fragmentada e antidialógica de educação, como é manifestado na Entrevista 7: “*Nunca teve assim, uma tarde, ou uma semana, ou duas semanas, ou que tivesse início, meio e fim, que tivesse uma exposição, uma aula expositiva ou uma palestra, ou seja, havia uma expectativa de formação tradicional (FREIRE, 2014), cuja relação educador-educando fosse demarcada por alguém que fosse ensinar algo a alguém e (2^a) o grande intervalo de tempo entre as atividades formativas, principalmente ocasionadas pela troca das equipes formadoras no início da implantação do Convênio, como nos relatam os entrevistados:*

[...] a gente teve um início que o pessoal da FURG veio fazer entrevistas pra colher o que tava acontecendo, eu acho que pra situar a que pé que tava o licenciamento aqui na secretaria. Ai a gente deu essas entrevistas todas e não tivemos retorno. Eu achei que nós teríamos também. O pessoal da FURG disse até: ué, mas a gente já concluiu e já mandou. Eu nunca li, esse relatório com as nossas falas, com as nossas entrevistas eu nunca vi, mas eu imagino que essas entrevistas iniciais seriam pra estruturar o plano de ações deles. Não foi uma formação, foi mais levantamento de dados? Isso. Nunca tivemos uma formação. (Entrevista 7).

No início a FURG fez entrevista com todos os técnicos, depois sumiram (Entrevista 8).

Mas, pra eles começarem qualquer coisa, eles começaram a fazer as entrevistas. Mas, ai já faz um tempo. (Entrevista 2).

Inclusive, o pessoal que tava envolvido vinha aqui uma vez por semana, se debruçou nos processos, a gente disponibilizou processos para eles, modelos assim, exemplos.(...) Essas pausas muito extensas prejudicam muito, porque as coisas são dinâmicas.(...)Eles fizeram a primeira indicação né, do que era demanda para fazer formação e quando vieram já com uma oficina para envolver todos de novo já não é mais aquilo a realidade, já não era mais aqueles os nossos pontos frágeis, já não eram mais, eles já tinham dado andamento, a gente já tinha buscado orientação com outros órgãos, com a Fepam. (Entrevista 1).

Essa falta de continuidade de execução do Convênio relatada pelas entrevistas se deve a fatores como: problemas nos repasses dos recursos do Convênio 069/2015 – relação Ministério da Educação com a FURG e troca de pessoal nas gestões da SMMA e da coordenação do Convênio. Como fica evidente nas falas dos entrevistados.

Aconteceram trocas de gestões, e aconteceram trocas tanto na FURG, lá de quem coordenava o curso como de quem coordenava aqui [SMMA – secretário e adjunto] aí acho que teve essa perda de continuidade do que estavam fazendo e uma leve alteração na proposta”. Eu acho que na época [de outro secretário] ele agitava mais a questão do Convênio, seja por quais motivos, ele fazia aquilo de alguma forma ser visto, né. E aí também, seja por quais motivos de pessoas foram trocando de pessoas tanto lá como aqui (Entrevista 2).

[...] trocou todo mundo na FURG. Quer dizer, quase todo mundo. Só ficaram dois professores, o resto trocou (Entrevista 11).

Destacamos aqui, que foi relatado pelos professores responsáveis pelo Convênio à SMMA, oralmente, em reunião a qual participamos, que a desmobilização do Convênio se deu por falta de repasse dos recursos do MEC à FURG porque os valores, transferidos pela Prefeitura, ficaram retidos no período de Golpe da classe “não-trabalhadora” burguesa de 2016, aplicado contra o povo brasileiro por meio do impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff. Com isso, a Universidade mobilizou a equipe inicial do Convênio com recursos próprios por um período de 6 (seis) meses, não conseguindo sustentar essa relação, fato que levou a desmobilização e gerou o primeiro distanciamento.

Como nesse período o Convênio era discutido com outro secretário, o qual centralizava a pauta e não socializava informações, fato ratificado nas falas das entrevistas, tomamos como verídico a manifestação acima por ser uma fala emanada por um Servidor(a) Público(a) Efetivo(a) durante o desenvolvimento de seu trabalho.

Porém, essas não são as únicas contradições que surgem do nosso *Corpus* de análise. Outro contrassenso, de grande relevância, é o tensionamento que a FURG sofre por parte da SMMA para a que as formações se efetivem enquanto espaço de discussão e resolução de problemas técnicos pontuais do setor de Licenciamento e fiscalização ambiental. Como é evidente nas entrevistas:

[...] aí acho que teve essa perda de continuidade do que estavam fazendo e uma leve alteração na proposta, pelo que entendi. Ia ter curso de capacitação para nós e isso não teve ainda. E a formação que a gente pediu não é de Educação Ambiental, a gente pediu formações pontuais, assim, pra enriquecer a área quando possível, de cada técnico. Mas, eles estão colaborando com o que o secretário pede. (Entrevista 2).

[...] é sempre importante também ter atualização da parte técnica. As normas estão sempre mudando, as vezes tem, sei lá, ideias inovadoras que antes não se tinha ou outros pontos de vista da parte bem técnica mesmo que eu acho interessante (...) nesse meio tempo acho que mudou o foco, assim. Era esse foco, começamos num foco de formação e daí se perdeu. (Entrevista 3).

Que era, por exemplo, na época que eu coloquei, que seria curso voltado para a avaliação de impactos, coisas assim que fosse nos agregar tecnicamente, entraria aí também a questão da Educação Ambiental, sem dúvida. (Entrevista 7).

Tais considerações dos entrevistados nos permitem compreender que uma formação dialógica não perpassam, majoritariamente, o imaginário de concepção de formação dos Servidores(as) da SMMA e, sim consideram formação uma discussão unilateral sobre possíveis soluções técnicas no âmbito do Licenciamento Ambiental.

Como nos diz Freire,

E porque os homens, nesta visão, ao receberem o mundo que neles entra, já são seres passivos, cabe à educação apassivá-los mais ainda e adaptá-los ao mundo. Quanto mais adaptados, para a concepção “bancária”, tanto mais “educados”, porque adequados ao mundo. Esta é uma concepção que, implicando uma prática, somente pode interessar aos opressores, que estão tão mais em paz, quando mais adequados estejam os homens ao mundo. E tão mais preocupados, quanto mais questionamento o mundo estejam os homens. (FREIRE, ANO, p. 2014).

Entretanto, espaços construídos, como sólido movimento dessa perspectiva de dominação da classe “não-trabalhadora” burguesa, trazido aqui pela formação escolástica burguesa, causa distorções quando ratifica a posição da verdade absoluta. Ainda, legitimando com essa perspectiva:

E ai eu acho que os técnicos ficaram desconfortáveis com isso, então estamos recebendo o produto de algo que nós temos a experiência prática vindo de alguém que, talvez tenha o conhecimento teórico, mas que não vive o que a gente vive pra vir aqui impor e, num determinado momento isso ficou meio que ruim assim. (Entrevista 7).

Só o que acontece, assim, é que como eles vem poucas vezes, também eles pouco conversam com a gente, acaba que eu até entendo, acaba que as ideias que eles trazem ou a gente superou isso ou a gente que sabe, porque trabalhando aqui na prática a gente sabe que não vai servir, não vai ser prático pra gente usar, entende? (...) Mas também acaba que eles vêm com uma ideia que depois de conversar com a gente daí eles vêm que é diferente, por trabalhar na prática, então acaba que a gente que faz o negócio andar. [...] Eles tem só a teoria pra resolver o problema, a gente tem a prática que é o que mais dá peso na solução, então, é normal essa divergência assim, de ideias. (Entrevista 3).

Por esse viés, também, podemos compreender que as atividades formativas dedicadas à equipe de Gestores(as) Ambientais municipais possuem problemas quanto a diretividade (FREIRE, 2014) no processo pedagógico e objetividade didático-metodológica em deixar nítido aos sujeitos em formação quais são os reais objetivos dessa formação.

Os documentos do Convênio apontam que é objetivo da formação a construção democrática junto ao público alvo, no entanto não é justificável os tensionamentos dos sujeitos em formação se sobreporem, em unanimidade, ao planejamento de atividades. Assim, os sujeitos de pesquisa estão compreendendo que a formação ao trabalhar somente demandas técnicas “mudou e foco” e tem se efetivado enquanto “Consultoria Ambiental”, sendo essa a “capacitação” que eles almejam.

*Eles tão fazendo uma consultoria. (Entrevista 9).
Ficou um tempo parado e quando retornou voltou com um outro foco que era revisar as resoluções (...) Hoje, com a mudança de foco, na verdade é assim, no meu ponto de vista, nada foi concluído ainda, então tá tudo em andamento. É interessante essa segunda proposta deles, de fato assim, de certa parte também é porque eles querem fazer Termos de Referência para cada grupos de tipologia. (Entrevista 3).*

Os sujeitos da pesquisa, igualmente, manifestam perceber o despreparo nos planejamentos da equipe que efetivou as formações, o que os permite se sentirem melhor capacitados técnico-administrativamente do que os responsáveis pela formação.

[...] quase um ano[abril/2017], teve o formulário na Furg que também não nos trouxe nada, foi feito meio de atacado (...) Mas assim, desde que ele se iniciou, para nós servidores não chegou nada de efetivo. (Entrevista 5).

Naquele momento [discussão pré-contratação] eu não entendi muito bem, a princípio seria um convênio pra qualificação técnica, ainda assim eu não entendi muito bem porque eu achava que aqui dentro a gente tinha técnicos bastante qualificados, exceto aqueles que estavam recém chegando, (...) Na época não concordei muito porque eu achava que, eh..., a Furg não teria, digamos assim, prática, vivência do dia-a-dia que pudesse vir a nos qualificar do licenciamento em si, do ato administrativo, do procedimento administrativo que envolve o licenciamento. (Entrevista 7).

Para tanto, essas relações fragilizam a postura pedagógica da equipe formadora e permitem a abertura de brechas no sistema em colapso. Não podemos deixar de evidenciar a contradição que se evidenciava durante os processos formativos, por um lado os profissionais da FURG sendo cobrados pela execução orçamentária, para que os investimentos financeiros aparecerem como resultados efetivos, por outro lado um quadro técnico-político da SMMA não compreendendo os objetivos da formação e Gestores(as) Ambientais, em busca de sanar demandas técnicas emergenciais. Fez-se assim a ligação perfeita para uma mudança significativa de foco das formações, expressas nas entrevistas.

[...] caiu [Resolução COMDEMA 002/2017] e aí a FURG começou a trabalhar nessa nova proposta junto à câmara técnica do COMDEMA (...)Então, a gente começou na questão das resoluções dos enquadramentos. (Entrevista 11).

[...] alteração na proposta, pelo que entendi. (...) Mas, eles estão colaborando com o que o secretário pede (...) hoje ele tá sendo visto com outros olhos e talvez com olhos emergenciais, pra fechar as lacunas que as resoluções ficaram conosco(...)ele tá sendo absorvido de uma maneira diferente do que foi lá no início de acordo com a necessidade mesmo, auxiliando na nova resolução e menos focado no processo formativo. (Entrevista 2).

[...] a gente começou a revisar e aí eles começaram a fazer esse trabalho também, revisar, eles começaram com atividades de potencial baixo (...) o objetivo na verdade mudou, eles tentaram resolver isso e o objetivo ficou mais pro lado burocrático. (Entrevista 3).

[...] a Furg é membro da Câmara, e indicou alguém do Convênio para estar junto, e que foi legal porque pegou a pauta dos Servidores e levou pra dentro do COMDEMA.(Entrevista 9).

Essa união de condições, criadas materialmente pela falta de objetividade no planejamento dos formadores, favoreceu o tensionamento para que a pauta exclusivamente técnica da contratante fosse centralidade na formação desenvolvida até então. Consideramos

que o planejamento está sempre em movimento e necessita ser constituído, também, das inquietações e interesses dos sujeitos em formação, no entanto para que se efetive pedagogicamente necessita ter um ideal central, de forma que durante seu desenvolvimento articule metodologias que conduzam a realização desse objetivo.

Tal contradição aponta que a equipe do Convênio 069/2015 cedeu às condições materiais e tensionamentos da SMMA, tanto pelas pressões políticas quanto técnicas, mudando o foco formativo conforme nos enaltecem os(as) Servidores(as) em suas falas, assim voltando as atividades do Convênio para a elaboração de uma nova resolução, a qual sistematiza o enquadramento de atividades do Licenciamento Ambiental Municipal.

Compreendemos, por meio e nossas análises, que há diversas contradições na Formação de Educadores(as) Ambientais que estão dificultando o desenvolvimento de uma compreensão de Educação Ambiental no cerne das formações promovidas pelo Convênio. De mesma forma, concebemos que a Educação Ambiental enquanto totalidade, a qual temos como premissa, não encontra condições de desenvolvimento nesse cenário desarticulado das formações.

Reafirmamos o ideal de Educação Ambiental enquanto totalidade por o compreendermos como possibilidade de movimento que sulevar o pensamento (GALEANO, 2012) à constituição de outra sociabilidade pautada em relações solidárias, democráticas, e amorosas. Tendo como prioridade o respeito aos direitos humanos em suas múltiplas relações sociais, na diversidade religiosa e na igualdade de gênero, em contraponto às manifestações dessa sociabilidade fundada no modo de produção econômico capitalista.

Compreendemos que essa formação proporcionada por uma articulação ímpar no contexto ambiental, bem como no espaço-tempo político e econômico em que se coloca está gestante de possibilidades (GALEANO, 2012) para o enfrentamento do contexto histórico social em que nos encontramos, caso consiga se rearticular e reencontrar seu ideal fundante.

A sociedade capitalista resguarda com vigor não apenas seu sistema de educação contínua, mas simultaneamente também de doutrinação permanente, mesmo quando a doutrinação que tudo que não parece ser o que é por ser tratada como ideologia vigente (MÉSZÁROS, 2008, p.82)

Desse modo, consideramos a relevância dos achados dessa pesquisa no sentido de compartilhadas limites e possibilidades que incidam na rearticulação do processo formativo estabelecido pelo Convênio 069/2015, com a intencionalidade e a diretividade necessária para promover, no cerne do Licenciamento e Fiscalização Ambiental do município do Rio Grande, uma Educação Ambiental enquanto totalidade. De forma que, propicie à Classe Trabalhadora

caminhar para “romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana” (MÉSZÁROS, 2008, p. 45).

6. AS COMPREENSÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL QUE MOBILIZAM SUJEITOS E O CONVÊNIO 069/2015.

Em momentos como os atuais no Brasil, bem como estes do futuro breve, onde nossa capacidade de luta da Classe Trabalhadora é colocada à prova até a exaustão, se faz indispensável o combate ao fascismo institucional que se arraigará cruelmente a partir janeiro de 2019. Destarte, amalgamamos nossos trabalhos em busca de efetivar ações que podem vir a promover a emancipação da Classe Trabalhadora por meio da compreensão de Educação Ambiental enquanto totalidade.

Inauguramos, assim, a análise dessa discussão, evidenciando, os ideais contidos nos documentos do Convênio – Plano de Trabalho (DOCUMENTO 01, 2015) e o 1º Relatório Parcial de Cumprimento de Objeto (DOCUMENTO 02, 2017) – no intuito de compreender que ideal intencional de Educação Ambiental está imbricado a essa proposta formativa.

Iniciando pelo Plano de Trabalho, destacamos a importância expressa na justificativa da proposta, a qual manifesta que o Licenciamento Ambiental “tem como objetivo garantir o uso sustentável dos recursos naturais” (DOCUMENTO 01, 2015), possibilidade deflagrada de inclusão da Educação Ambiental nas ações do Convênio 069/2015. Ademais, o Plano de Trabalho é subsidiado pela Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981), marco legal não apenas do Licenciamento Ambiental, mas, também, objetivamente, da Educação Ambiental na esfera nacional, pois traz em seu Artigo 4º, inciso X, manifesta a Educação Ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Sendo assim, destacamos de extrema relevância, no Plano de Trabalho uma das metas a serem atingidas: “IV – Promover a capacitação de gestores, conselheiros e representantes da sociedade civil para a implementação da política ambiental.” (DOCUMENTO 01, 2015), o que corrobora com a possibilidade de desenvolvimento da Educação Ambiental no processo formativo. De tal forma, a organização do documento permite compreendermos o engajamento

com a causa socioambiental, premente para a Educação Ambiental, quando apresenta a “Metodologia a ser adotada para atingimento das metas” (DOCUMENTO 01, 2015):

Sendo assim, a operacionalização da presente proposta será executada de maneira transversal, considerando ao processo de formação continuada a realização de reuniões técnicas; **desenvolvimento de procedimentos de análise dos processos e avaliação de impacto socioambiental**; e auxílio à análise dos processos relacionados ao licenciamento ambiental municipal (DOCUMENTO 01, 2015, grifos nossos).

Expressa a preocupação, nos documentos que representam o Convênio 069/2015, com processos e avaliação de impacto socioambiental nos conduz ao entendimento que o viés da Educação Ambiental que fundamenta as ações formativas são inerentes a preocupação com as relações desenvolvidas entre ser humano – natureza.

Evidenciamos, também, que fez parte da análise desse compendio de documentos o Cronograma de Execução e Desembolso, no entanto ao não trazer questões congruentes a nossos objetivos de pesquisa não se fez centralidade no *Corpus* de análise elencado. Contudo, enalteçemos a importância desse documento ser acompanhado pelas equipes de fiscalização do Convênio de ambas as instituições, bem como o Plano de Aplicação de recursos, os dois documentos são disponibilizado nos anexos dessa dissertação.

Ao nos debruçarmos sobre a análise do Primeiro Relatório Parcial de Cumprimento do objeto destacamos o seguinte fragmento expresso:

o licenciamento ambiental apresenta importante função no estabelecimento da relação homem-natureza, cumprindo um papel essencial à manutenção dos serviços ecossistêmicos e garantia da qualidade de vida da população. (DOCUMENTO 02, 2017, p.2).

Compreendemos que essa importante consideração ratifica uma compreensão, possível, da Educação Ambiental enquanto totalidade como centralidade da proposta do Convênio 069/2015, principalmente pela preocupação de ter no epicentro da pauta a relação homem-natureza (MARX, 2013).

Entretanto, elencamos que essa compreensão que possibilita a Educação Ambiental enquanto totalidade no cerne do licenciamento se concretiza a medida que a comunidade participa e conforme expõe o documento “a participação social ainda se mostra incipiente no sentido de contemplar as demandas sociais de comunidades impactadas pelos empreendimentos” (DOCUMENTO 02, 2015, p.2) em processo de licenciamento. À partir de Quintas (2009, p.44) podemos compreender que “a gestão ambiental pública se processa numa

sociedade estruturalmente insustentável, as ações praticadas com base na legislação são necessárias, mas não suficientes para reverter o quadro de crise”.

Por conseguinte, o Convênio expressa como prioridades formativas para os anos de 2017 e 2018, atividades de formação a serem realizadas com os Servidores(as) da SMMA, conforme consta na Tabela 3:

Tabela 3

Ano		Curso	PRIORIDADES FORMATIVAS																									
			Elaboração de material didático												Oferta do curso													
			J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D		
2017	Ambientação para novos contratados	I							x																		x	
		II							x																		x	
	Definição de tipologias e Avaliação de Impacto Ambiental							x																		x	x	
	Licenciamento Ambiental Municipal													x													x	
	Elaboração de estudos ambientais: aspectos críticos												x													x		
2018	Gestão da informação							x																x				
	Sistemas de Informação Geográfica (SIG): uso compreensão e uso multicriterial							x																x				
	Impactos Sociais, Proposição de Medidas e Estudos de Impacto de Vizinhança – EIVs												x												x			
	Impactos oriundos do rebaixamento de lençol freático												x												x			
	Análise de Impacto sonoro																x									x		
	Análise de solo																x									x		
	Análise ecotoxicológica e biomarcadores																						x			x		

Fonte: (DOCUMENTO 02, 2017, p.9)

Compreendendo as possíveis Prioridades Formativas de forma efetiva nos documentos, recorreremos às entrevistas para compreendermos que compreensão de Educação Ambiental os Servidores(as) Efetivos(as) da ULFA/SMMA/PMRG, concebidos(as) nessa pesquisa como Educadores Ambientais, estão desenvolvendo a partir da relação formativa no convênio 069/2015, tendo em vista o quadro de prioridades formativas anunciados nos documentos.

Nossos questionamentos para compreende que Educação Ambiental está sendo priorizada nas formações perpassaram o quesito de perguntar se os Programas de Educação Ambiental (PEA) eram exigidos como condicionantes das licenças e o que exigiam nesses Programas dos empreendedores. As respostas foram variadas.

É bem discricionário¹⁰. Durante a operação a gente não tem nos nossos Termos de Referências o Programa de Educação Ambiental, ele é motivado pela equipe, justificado e solicitado que seja elaborado um plano. (Entrevista 01).

São. De algumas licenças são. É meio que uma opinião técnica, assim, a gente julga que aquela atividade ou que aquele empreendimento tá, mesmo que seja emitido a licença, ainda tá carente algumas coisas, a gente sugere ali um Programa de Educação Ambiental pra tentar, né, melhorar isso. Mas hoje a

¹⁰ Discricionário: Usado entre a equipe como sinônimo de arbitrário.

gente não tem padronizado(...)a gente decide quando precisa. Tá meio que, não tá uma decisão uniforme assim, sabe. Tá meio que ao critério do técnico da equipe. (Entrevista 03).

Então, quando são empreendimentos pequenos, de potencial poluidor baixo, principalmente comércio, não há o PEA propriamente dito nas licenças. Há algumas orientações de cunho geral. (Entrevista 05).

Não. Quando a gente avalia que tem bastante trabalhadores no empreendimento que possa ter uma geração de resíduo considerável [sim]. (Entrevista 9).

Consideramos que a falta de critérios da SMMA para a solicitação do Programa de Educação Ambiental é fato marcante, sendo o Programa de Educação Ambiental exigido por motivação de algum membro pertence à equipe responsável pelo processo de licenciamento. A posição paradoxal sobre a solicitação dos Programas de Educação Ambiental surge em uma das entrevistas:

Sim, sim. Teoricamente, deveria ser em todas as licenças, né. Porque educação ambiental é lei, né. Ela não é um querer. A educação ambiental foi criada – aquele projeto que tu me pediu pra fazer¹¹ – eu fui estudar Educação Ambiental ali e o que eu aprendi ali? Eu aprendi que a Educação Ambiental foi criada, é uma lei que existe e é obrigatória a ser presente nos órgãos públicos, nas escolas, enfim, em atividades que usam o meio ambiente. Então ela é lei, tem que estar presente em todas as licenças ambientais. (Entrevista 06).

Essa foi a única fala que manifesta a necessidade de se ter o Programa de Educação Ambiental como condicionante de todos os processos em licenciamento ambiental. As demais reforçam o caráter discricionário e a necessidade de exercer tal pedido dependendo de algumas situações como: porte, potencial poluidor, quantidade de trabalhadores(as). Nossas análises apontam, também, que os licenciadores ambientais direcionam os Programas de Educação Ambiental em um sentido padrão, o de organizar Programas voltados a gerenciamento de resíduos e tratamento de efluentes.

Nesse sentido, consideramos que os tensionamentos do licenciamento ambiental para com a Educação Ambiental condizem com a metáfora do barco sem motor. Portanto, se faz cada vez mais premente que as formações desenvolvidas pelo Convênio, devido a necessidade da Classe Trabalhadora de compreender e tencionar a Educação Ambiental como forma de criar possibilidades de revolucionar os paradigmas, científicos, políticos, filosóficos sobre a questão ambiental (SORRENTINO, 2005).

Essas duas preocupações anteriormente trazidas, marcantes entrevistas – resíduos e efluentes – são as principais motivadoras dos pedidos de Programas de Educação Ambiental

¹¹ Manifestação de uma fiscal ambiental onde se refere a um projeto escrito por nós, solicitado por mim, enquanto Superintendente de Licenciamento e Fiscalização Ambiental – SMMA.

nos processos de licença de operação, principalmente a questão dos resíduos sólidos, fato repetido em diversas entrevistas.

A parte de gestão de resíduos, se não for cobrado isso, fica muito solto. (...) A parte de esgotamento, das caixas de gordura, inclusive nas partes temporárias, de instalação, tudo isso a gente solicita que seja abordado nos Programas de Educação Ambiental quando é em caso de instalação. (...) É bem discricionário durante a operação, a gente não tem nos nossos Termos de Referências o Programa de Educação Ambiental durante a operação, ele é motivado pela equipe. (Entrevista 01). Quando vai ter obra, porque gera muito resíduo, aí a gente pede. Eu não sei se todos os técnicos tem essa opinião. Eu sempre costumo pedir quando eu trabalho. (Entrevista 02). [...] daí a gente vê se essa atividade precisa de plano de gerenciamento de resíduos de saúde, que não tá no TR genérico, então a gente tem que pedir (Entrevista 03). Geralmente, mais voltado à resíduos mesmo. A critério de cada técnico. (Entrevista 07). Não. Quando a gente avalia que tem bastante trabalhadores no empreendimento que possa ter uma geração de resíduo considerável (...) Dou só o exemplo dos resíduos porque aqui o que mais pega pra nós é o efluente e os resíduos. (Entrevista 09).

Consideramos que os Programas de Educação Ambiental, discricionariamente incluídos nos processos de Licenciamentos Ambientais, como condicionante das licenças, expressam a Educação Ambiental que vem sendo desenvolvida pela SMMA. Dessa forma, concebemos que a Educação Ambiental que tem como preocupação somente a gestão de resíduos e efluentes está pautada por uma consciência ingênua sobre o mundo, pautada horizontalmente (SANTOS, 2001) pelo que os meios midiáticos e empreendedores disseminam como Educação Ambiental.

Ratificamos essa posição, ao compreendermos que a Educação Ambiental no cerne das licenças pode viabilizar, de modo dialógico, que esses programas entregues possam ser avaliados nas diversidades internas de opções político-pedagógicas da Educação Ambiental (LAYRARGUES, 2009) no órgão solicitante.

Desse modo, sendo os(as) Servidores(as) Públicos(as) Efetivos(os) os solicitantes desses Programas, assumem esses o papel de Educador Ambiental na SMMA, bem como assumem a necessidade de participar de atividades formativas para poder compreender o que realmente é a Educação Ambiental. Assim, se faz vital aos Educadores(as) Ambientais, solicitantes e avaliadores de PEA no município do Rio Grande, a formação em Educação Ambiental no intuito de compreenderem o significado complexo do Campo Social que se agrega à análise da Educação Ambiental como ideias de pluralidade, diversidade, interligados a percepção do movimento e da coexistência entre tendências do campo (LAYRARGUES, 2009).

Essas importantes constatações se relacionam com uma análise sensível a ser feita, onde pesquisamos que compreensões sobre Educação Ambiental nossos sujeitos de pesquisa nos revelam ao analisarmos as entrevistas. Nesse conjunto de reflexões, pontos nodais surgem pelas interpolações dos pensamentos e objetivos em busca das compreensões sobre que Educação Ambiental se desenvolve na SMMA, onde a centralidade das preocupações mantém-se, majoritariamente, na Educação Ambiental focada na separação de resíduos e destinação de efluentes.

Acreditamos que é extremamente importante que a compreensão sobre Educação Ambiental expresse para além dos temas dos resíduos, contrapondo a ideia implícita nesta concepção de que cada um estaria “fazendo a sua parte” para evitar a degradação ambiental (QUINTAS, 2009). Compreendemos que é necessário difundir as potencialidades da Educação Ambiental porque *“a educação ambiental tem uma outra interface, ela tem um outro envolvimento, ela tem uma outra pegada”* (Entrevista 7), como se revela na Entrevista 7 desta pesquisa e que a é necessário orientar aos trabalhadores responsáveis pelas formações em suas unidades operacionais “sobre as questões ambientais, sobre o que é uma área de preservação, do porque que eu preciso separar os resíduos” (Entrevista 7), mas, também, para além do separar os resíduos.

As buscas por ações individuais, expressas pelos sujeitos dessa pesquisa, tratam de uma abordagem da Educação Ambiental que evidencia uma leitura acrítica e ingênua sobre a temática ambiental e aponta para uma prática pedagógica prescritiva e reprodutiva. Pois, são as decisões tomadas fora do alcance do cidadão comum, cuja esfera está alocada nos aspectos políticos e econômicos que induzem as condutas naturais e condicionam a existência de danos e riscos ambientais (QUINTAS, 2009).

A compreensão de Educação Ambiental desenvolvida como um processo pragmático, também, encontra respaldo em algumas falas dos Servidores(as) da SMMA, os quais desconsideram a importância das bases filosóficas e sociológicas da Educação Ambiental no processo formativo:

Depende do foco que for dar na educação ambiental. Se for um foco na nossa área de trabalho, acho extremamente importante. Se for um foco voltado pra parte teórica, didática, não acho importante. Dependendo do foco acho importante sim”. (Entrevista 6.)

[...] uma educação ambiental filosófico até pode fazer parte, mas não ser o cerne do programa, digamos assim. (Entrevista 10).

Nesse mesmo viés, destacam que a formação pelo Convênio só será importante em termos de Educação Ambiental se falar sobre a prática, do *“como fazer, como trabalhar, como montar um plano de fiscalização contando com a parte da educação ambiental junto”*

(Entrevista 10). Contudo, ancorados no pensamento de Freire (2007) afirmamos que não há prática revolucionária sem teoria revolucionária, isto é, sem um aparato teórico filosófico e sociológico fundante não poderá haver prática “eficaz” de Educação Ambiental.

Entendemos que essas compreensões sobre a efetivação da Educação Ambiental, além de mostrar a alienação sobre o mundo, entram em contradição direta com as propostas formativas mencionadas no Plano de Trabalho do convênio 069/2015 e no 1º Relatório analisado nessa pesquisa. Logo, consideramos que as contradições geradas pela desarticulação do processo formativo do Convênio, inviabilizou o desenvolvimento do conteúdo das Prioridades Formativas, disposto na Tabela 3.

Diante do exposto, afirmamos a necessidade de uma formação no cerne do licenciamento ambiental que colabore com a

urgente transformação social de que trata a Educação Ambiental, visando à superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade. Vivemos processos de exclusão nos quais há uma ampla degradação ambiental socializada com uma maioria submetida, indissociados de uma apropriação privada dos benefícios materiais gerados. Cumpre à Educação Ambiental fomentar processos que impliquem o aumento do poder das maiorias hoje submetidas, de sua capacidade de autogestão e o fortalecimento de sua resistência à dominação capitalista de sua vida (trabalho) e de seus espaços ambientais. (SORRENTINO, 2005, p. 288).

No entanto, não bastará qualquer formação em Educação Ambiental, consideramos premente uma formação gestada pelos interesses da Classe Trabalhadora (MÉSZÁROS, 2012). Em razão de compreendermos que o processo de produção das condições materiais necessárias à vida – o trabalho – é a prática social que permite ao ser humano conhecer o mundo, produzir os saberes que lhe serão necessários na produção do próprio mundo da vida.

Para tanto, nosso compromisso com o trabalho no campo da Educação Ambiental enquanto totalidade estará conosco em todos os possíveis lugares de pesquisa – como nesse caso do Convênio – como nos lugares de consolidação e tensionamento – nos lugares da vida – focando na emancipação da Classe Trabalhadora em sua unidade. Unidade essa ratificada na identidade como Classe Trabalhadora, em quaisquer pontos cardeais, desde a metrópole às fronteiras, do mar ao sertão, buscando efetivar a Educação Ambiental enquanto totalidade, fundamentados nas Políticas Públicas Ambientais, visando sua práxis cotidiana, se assim possível for.

Demarcamos nossa compreensão da Educação Ambiental como anseio, busca e necessidade da Classe Trabalhadora enquanto práxis cotidiana em prol da libertação dos seres humanos.

Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de luta por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida. (FREIRE, 2008, p.43).

A companhia da teoria de Freire em nosso trabalho não apresenta, apenas, a simpatia pela carismática caricatura freireana ou pela amorosidade de suas reflexões, mas demarca nosso convencimento político de enfrentando intelectual, inclusive a todos aqueles que pretendem estabelecer uma imagem que não a verdadeira sobre as compreensões que Freire nos proporciona enquanto consciência de Classe Trabalhadora que somos.

Nosso enfrentamento intelectual, nossa práxis, não se tolherá frente aos discursos fascistas, nem as tentativas de expurgar a teoria freireana da Educação Ambiental e dos processos formativos.

O processo de produção das condições materiais necessárias à vida – o trabalho – é a prática social que permite ao ser humano conhecer o mundo, produzir os saberes que lhe serão necessários na produção do próprio mundo da vida. A ação humana é trabalho, e reside na consciência das relações causais de sua própria prática a possibilidade de produção de certos resultados, razoavelmente previsíveis, a partir de determinadas práticas. A consciência possibilita ao ser humano a possibilidade que tem de programar sua ação, de criar instrumentos com que melhor atue sobre o objeto, de ter finalidades, de antecipar resultados. (DAMO; VELEDA; CRUZ, 2011).

Por isso, a forma como abordamos a Educação Ambiental, na realização dos processos formativos, explicita nossa concepção de sociedade, nossa concepção sobre problemática ambiental e, conseqüentemente nosso comprometimento com o campo da Educação Ambiental.

7. ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Pela necessidade de, no momento material presente, encaminharmos esse nosso trabalho em uma linha que permita compreender nossos caminhos percorridos em seu processo evolutivo – tanto do escrito, quanto de quem o escreve – chegamos ao ponto das discussões que comungam ao enlace entre as análises e compreensões sobre as investigações em curso. Entretanto, precisamos deixar registrado que a estrutura formal não expõe ao fato de concebermos tais pautas como finalizadas, pois não concebemos a discussão como algo concluído, finalizado, mas em constante movimento.

Fazemos aqui, com nossa pesquisa, movimentos que, dentro de nossas possibilidades materiais até então reunidas (MARX, 2013), almejam colaborar e promover o êxito nos trabalhos de formação da Classe Trabalhadora – fiel mantenedora do sistema público de Educação que estamos inserido – bem como mantenedora do Convênio nº 069/2015, contratado pela Prefeitura Municipal do Rio Grande junto à Universidade Federal do Rio Grande, considerando a possibilidade de sucesso desse Convênio, o qual tem como possibilidade efetivar a Educação Ambiental, possa, igualmente, servir como proposta viável na tomada de consciência dessa Classe Trabalhadora oprimida e na sua libertação humana em comunhão (FREIRE, 2005).

Desse modo, compreendemos a partir e nossas análises que as contradições decorrentes do movimento formativo de Educadores (as) Ambientais não possibilitaram o trabalho com a Educação Ambiental enquanto totalidade, bem como as situações-limite existentes no processo de Formação, até o momento, desfavoreceram o desenvolvimento de uma Educação Ambiental como fundamento do Licenciamento Ambiental no município do Rio Grande, através do convênio 069/2015, na Unidade de Licenciamento e Fiscalização Ambiental da Secretaria de Município do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal do Rio Grande.

Para tanto, concebemos nosso fenômeno de pesquisa por meio de seu processo, pesquisando, primeiramente, os documentos legais que constituem esse período histórico, os quais nos empenhamos a compreendermos como se efetivaram as Políticas Públicas Ambientais nacionais e as relações internacionais travadas no processo. Desse modo, a temporalidade da nossa pesquisa se mostrou vital, tendo-nos apoiados no materialismo histórico, onde buscamos compreender como tais Políticas foram organizadas, e no materialismo dialético, para compreendermos como se dão os processos de Formação Continuada de Gestores (as) Públicos, os quais consideramos Educadores(as) Ambientais por serem responsáveis pela solicitação e

deferimento de Programas de Educação Ambiental no licenciamento ambiental municipal, através do convênio 069/2015.

Nesse interstício, motivados a compreender o caminho histórico percorrido, identificamos nos movimentos sociais o referencial de constituição para o enfrentamento da situação de classes: a Classe Trabalhadora frente a classe “não-trabalhadora burguesa”. Para situar-nos no tempo, estamos ainda dialogando nos tensionamento que antecedem as principais conferências globais, visando desvelar os perfis políticos à frente do Estado, cujo o intuito de legitimar e fortalecer a expansão do modo de produção capitalista faz parte consolidada de nossa compreensão.

Consideramos que tais objetivos, da classe “não-trabalhadora” burguesa, visam além da dominação frente a Classe Trabalhadora, visam a manutenção e expansão do poder econômico e político, refutando do atual modo de produção a responsabilidade pela crise ambiental, a qual compreendemos enquanto uma crise estrutural do capital, devido a essa ser uma crise do modo de produção capitalista (MESZÁROS, 2011). Nesse viés, compreendemos que tais ações são desenvolvidas para garantir a efetivação do atual modo de produção capitalista, verdadeiro responsável pela crise ambiental, possível de ser desvelada à Classe Trabalhadora quando essa compreender a totalidade, a realidade das relações existentes na sociedade capitalista.

Na busca por compreender *Aspectos geradores* das Políticas Públicas no momento instaurador da estrutura que efetiva aparição do Estado, identificamos que a instauração de efetivas autoridades estatais se dá quando uma “força pública”, usualmente difundida para a proteção coletiva, belicamente armada, passa a ser dirigida ideológica e materialmente contra o povo, usurpando o lugar do “verdadeiro ‘povo das armas’, que havia organizado sua própria defesa nas *gens*, nas *fratias* e nas tribos” (ENGELS, 2012, p. 105).

Desde os primeiros estágios de formação da civilização até a institucionalização do Estado burguês atual, a humanidade empenhou-se arduamente em desenvolver táticas e técnicas para sua sobrevivência, onde a pauta propulsora se deu, principalmente, na busca por alimentos e proteção. Pautas essas que propiciaram aos coletivos iniciais a evolução até lograr “um domínio absoluto sobre a produção de alimentos.” (ENGELS, 2012, p. 29). Sendo assim, estamos convictos que a educação formal, informal e não formal, principalmente a Educação Ambiental não pode passar despercebida da importância das relações humanas com a área de ciência e tecnologia dos alimentos, principalmente pela potencialização dada por meio da efetivação das formações sociais, tendo como possibilidade viável a compreensão da totalidade e emancipação dos sentidos humanos para uma consciência fraterna enquanto Classe Trabalhadora.

Nossa preocupação pela formação de uma consciência da Classe Trabalhadora perpassa nossa realidade objetiva por sermos membros constituintes dessa, onde temos na forma de relação dada com o trabalho a ação que está a diretividade ao modo como a humanidade se relaciona, transforma, a natureza. Não obstante, compreendemos como algumas das formas de organização social – ao longo da história da humanidade – precederam ao atual modo de produção capitalista, onde também, entendemos que essas organizações sociais, que precederam o capitalismo, não se desenvolveram na materialidade do mundo de forma linear, mas e forma dinâmica numa rede desconectada pela tecnologia da época.

Consideramos, assim, que o desenvolvimento dos meios técnicos informacionais contribuiu significativamente para o processo de aproximação, dominação e padronização das múltiplas comunidades nos mais longínquos lugares do mundo, questão que influenciou diretamente o acelerado processo da disseminação do capitalismo por meio de organizações de domínio das comunicações (SANTOS, 2014). Nossa pesquisa permite que conheçamos duas estruturantes fundamentais para a dominação contemporânea das comunicações no momento histórico que vivemos: a União Telegráfica Internacional (UTI – 1865) [constituindo a atual União Internacional de Telecomunicações, agência da ONU especializada em tecnologias de informação e comunicação] a União Postal Universal (UPU – 1874), células-*matter* da Liga das Nações e da Organização das Nações Unidas (ONU, 2018), viabilizando as dominações midiáticas capitalistas desde a invasão das petroleiras, com o programa global *Repórter Esso*, aos atuais mecanismos publicitários.

Compreendemos que essas organizações, públicas e privadas, fomentam o tensionamento de dominação junto aos movimentos sociais da Classe Trabalhadora, são responsáveis pela reprodução das relações sociais dos indivíduos, atrelando-os a maneira como organizam a economia, no sentido de perpetuação das comunidades, de produção da riqueza material e manutenção da propriedade privada (MARX, 2013). Tendo assim o Estado um papel a ser desenvolvido, com caráter pacificador entre os diferentes anseios das classes, o qual é organizado no lugar, na hora e no grau em que objetivamente os interesses das classes são notoriamente inconciliáveis (LENIN, 1987).

É nessa estrutura geral capitalista que o trabalho humano é realizado, trabalho esse estranhado por exploração da força de trabalho. Dessa maneira, embora o princípio governante fundamental da nova sociedade seja econômico, ele não é cindido da estrutura política na qual se realiza (MARX, 2010).

Por essa conjuntura se dá a importância de nos dedicarmos à pesquisar que *contradições e tensionamentos* existem na conjuntura social, cuja nossa pesquisa nos remete às situações que

nos permite compreender que a sociedade conceba Políticas Públicas Ambientais por meio dessas relações conflituosas, principalmente a Política Nacional de Educação Ambiental, sendo essa um importante resultado na luta de Classes. Destacamos a PNEA por considerarmos ela como manuscrito vitorioso do tensionamento direto da Classe Trabalhadora, firmando princípios ideológicos frente a confrontos não só intelectuais, mas também físicos, opondo-se a manutenção dos interesses do poder ideológico e hegemônico da classe “não-trabalhadora” burguesa.

Compreendemos que esses movimentos de tensionamentos materializaram-se, também quando se mostram as articulações, a partir de 1945, a Conferência Científica das Nações Unidas para Conservação e Utilização de Recursos Naturais até a atualidade, mesmo que consideremos que muitas destas são criadas por Estados como barreiras alfandegárias e para a legitimação do modo de produção capitalista. Entretanto, é fato que tais mobilizações midiáticas resultaram em Políticas Públicas Ambientais, como alguns marcos legais brasileiros.

Podemos confirmar nossa manifestação não somente ao analisar o passado, mas também no momento da escrita dessa dissertação quando, no Brasil, o presidente eleito para o próximo quadriênio manifestou que a proposta de não unir os Ministérios da Agricultura e Meio Ambiente visa atender as pautas dos empresários, ou seja, para defender a manutenção do poder hegemônico da classe “não-trabalhadora” burguesa, esquecendo as injustiças ambientais (ACSELRAD, 2009) que vive a Classe Trabalhadora

Por isso, a Política Nacional de Educação Ambiental do Brasil, para nós, tem um valor muito estimado, é o marco legal ambiental brasileiro que mais subsidia nossa identificação de materialidade dessas disputas de Classes, por ser fruto dos tensionamentos e lutas da Classe Trabalhadora, contendo em sua estrutura o resultado de processos dialógicos (FREIRE, 2014). Desse modo, ambicionamos que se efetive na realidade uma Educação Ambiental que tem em seu cerne a Formação de Educadores (as) Ambientais, os quais constituirão outra sociedade pautada em princípios de valorização a vida humana, por uma práxis que implica ação e reflexão dos homens no mundo e com o mundo para transformá-lo (FREIRE, 1987).

Sendo assim, o desvelar de sopesarmos o trabalho do Educador(a) Ambiental no cerne do Licenciamento Ambiental municipal como uma das formas práticas de superação desse modelo de sociedade, condicionada ao capital, se dá por esse poder desenvolver ações cuja consciência não seja solitária, mas solidária, de envolvimento e gestão coletiva. Tendo, assim, essa Classe Trabalhadora a consciência (FREIRE, 2014) da ciência com a qual trabalham, seu estado atual, potencializar as principais etapas do seu desenvolvimento, a sua relação com as

outras ciências, com a multiplicidade das relações sociais, entender sua função no desenvolvimento social (KRUPSKAYA, 2017).

Nesse sentido, nossa pesquisa tomou corpo por meio das análises dos documentos oficiais do convênio, disponibilizados até o momento, e das entrevistas semiestruturadas com os(as) Servidores(as) Públicos(as) Efetivos(as) lotados na Unidade de Licenciamento e Fiscalização Ambiental da Secretaria de Município do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio Grande, onde as manifestações de 11 (onze) dos 12 (doze) servidores(as) foram obtidas após convite feito de modo individual.

Nossas considerações perpassam, também, na manifestação que declina ao nosso convite, principalmente porque a justificativa foi sumária. Ao receber o convite, uma resposta emitida que ouvimos foi: “agradeço o convite, mas acredito que eu não tenha com o que colaborar porque eu não trabalho com a Educação Ambiental. Por isso, prefiro não participar.”.

Analisando essa manifestação, compreendemos muito das análises sobre as entrevistas, com a certeza de que formações em Educação Ambiental necessitam fazer parte da rotina da Classe Trabalhadora vinculada à SMMA-PMRG. Numa primeira instância porque uma compreensão de Educação Ambiental pode diferenciar positivamente as atividades de trabalho, permitindo que o pensamento crítico se efetive no seu *quefazer*. Segundo, porque Programas de Educação Ambiental, como vimos nas análises das entrevistas, são condicionantes de licença exigidos e aprovados por Servidores(as) Públicos(as) Efetivos(as) da SMMA. Terceiro porque uma compreensão de Educação Ambiental enquanto totalidade pode possibilitar o desenvolvimento de uma consciência emancipadora da Classe Trabalhadora (FREIRE, 2014), superando a racionalidade alienada da educação formal, principalmente da educação bancária quantitativa, do tecnicismo, onde cada área deva trabalhar no seu espaço, oportunizando assim, a compreensão da relação ser humano-natureza enquanto totalidade.

Esses pontos interpretativos e compreensões alienadas de Educação Ambiental, que renega as bases filosóficas, conforme manifestadas também em algumas entrevistas, permitem-nos considerar que a alienação é uma categoria pujante traçada nas relações entre a SMMA e a equipe do Convênio nº 069/2015 – onde queremos sempre manter o cuidado para não generalizarmos – mas, que majoritariamente se materializa no pensar e agir na SMMA.

Consideramos, também, esse ser um dos fatores de forte contradição para a efetivação das propostas que se apresentam o Plano de Trabalho e no 1º Relatório de Cumprimento de Objeto do convênio 069/2015, cujos tensionamentos desestabilizam o cumprimento da agenda estabelecida entre Furg – que não teve diretividade, objetividade e efetividade sequencial nas

propostas formativas – e a SMMA – que tencionou tanto técnica como politicamente, para que as formações fossem divergentes ao apresentado no Plano de Trabalho.

Além disso, o método escolhido, a pesquisa-ação, conduzido pela equipe da Furg sem a interpretação adequada das compreensões sobre Educação Ambiental de seus sujeitos, antagônicos ao modelo proposto, somadas as contradições financeiras e metodológicas de efetivação das atividades que causou distanciamentos dos encontros presenciais, permitiu que os tensionamentos aos processo formativos fossem descaracterizados, ratificando nossas hipóteses, principalmente ao aceitar a execução de atividades que não estão acordadas no Plano de Trabalho – como a inserção junto ao COMDEMA para auxiliar na revisão de resolução municipal, mudando o foco do Convênio, atuando como Consultoria Ambiental, não havendo no caráter formador do Convênio nº 069/2015 a preocupação com a efetivação da Educação Ambiental no âmbito do Licenciamento Ambiental municipal, onde a compreensão de Educação Ambiental dos Educadores(as) Ambientais, majoritariamente, é de cunho fragmentado, pragmático.

Assim como não é honesto delegarmos à Educação Ambiental o ônus pela transformação social necessária, sem ela não teremos a efetivação revolucionária nos espaços públicos que efetivam as Políticas Ambientais para oportunizar a emancipação da Classe Trabalhadora, preparando-nos para os movimentos de luta contra o fascismo institucional, embate a ser travado, principalmente, no 20º aniversário da PNEA.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ALVES, Francisco das Neves. **O golpe de estado de novembro de 1891 e as repercussões na cidade do Rio Grande**. BIBLOS, [S.l.], v. 11, de dezembro 2007. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/513>>. Acesso em: 11 março 2018.
- AMORIM, M. **A contribuição de Mikhail Bakhtin: a tripla articulação ética, estética e epistemológica**. In: FREITAS, M. T.; JOBIM E SOUZA, S.; KRAMER, S. (Org.). *Ciências humanas e pesquisa: leitura de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/ Portugal: Edições 70. 1977
- BIGLIARDI, Rossane Vinhas. **O Processo de Constituição dos Educadores Ambientais no Contexto da Crise Civilizatória: o caso dos mestres-doutores do PPGA/FURG**. Tese (Doutorado em Educação Ambiental). Rio Grande: FURG, 2012.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Editora Escala, 2009.
- BRASIL¹. **Guia de procedimentos do licenciamento ambiental federal – Documento de referência**. IBAMA. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/Procedimentos.pdf>. Acesso em: 05/01/2018.
- BRASIL². **Política Nacional de Educação Ambiental, de 27 de abril de 1999**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acessado em: 08/01/18.
- BRASIL³. **Política Nacional de Meio Ambiente, de 31 de agosto de 1981**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm>. Acessado em: 08/01/18.
- CABRERA, Darlene Silveira. **A objetivação das diretrizes curriculares nacionais para educação ambiental na formação de professores: um estudo de caso no curso de pedagogia da FURG**. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental). Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2016.
- CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: rio de janeiros e a república que não foi**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1997
- CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. [trad. Leda Rita Cintra Ferraz]. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- DZIEKANIAK, Cibele Vasconcelos. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos segundo as normas da ABNT** [recursos eletrônicos]. Rio Grande: FURG, 2014.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução: Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2012.

KOSIK, Karel. **A dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRAPIVINE, Vladislav. **O que é materialismo dialético?** Coleção ABC dos conhecimentos Sociais e Políticos. Edições Progresso: Moscou, 1986.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Global, 1987.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. [trad. Rodnei Nascimento, revisão de trad. Karina Jannini]. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACHADO, João Guilherme Rocha; PAMPLONA, João Batista. **A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD**. Campinas: Economia e Sociedade, 2008.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. [trad. de Marcos Aurélio Nogueira e Leandro Konder]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Trad. Márcio Duayer e Nélio Schneider. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRJ, 2017.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. [trad. Jesus Ranieri]. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital** – Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do Capital**. [trad. Francisco Raul Cornejo *et al.*]. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. [trad. Magda Lopes e Paulo Cezar Castanheira]. 1.ed., 4.reimp. São Paulo: Boitempo, 2012.

MINASI, Luís Fernando. **Formação de Professores em Serviço: contradições na prática pedagógica** (Tese de Doutorado). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

MOLON, S. I. **Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky**. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ONU. **A Carta das Nações Unidas**. Disponível em < <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>>. Acesso em 18/2/2018.

PUCCINELLI, Vinícius Ramos. **Educação Ambiental e o Participativismo Autoritário da preservação: o caso da Estação Ecológica do Taim e a Ecologização dos moradores da Vila da Capilha**. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental). Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2016.

QUINTAS, José Silva. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. *In: Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2004.

RODRIGUES, José Honório; SEINTENFUS, Ricardo A.S. **Uma história diplomática do Brasil – 1531-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 3ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

TONET, I. **Método Científico** - uma abordagem ontológica. 1ª ed. So Paulo: Instituto Lukács. 2013.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2012.

VIANNA, Ilca Olivera de Almeida. A formação de docentes no Brasil: história, desafios atuais e futuros. *In: RIBEIRO, Cleia Maria e GALLO, Silvio (org.). A formação de professores na sociedade do conhecimento*. Bauro, SP: Edus, 2004.

VYGOTSKY, L. (2015). **A formação social da mente**. 7ª Ed. São Paulo: Martins Fontes.

APÊNDICES

Apêndice 01 – Termo de consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que será em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: FORMAÇÃO DE EDUCADORES (AS) AMBIENTAIS NO CONTEXTO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL.

Pesquisador Responsável: Mestrando Alex Nunes Molina.

Telefone para contato do pesquisador (a): 53 98432XXXX

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS:

Para tanto, nos preocupamos em compreender que Educação Ambiental se efetiva na Formação de Gestores (as) Ambientais municipais, considerando que a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) nos traz diretrizes nítidas à necessidade de concretizarmos no cerne da Gestão Pública municipal a Educação Ambiental.

O motivo que nos leva a estudar o problema/questão da pesquisa é compreender que Educação Ambiental está sendo preconizada nas formações efetivadas pelo Convênio 069/2015, contratado pela Prefeitura Municipal do Rio Grande (PMRG), através da Secretaria de Município do Meio Ambiente (SMMA), com recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA) e efetivado pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), bem compreender como ocorre o processo formativo dos Gestores (as) Ambientais municipais, servidores públicos efetivos, os quais estamos considerando como Educadores (as) Ambientais devido suas atribuições profissionais, mais especificamente da Unidade de Licenciamento e Fiscalização Ambiental (ULFA) estarem intimamente ligadas com ao deferimento ou indeferimento de Programas de Educação Ambiental apresentados como resposta às condicionantes de licença expedida pelo órgão ambiental local.

Para tanto, preocupamo-nos em compreender que Educação Ambiental se efetiva na Formação de Gestores (as) Ambientais municipais, considerando que a Política Nacional de Meio Ambiente e de Educação Ambiental (PNEA), contextualizadas com as Diretrizes Curriculares da

Educação Ambiental (DCNEA), trazem-nos diretrizes nítidas à necessidade de concretizarmos no cerne da Gestão Pública municipal a Educação Ambiental.

A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

DECLARAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE OU DO(A) RESPONSÁVEL PELO(A) PARTICIPANTE:

Eu, _____,

abaixo assinado, concordo em participar do estudo FORMAÇÃO DE EDUCADORES (AS) AMBIENTAIS NO CONTEXTO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL. Fui informado(a) pelo pesquisador Alex Nunes Molina dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada, esclareci minhas dúvidas e recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Autorizo () Não autorizo () a publicação de eventuais fotografias que a pesquisadora necessitar obter de mim, do meu recinto ou local para o uso específico em sua dissertação ou tese.

Local _____ e

data: _____/_____/_____.

Nome: _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Apêndice 2 – Roteiro de entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevista Nº: _____

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do(a) entrevistado(a):

Função/ Formação:

E-mail:

1. De que forma a Prefeitura Municipal do Rio Grande, através da Secretaria de Município do Meio Ambiente, articulou a criação do convênio para a Formação Continuada dos Servidores(as). Quando tomou ciência disso.
2. Desenvolvimento das atividades do convênio, quando e onde se efetivaram.
3. Qual é a importância dos programas de Educação Ambiental como condicionante das licenças ambientais.
4. As Formações desenvolvidas pelo convênio fundamentam a compreensão de Educação Ambiental.
5. As formações do convênio 069/2015 auxiliam na análise dos Programas de Educação Ambiental entregues como condicionante de licença.
6. Aspectos positivos e impasses do processo Formativo do convênio.

Apêndice 3 – Referências de Índices

- 1 – Conhecimento sobre o Convênio nº 069/2015;
- 2 – Desenvolvimento da formação do Convênio nº 069/2015;
- 3 – Educação Ambiental no processo de Licenciamento e Fiscalização Ambiental;
- 4 – Compreensões sobre Educação Ambiental;
- 5 – Aspectos positivos da formação;
- 6 – Impasses da formação.

Apêndice 4 – Unidades de Registro

a) Das entrevistas:

- 1 – Conhecimento sobre o convênio 069/2015;
- 2 – Desenvolvimento da formação a partir do convênio 069/2015;
- 3 – Educação Ambiental no Licenciamento e Fiscalização Ambiental;
- 4 – Compreensões sobre Educação Ambiental;
- 5 – Aspectos positivos e impasses;
- 6 – Consultoria Ambiental.

b) Dos Documentos Oficiais do Convênio (Plano de Trabalho e 1º Relatório de cumprimento de objeto):

- 7 – Menção à Educação Ambiental.

Apêndice 5 – Itens de sentido.

a) Das entrevistas:

1 – Os(as) servidores(as) Públicos(as) Efetivos(as) da ULFA não compreender que participaram da elaboração do Convênio nº 069/2015, tendo conhecimento sobre o mesmo já quando em execução;

2 – O processo formativo foi desarticulado e a partir dos tensionamentos da SMMA a formação passou a ter enfoque de consultoria;

3 – a Educação Ambiental no Licenciamento e Fiscalização Ambiental faz-se pela implementação de programas cuja centralidade se dá em gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes;

4 – As compreensões de Educação Ambiental partem da experiência de vida dos servidores, os quais desconsideram, majoritariamente, a importância da discussão filosófica e sociológica da Educação Ambiental. Para eles Educação Ambiental é prática, conscientização a partir de conversas;

5 – Os impasses do processo formativo indicados são: o longo tempo entre encontros formativos, o tensionamento da SMMA sobre problemas pontuais enquanto o objetivo era uma formação de gestores(as) ambientais para a implementação de Políticas Públicas Ambientais;

6 – As formações passaram a ser Consultoria Ambiental devido as demandas pontuais serem colocadas como centralidade, questões de ordem técnica e política trazidas pela SMMA e aceitas pela FURG para atendimento do cliente;

b) Do Convênio nº 069/2015:

7 – A Educação Ambiental perpassa os documentos do Convênio, com o compromisso de efetivar formações voltadas ao cumprimento dos marcos legais ambientais, considerando a relação humanidade – natureza.

ANEXOS

Anexo 1 – Plano de Trabalho do Convênio nº 069/2015.



Estado do Rio Grande do Sul
 PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
 GABINETE DO PREFEITO

Anexo I

PLANO DE TRABALHO E DE APLICAÇÃO DE RECURSOS PELO CONVENENTE

1 – DADOS CADASTRAIS				
Órgão/Entidade Proponente: FURG - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE				CNPJ/CPF: 94.877.586/0001-10
Endereço: AV. ITÁLIA, KM 8				
Cidade: Rio Grande	UF: RS	CEP: 96203-900	Telefone: (53)32338620 (53) 84012409	E-mail: reitoria@furg.br
Nome do Responsável Legal: Cleuza Maria Sobral Dias				CPF: 384.251.060-87
Carteira de Identidade/Órgão Expedidor: 6013922478 SJS			Cargo/Função: Reitora	
Endereço: Rua Capitão Aristides Garnier, 52 – Jardim do Sol – CEP: 96216-100				
Estado Civil: Casada		Naturalidade: Rio Grande		
2 – DESCRIÇÃO DO PLANO DE TRABALHO				
Título do Projeto: Formação Continuada de Gestores Ambientais no contexto do Licenciamento Ambiental Municipal.				
Início de Execução: 15/10/2015			Término da Execução: 31/05/2020	
Objetivo: - Desenvolver um processo de formação continuada para servidores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA, outros gestores públicos e consultores privados, egressos das áreas das ciências ambientais, bem como, discentes de graduação e pós-graduação com possuem relação com a gestão ambiental pública.			Modalidade de Atendimento: Meio Ambiente	
Justificativa do Projeto: A realização deste projeto tem por finalidade o fortalecimento e o desenvolvimento do sistema municipal de licenciamento. O licenciamento ambiental é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, instituído pela Lei 6.938/1981 e tem como objetivo garantir o uso sustentável dos recursos naturais. Dentre os instrumentos voltados à gestão ambiental, pode-se afirmar que o licenciamento se caracteriza como aquele com maior grau de fortalecimento e institucionalização no poder público, principalmente nos níveis federal e estadual. Contudo, historicamente, a esfera municipal, responsável por emitir as licenças das atividades de impacto local, apresenta lacunas no tocante a disponibilidade de recursos e aspectos político-institucionais. O caso do município de Rio Grande não se mostra diferente, pela qual, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA dispõe de equipe reduzida e recursos escassos para desempenho de suas atividades cotidianas. É nesse escopo que se direciona a esforço da presente proposta, com intuito de corroborar ao fortalecimento do Sistema de Licenciamento Ambiental Municipal de Rio Grande. Para isso, o projeto define duas frentes: capacitação de servidores da SMMA, demais setores da prefeitura e consultores do setor privado, responsáveis por confeccionar os estudos ambientais das atividades; e consolidação de equipe de consultores para definição de procedimentos, análise de processos e elaboração de pareceres técnicos e termos de referência.				
Metas a serem atingidas: - Promover a formação continuada dos servidores municipais que atuam nas atividades de fiscalização e licenciamento ambiental.				



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

II – Melhorar a qualidade de gestão dos processos de licenciamento ambiental municipal, por meio do auxílio técnico da FURG;

III – Capacitar de servidores públicos, gestores e consultores privados responsáveis pela elaboração e apresentação de projetos para licenciamento junto ao Município;

IV – Promover a capacitação de gestores, conselheiros e representantes da sociedade civil para implementação da política ambiental.

Metodologia adotada para atingimento das metas:

Esta proposta consiste no desenvolvimento de um processo de formação continuada voltado aos técnicos que interagem no processo de licenciamento ambiental conduzidos pela Secretaria de Município de Meio Ambiente. Tais técnicos se constituem em grupos a saber: (1) Técnicos responsáveis pela avaliação de impacto ambiental e condução dos processos de licenciamentos e fiscalização do cumprimento das condicionantes; (2) Técnicos, funcionários públicos municipais, que são responsáveis pela elaboração dos estudos ambientais necessários ao processo de licenciamento ambiental das diversas atividades poluidoras desenvolvidas pelo poder público municipal; (3) Técnicos das empresas de consultoria responsáveis pelos estudos ambientais necessários a avaliação de impacto para licenciamento de atividades poluidoras com impacto local e (4) Docentes e Discentes de graduação e pós graduação da FURG.

Os técnicos da FURG e da SMMA, por meio de um processo de avaliação e análise de processos de licenciamentos e de visitas técnicas aos empreendimentos, objetos desses processos, desenvolverão metodologias e técnicas de avaliação de impacto ambiental, bem como termos de referências e formulários específicos para orientar os estudos ambientais necessários a melhoria e padronização da avaliação de impacto ambiental. Os resultados desse processo subsidiarão o processo formativo a ser desenvolvido para os grupos 2 e 3, tal processo consistirá em cursos de extensão, perfazendo um total de 160 horas e ainda um conjunto de seminários e encontros abertos a comunidade em geral. Em primeira instância, cabe assinalar que as diferentes ações serão desempenhadas de maneira integrada e em conformidade com os objetivos traçados. Sendo assim, a operacionalização da presente proposta será executada de maneira transversal, considerando ao processo de formação continuada a realização de reuniões técnicas; desenvolvimento de procedimentos para análise dos processos e avaliação de impacto socioambiental; e auxílio à análise dos processos relacionados ao licenciamento ambiental municipal.

3 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/ DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

META	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE	QUANTIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
1	1. Formação e mobilização da equipe e realização do levantamento da situação atual do Sistema de Licenciamento Ambiental Municipal	Relatório Técnico	1	Out/2015	Jan/2016
2	2. Estabelecimento dos procedimentos de análise dos processos de licenciamento, contendo roteiro de visitas aos empreendimentos	Relatório Técnico	2	Jan/2016	Abr/2016
3	3. Elaboração do desenho dos cursos para o desenvolvimento do processo formativo	Relatório Técnico	1	Jan/2016	Abr/2016
4	4. Análise dos processos de licenciamento com realização das visitas técnicas e realização de avaliação de impacto ambiental	Relatório Técnico	4	Jan/2016	Abr/2020
5	5. Desenvolvimento dos cursos de	Relatório	1	Jan/2016	Abr/2020



Estado do Rio Grande do Sul
 PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
 GABINETE DO PREFEITO

formação continuada para os diversos grupos de técnicos e sujeitos do processo educativo.

Técnico

4 – PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

NATUREZA DA DESPESA	ESPECIFICAÇÃO	VALOR SOLICITADO
Despesas Correntes		
Pagamento do Pessoal	Bolsa - Auxílio Financeiro a Estudantes	R\$ 66.000,00
	Bolsa - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	R\$ 614.358,00
Despesas de Consumo	Diárias	R\$ 4.000,00
	Material de Consumo	R\$ 25.846,00
	Passagens e Despesas com Locomoção	R\$ 11.750,00
Serviços de Terceiros: Pessoa Física e Jurídica	Pessoa Física – oficinheiro	R\$ 49.000,00
	Pessoa Jurídica – Despesas Administrativas	R\$ 118.810,00
Outras Despesas (Impostos)	INSS - 11% Arrecadação R\$ 660,00 ISS - 5% Arrecadação R\$ 300,00	R\$ 17.640,00
Total das Despesas de Correntes		
Despesas de Capital		
Equipamentos e Material Permanente	tablet compatível com os softwares (2)	R\$ 3.000,00
Obras e Instalações		
Total das Despesas de Capital		R\$ 3.000,00
Total Geral		R\$ 910.404,00

5. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)



Estado do Rio Grande do Sul
 PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
 GABINETE DO PREFEITO

META	MÊS/ANO	TOTAL
Todas	Out/2015	R\$ 155.272,00
Todas	Out/2016	R\$ 169.900,00
Todas	Out/2017	R\$ 181.833,00
Todas	Out/2018	R\$ 194.877,00
Todas	Out/2019	R\$ 208.522,00
TOTAL		R\$ 910.404,00

6 – SOLICITAÇÃO

Após a apresentação da documentação exigida e diante do exposto.

Pede Deferimento.

Rio Grande, 05/05/2015
 LOCAL E DATA

[Handwritten Signature]
PROPONENTE **Mozart Martins Filho**
 Prefeito de Planejamento e Administração - P.M.P.R.S.

7 – APROVAÇÃO

- () APROVADO
- () NÃO APROVADO

LOCAL E DATA

 SECRETÁRIO MUNICIPAL

Anexo 2 – 1º Relatório de cumprimento de objeto



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

INSTITUTO DE OCEANOGRAFIA

LABORATÓRIO DE GERENCIAMENTO COSTEIRO



FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES AMBIENTAIS NO CONTEXTO DO
LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL.

1º RELATÓRIO PARCIAL DE CUMPRIMENTO DO OBJETO

PERÍODO: DEZEMBRO DE 2016 A JUNHO DE 2017

Relatório referente à apresentação dos
produtos oriundos do primeiro ciclo de atividades
do projeto

SÃO LOURENÇO DO SUL - RS

JUNHO DE 2017

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	02
2.	OBJETIVOS	04
1.	Objetivo Geral.....	04
2.	Objetivos específicos	04
3.	PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	05
1.	Apresentação e descrição dos produtos	06
1.	Proposta político-pedagógica para os processos formativos ...	06
2.	Protocolo para Avaliação dos Estudos Ambientais	10
3.	Checklist para vistorias	11
4.	Organização da legislação aplicável	13
4.	IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES E CRONOGRAMA	14
	REFERÊNCIAS	17
	APÊNDICES	19
	Apêndice 1 - Roteiro de Entrevista	20
	Apêndice 2 - Protocolo Preliminar de Análise dos Estudos Ambientais (EIA/RIMA, PCA, PRAD e Laudos de Cobertura Vegetal e de Fauna)	22
	Apêndice 3 - Checklist de vistoria	34
	Apêndice 4 – Organização da legislação aplicável ao licenciamento ambiental municipal	40

INTRODUÇÃO

O licenciamento ambiental surge, no Brasil, como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, Lei 6.938/81 (BRASIL, 1981), visando o financiamento pelos bancos internacionais de projetos do programa desenvolvimentista adotado no período militar. Assim, desde sua origem, o desenvolvimento do instrumento no território nacional se dá em face do atendimento da política macroeconômica do Estado, o que coloca o instrumento de gestão ambiental em alto estágio de institucionalização frente aos demais.

Inúmeras normas do Direito Ambiental Brasileiro incorporaram o licenciamento ambiental como instrumento de gestão. Nesse sentido, diversos textos normativos disciplinam o instrumento em âmbito federal – Lei 6.938/1981 (BRASIL, 1981), Resolução CONAMA 01/1986 (BRASIL, 1986), Resolução CONAMA 237/1997 (BRASIL, 1997) e Lei Complementar 140/2011 (BRASIL, 2011) – estadual (Rio Grande do Sul) – Lei 11.520/2000 (RIO GRANDE DO SUL, 2000), Resolução CONSEMA 288/2014 (RIO GRANDE DO SUL, 2014) – municipal (Rio Grande) – Lei 7.966/2015 (RIO GRANDE, 2015).

Dessa forma, o licenciamento ambiental apresenta importante função no estabelecimento da relação homem-natureza, cumprindo um papel essencial à manutenção dos serviços ecossistêmicos e garantia da qualidade de vida da população. Contudo, são inúmeros os problemas que perpassam o instrumento, tanto sob a ótica procedimental, quanto pela perspectiva da qualidade dos estudos ambientais. A título de exemplo, pode-se destacar a falta de procedimentos padronizados, baixa qualidade dos estudos apresentados pelos empreendedores, compreensões distintas dos técnicos e tomadores de decisão e, em alguns casos, inexistência ou fragilidade de termos de referência. Doutra modo, a participação social ainda se mostra incipiente no sentido de contemplar as demandas sociais de comunidades impactadas pelos empreendimentos.

Apesar disso, o licenciamento é um exercício relevante do poder de polícia administrativa dos órgãos ambientais, amparado pelo princípio do Direito Ambiental “controle do poluidor pelo poder público” (Milaré, 2014). Dessa forma, a luz das problemáticas enfrentadas no contexto do licenciamento ambiental, faz-se necessário um processo de fortalecimento do instrumento, ampliando, a partir de concursos públicos, o quadro do funcionalismo dos órgãos ambientais, bem como, investindo em capacitação e melhoria de seus procedimentos.

Nesse contexto, o presente projeto, iniciado no ano de 2016, volta-se ao fortalecimento e aperfeiçoamento deste instrumento no nível municipal (Rio Grande - RS), tendo como eixo central a formação continuada de técnicos da Secretaria do Meio Ambiente e das demais secretarias municipais, consultores, empreendedores, egressos e estudantes universitários, e atores públicos em geral. Neste documento são apresentados os produtos iniciais referentes à primeira etapa do projeto.

Cumpramos esclarecer que apesar do convênio entre a Prefeitura Municipal de Rio Grande e a Universidade Federal do Rio Grande ter ocorrido em dezembro de 2015, o montante financeiro não teve liberação – por parte do governo federal – de orçamento correspondente, o que impediu a Universidade de executar tais recursos em 2016. Tal liberação ocorreu no final de 2016, fato que as atividades tiveram início em dezembro deste ano.

Com a intenção de minimizar tais impactos, algumas atividades foram iniciadas pela equipe do projeto ao longo de 2016, mas sua finalização ocorreu apenas neste primeiro semestre de 2017. Neste sentido, este relatório apresenta a execução das atividades iniciais do projeto circunscritas entre dezembro de 2016 e junho de 2017.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

O objetivo deste relatório consiste em apresentar os produtos relativos ao projeto "Formação continuada de gestores ambientais no contexto do licenciamento ambiental municipal" e o cronograma para implementação das ações futuras.

2.2 Objetivos específicos

- Apresentar Protocolo para Avaliação dos Estudos Ambientais;
 - Apresentar Checklist para vistorias;
- Apresentar proposta político-pedagógica para os processos formativos;
- Apresentar Cronograma para implementação das ações futuras.

PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Para a execução do projeto, parte-se da premissa que, tanto aspectos de capacitação por meio de cursos, quanto elementos relacionados à melhoria dos procedimentos voltados à melhor

execução do licenciamento ambiental, constituem aspectos de formação, tanto aos técnicos, consultores, empreendedores e demais atores públicos, quanto aos docentes e discentes da universidade. Não obstante, a premissa também define os técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA como especialistas capazes de identificar os problemas enfrentados no cotidiano do licenciamento ambiental municipal e propor mecanismos de fortalecimento do instrumento. Ou seja, tem-se como elemento central ao projeto o método da pesquisa-ação, definido como:

tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLENT, 2007, p. 16).

Sendo assim, o projeto buscou sistematizar esse conhecimento acumulado e, para isso, realizaram-se entrevistas semi-estruturadas (Apêndice 1) durante o período de abril a maio de 2016 junto aos técnicos da SMMA que atuam direta ou indiretamente no processo de licenciamento ambiental. Posteriormente, por meio da transcrição e categorização das mesmas, pode-se identificar como está organizado o licenciamento ambiental municipal, os aspectos positivos e os principais desafios vivenciados pela equipe técnica, o que orientou a elaboração de três produtos iniciais: i) Proposta político pedagógica para os processos formativos nos dois primeiros anos do projeto; ii) Protocolo para Avaliação dos Estudos Ambientais; iii) Checklist para vistorias. Em 04 de abril de 2017, uma primeira versão dos produtos elaborados foi apresentada em uma oficina de trabalho junto aos técnicos da SMMA, momento em que se formaram grupos de trabalho para discussão e aperfeiçoamento dos mesmos. O intuito foi assegurar que os produtos necessários ao fortalecimento do licenciamento se relacionem às demandas dos técnicos da SMMA. A oficina também explicitou a necessidade de aprimorar procedimentos e instrumentos considerando a agregação dos empreendimentos por tipologia, de forma a facilitar a elaboração de Termos de Referência e a definição dos documentos técnicos que integrarão o licenciamento ambiental. Tal estratégia orienta, portanto, a formulação dos três produtos iniciais. Ademais, um quarto produto, proposto pela equipe executora do projeto e que permeia toda sua execução é o levantamento e organização da legislação aplicável.

3.1 Apresentação e descrição dos produtos

3.1.1 Proposta político-pedagógica para os processos formativos

A formação continuada se volta aos atores envolvidos no licenciamento ambiental municipal, a saber: técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA, técnicos de outras secretarias municipais interessadas no licenciamento, empreendedores, consultores ambientais, alunos e egressos de graduação e pós-graduação com formação na área ambiental e, a própria equipe técnica envolvendo docentes e estudantes. O método proposto foi planejado assumindo a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão na construção do conhecimento. Ao contemplá-la, tem-se a pesquisa-ação como cerne, cujo princípio orientador é o conhecimento acumulado dos técnicos envolvidos no cotidiano do licenciamento.

Em síntese, o processo formativo é concebido a partir da sistematização do conhecimento dos técnicos da SMMA, ao mesmo tempo, em que os estudantes integrantes do projeto se formam ao relacionarem seus conhecimentos teóricos à experiência dos atores envolvidos neste cotidiano. Proposta metodologicamente contrária aquelas cujos conteúdos são definidos apenas a partir da experiência dos docentes. Ou seja, assume-se aqui o princípio da pesquisa-ação (Thiollent, 2007; Morim, 2004), realizada em um espaço de interlocução entre diferentes atores, destinada à resolução de problemas. Neste movimento, a construção do conhecimento ocorre por meio da diversidade e o aprendizado se dá por meio de um processo de ação/reflexão/ação.

Na experiência em curso, os procedimentos de pesquisa foram: i) a análise documental de processos considerados de alta complexidade pelos técnicos, que subsidiariam aos pesquisadores compreender o rito do licenciamento ambiental e; ii) a realização de entrevistas semiestruturadas com os técnicos do setor de licenciamento e de fiscalização da SMMA, buscando um primeiro cenário, que seria complementado com outros procedimentos da pesquisa social qualitativa. Contudo, ao serem iniciadas as entrevistas, todos os técnicos optaram por participarem e dialogarem com os pesquisadores. Após transcrição e categorização das entrevistas, foi possível identificar: i) quais os gargalos são estruturais no licenciamento ambiental municipal de Rio Grande; ii) quais os conteúdos centrais a serem trabalhados nos cursos, seja em uma perspectiva teórica, seja em relação a procedimentos e a temáticas específicas; iii) uma maior compreensão do rito e dos problemas do licenciamento ambiental pelos estudantes em formação.

Para um segundo momento, as prioridades formativas foram apresentadas na oficina de trabalho, de modo que o grupo de trabalho específico discutiu e encaminhou suas considerações para ajustes. Os cursos, conforme seus objetivos, deverão abranger os sujeitos do processo educativo, a saber: os técnicos da SMMA e demais setores da prefeitura, egressos e discentes da universidade, consultores e empreendedores. Da mesma forma, os formatos variarão conforme a necessidade da formação em destaque, de modo que alguns cursos poderão ser ministrados a distância, utilizando-se metodologias pedagógicas que alternem a formação teórica com o cotidiano do licenciamento ambiental.

Cumprе salientar, que o processo pedagógico proposto demanda um processo continuado de reflexão e de participação dos sujeitos envolvidos com o projeto. Neste sentido, optou-se por apresentar uma estratégia macro, sendo a proposta pedagógica de cada curso – envolvendo carga horária, sujeitos da ação educativa, conteúdos e material didático – será encaminhada com antecedência de um mês antes de sua oferta. Tal estratégia visa o envolvimento dos técnicos da SMMA no planejamento da proposta, bem como, quando for o caso, o envolvimento de profissionais com conteúdos específicos na concepção da proposta.

A tabela a seguir demonstra as prioridades formativas para os anos de 2017 e 2018, que portanto serão detalhadas em um segundo momento, tendo como referência temporal a oferta curso a curso.

PRIORIDADES FORMATIVAS		Elaboração de material		
Ano	Curso	didático	Oferta do curso	
J F M A M J		J A S O N D J F M A M J	J A S O N D	
2017	Ambientação para novos contratados	I II	X X	X X
	Definição de tipologias e Avaliação de Impacto Ambiental		X	X X
	Licenciamento Ambiental Municipal		X	X
	Elaboração de estudos ambientais: aspectos críticos		X	X

2018	Gestão da informação	x			x
	Sistemas de Informação Geográfica (SIG): uso compreensão e uso multicriterial	x			x
	Impactos Sociais, Proposição de Medidas e Estudos de Impacto de Vizinhança – EIVs	x			x
	Impactos oriundos do rebaixamento de lençol freático				x
	Análise de Impacto sonoro			x	x
	Análise de solo			x	x
	Análise ecotoxicológica e biomarcadores			x	x

3.1.2 Protocolo para Avaliação dos Estudos Ambientais

O protocolo de avaliação dos estudos ambientais reflete a necessidade de padronização das análises dos Estudos Ambientais¹² (EA) para deferimento das Licenças Ambientais, visto que diferentes técnicos podem apresentar métodos distintos de condução das mesmas, bem como, possibilita ao empreendedor e consultores compreenderem os critérios de análise dos estudos de forma a atender as exigências apontadas pelo corpo técnico da SMMA.

Por estas razões, a execução da análise mediante protocolo pode, além de melhorar os fluxos internos e comparações entre estudos, conferir maior segurança jurídica ao técnico e ao empreendedor e, assim, reduzir a subjetividade do processo. Adicionalmente, a padronização de tais procedimentos também poderá qualificar o escopo dos próprios EAs, uma vez que os empreendedores terão mais clareza a respeito dos critérios a serem analisados no licenciamento ambiental.

A elaboração dos itens a serem analisados em cada um dos EAs foi determinada pela análise do conteúdo das entrevistas aos técnicos analistas ambientais. Durante as entrevistas, os técnicos manifestaram em diversas vezes a necessidade de padronizar a análise destes estudos, bem como tornar mais claro ao empreendedor quais os critérios para analisá-los. Dessa forma, ainda que o presente relatório encerre a primeira fase do projeto, o protocolo aqui apresentado configura-se como uma proposta que deverá ser avaliada e aprimorada ao longo do tempo, especialmente pelos técnicos ambientais da SMMA (Apêndice 2).

Cumprе salientar que a elaboração do protocolo teve como ponto de partida o Protocolo de Avaliação de Impacto Ambiental – PRAIA desenvolvido por Tagliani (não publicado) e utilizado nas atividades de ensino do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental e foi aprimorado a partir de bibliografia especializada para a construção dos critérios a serem considerados (EISENLOHR et al 2015; CULLEN et al. 2012; RICE et al 2012; STRAUBE et al 2010; SÁNCHEZ 2006). Além disso, também foi considerada a experiência dos pesquisadores no que tange a elaboração e análise de estudos ambientais e as características das atividades e instrumentos que estão associadas ao licenciamento ambiental municipal, que diferem do licenciamento estadual e federal.

Por fim, para assegurar a melhoria continua do referido instrumento serão necessárias algumas oficinas de trabalho a fim de afinar o protocolo. O ajuste final levará em consideração as diferentes tipologias de empreendimentos licenciados pela Secretaria de Meio Ambiente, bem

¹² Uma vez que a depender da tipologia do empreendimento e da legislação aplicável há variações na nomenclatura dos documentos técnicos que compõem o licenciamento ambiental, por exemplo, Estudo de Impacto Ambiental – EIA; Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV; Laudo de Cobertura Vegetal; Laudo de Fauna dentre outros, optou-se por denominar de Estudo Ambiental – EA de forma genérica, o que em cada caso irá designar um documento técnico distinto.

como o escopo dos diferentes EAs. Ao final, é esperado que este protocolo sirva de base para a elaboração de Termos de Referências mais específicos para cada tipologia e para cada EA.

3.1.2 Checklist para vistorias

A vistoria técnica é um processo de exame técnico realizado durante o processo de licenciamento ambiental *in loco*, que ocorre sempre que o órgão ambiental considerar necessário. São executadas pelos profissionais técnicos do órgão ambiental competente, a fim de verificar a veracidade das informações prestadas solicitadas no termo de referência quando da solicitação da licença, avaliar o atendimento às exigências estipuladas pelo órgão ambiental como condicionantes da licença ambiental pretérita e de acompanhar as medidas de controle de impacto ambiental propostas. Consequentemente, possibilita a adequação das ações e métodos para o controle ambiental, visando atenuar e/ou evitar impactos considerados negativos ao meio ambiente e à sadia qualidade de vida. As observações levantadas na vistoria servirão de base para elaborar o parecer técnico sobre a possibilidade da concessão ou renovação da licença ambiental. A partir dos critérios estabelecidos na licença ambiental, o empreendedor fica obrigado a implementar as medidas de controle ambiental e as demais condicionantes estabelecidas, sob pena de ter a licença suspensa ou cancelada pelo órgão outorgante.

Dessa forma, a padronização para as vistorias se faz necessária já que os fiscais ambientais que compõem o quadro técnico da SMMA possuem formação em diversas áreas e, embora o olhar dos mesmos seja multidisciplinar, as observações de campo devem convergir à totalidade dos aspectos ambientais da atividade e seus potenciais e efetivos impactos ambientais¹³. Para isso, foi criado um checklist capaz organizar a informação necessária à vistoria e viabilizar maior agilidade nos processos.

Cumpre salientar que, atualmente na SMMA, o processo de vistoria se inicia pela avaliação do conteúdo descrito no Memorial de Caracterização requerido para abertura de processo administrativo e que deve ser preenchido e entregue pelo empreendedor, além dos estudos do meio físico e biótico contidos no Termo de Referência. Diante disso, a proposta de criação do checklist foi baseada nos itens do Memorial de Caracterização e do Termo de Referência e tem por objetivo facilitar e padronizar o trabalho dos técnicos quando da vistoria e,

¹³ Aspectos Ambientais são as características intrínsecas a uma determinada atividade que podem gerar um ou mais impactos ambientais. Já o impacto ambiental é o resultado da interação entre o aspecto ambiental (característica da atividade) e o ambiente em que o mesmo está inserido. As ações propostas no âmbito do licenciamento ambiental podem ocorrer sempre sobre o aspecto ou sobre o impacto ambiental, fato que se faz necessário a compreensão e verificação *in loco* de ambos.

como consequência, oferecer maior transparência para o empreendedor sobre as exigências relacionadas ao processo de licenciamento ambiental, visando promover uma melhoria gradual das operações, além de atingir os padrões de excelência almejados pelo órgão ambiental.

Diante disso, o checklist apresenta-se em forma de tabela (Apêndice 3) e contempla as informações básicas sobre a caracterização ambiental e a localização espacial (relacionadas às exigências para obtenção das Licenças Prévia e de Instalação), além das características básicas de operação do empreendimento (relacionadas às exigências das Licenças de Operação e Licença Única). A proposta prevê o preenchimento das informações exigidas pelo técnico ambiental, a fim de facilitar e padronizar o processo de vistoria técnica no campo.

3.1.4 Organização da legislação aplicável

A consolidação da legislação aplicável visa o acesso ágil às legislações aplicável ao licenciamento ambiental municipal, bem como, dar subsídios a melhoria de procedimentos, diretrizes termos de referências e processos formativos que ocorrerão ao longo da execução do projeto. Dessa forma, para os atores envolvidos no licenciamento, o resgate do ordenamento jurídico será facilitado para, por exemplo, elaboração de estudos, pareceres e definição de outros aspectos específicos voltados ao licenciamento ambiental municipal.

A legislação se encontra organizada conforme a esfera da norma – federal, estadual e municipal –, áreas afins – legislação geral, resíduos sólidos, parcelamento de solo, contaminação e poluição, socioeconomia, educação ambiental, biota e legislação esparsa –, bem como do ponto de vista da hierarquia normativa – lei ordinária, decreto, resoluções, portarias, etc. Salienta-se que para a legislação geral foram consideradas aquelas que permeiam todas as áreas e procedimentos do licenciamento e, por sua vez, para a legislação esparsa, as normas que tangenciam o licenciamento ambiental ainda que indiretamente.

Por fim, cumpre destacar que o ordenamento legal será disponibilizado em mídia digital (Apêndice 4), juntamente com os arquivos das normas organizados conforme a numeração das normas disponível nas diferentes tabelas. Dessa forma, o usuário poderá acessar de modo rápido a norma, muitas vezes não encontradas facilmente na web.

4 IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES E CRONOGRAMA

Os produtos aqui apresentados deverão passar por uma fase de testes para verificação de sua eficácia. Dessa forma, todos passarão por ajustes quando da sua aplicação prática for verificada a necessidade. Cumpre salientar que, em todos os produtos, verificou-se a necessidade de consolidar os Termos de Referência - TRs para tipologias de atividades agrupadas conforme semelhança.

Além de melhor execução das atividades concernentes ao licenciamento ambiental, a consolidação dos TRs deverá subsidiar a execução dos demais instrumentos aqui apresentados. Por essa razão, nota-se que os elementos formativos, checklist de vistoria e protocolo de avaliação dos estudos ambientais permeiam a elaboração e fortalecimento dos Termos de Referência, assim como o contrário também se mostra verdadeiro (Figura 1). Não obstante, as próprias entrevistas já evidenciaram esta necessidade, firmando então a consolidação do mesmo para a próxima etapa do projeto.

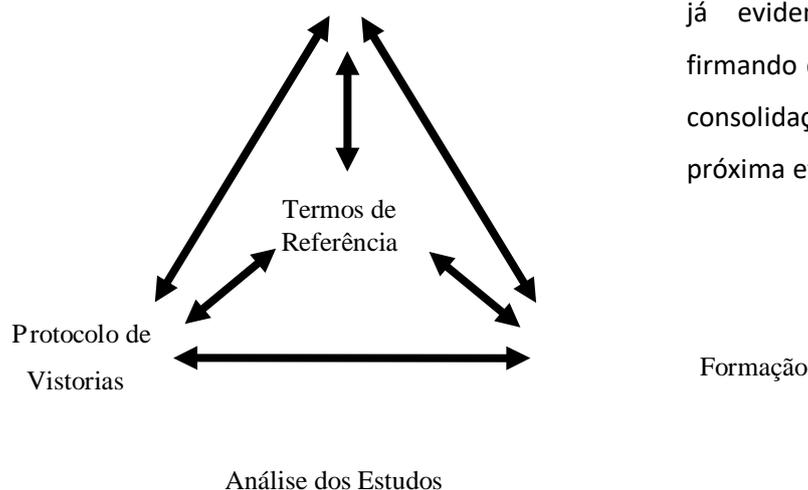


Figura 1 - Triângulo para elaboração dos Termos de Referência

De igual modo, a consolidação de Termos de Referência (TRs) demanda a organização dos empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento municipal por grupos de tipologia o que deve envolver a categorização das atividades por proximidade de impactos, porte e legislação aplicável. Posteriormente, a definição dos procedimentos, normas legais – quando se fizer necessário ampliar o quadro normativo - e consequente elaboração de Termos de Referência serão realizadas para cada grupo de empreendimentos compreendidos em uma mesma tipologia, facilitando tanto o aprimoramento dos checklists, dos protocolos de avaliação de impacto como o conteúdo dos processos formativos. Entende-se que quanto mais padronizado e claro o conteúdo dos termos de referência e os procedimentos associados ao licenciamento

ambiental, melhores são a qualidade do estudo e o atendimento dos prazos necessários ao licenciamento.

Dessa forma, para a segunda fase do projeto, pelo qual deverão ser operacionalizados os processos relativos à formação, checklist de vistoria, protocolo de avaliação dos estudos ambientais, bem como, os TRs, consolidouse o cronograma demonstrado a seguir. Este, contudo, não se encerra no ano de 2017, uma vez que após um primeiro esforço de definição das tipologias, a equipe deverá focar sobre cada uma.

Neste sentido, cumpre esclarecer que cada uma das atividades envolve um docente como ponto focal que desenvolverá o cronograma de forma independente das demais atividades, dando maior agilidade as atividades do projeto. Seria importante, igualmente, que a SMMA definisse um ponto focal na Secretaria para cada uma das atividades com vistas a facilitar o andamento das atividades no período.

		CRONOGRAMA – 2017							
Atividade	Ponto focal	Detalhamento	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1. Formação	Prof. Dra. Karina K. Attisano	1.1. Elaboração de Material Didático		X	X	X	X		
		1.2. Oferta de cursos			X	X	X	X	
		1.3. Definição dos grupos de tipologias		X	X				
2. Checklist	Prof. Dra. Juliana Prevedello	2.1. Aplicação de testes para check list de vistoria		X	X	X			
		2.2. Enquadramento de check list de vistoria conforme grupos de tipologias			X	X			
		2.3. Teste e ajustes finais dos check lists de vistoria				X	X		
3. Protocolo de Análise dos Estudos	Prof. Dr. Eduardo D. Forneck	3.1. Oficinas para discussão de Protocolo Preliminar para Análise dos Estudos Ambientais - EAs junto a SMMA		X	X	X			
		3.2. Análise piloto dos EAs			X	X	X		
		3.3. Oficina de avaliação da análise piloto				X	X		
		3.4. Entrega do protocolo final de análise dos EAs					X	X	
4. Organização das Tipologias e demais procedimentos	Msc. Prof. Carlos A. Seifert	4.1. Sistematização das atividades anteriores de forma a estabelecer os principais impactos, quadro normativo para cada tipologia					X	X	X
		4.2. Delineamento de fluxogramas para cada tipologia						X	X
		4.3. Elaboração dos Termos de Referência							X

REFERÊNCIAS

- BRASIL (1981) – Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União de 2.9.1981, Brasília, DF, Brasil Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm
- ___ (1986) – Resolução CONAMA Nº 01, de 23 de janeiro de 1986 - Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Publicada no Diário Oficial da União de 17.02.1986, Brasília, DF, Brasil Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>
- ___ (1997) – Resolução CONAMA Nº 237, de 19 de Setembro de 1997 - Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. Publicada no Diário Oficial da União de 22.12.1997, Brasília, DF, Brasil Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>
- ___ (2011) – Lei Complementar Nº 140, de 08 de dezembro de 2011 - Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Publicada no Diário Oficial da União de 09.12.2011, Brasília, DF, Brasil Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp140.htm
- CULLEN Jr., L.; RUDRAN, R. & VALLADARES, C. Métodos de Estudos em Biologia da Conservação e Manejo da Vida Silvestre. Editora UFPR. 652p. 2012.
- EISENLOHR, P.; MELO, M. F. de; ANDRADE, L. & MEIRA-NETO, J. Fitossociologia no Brasil Vol. II. Editora da UFV. 2015.
- MILARÉ, E. 2014. Direito do Ambiente. Doutrina, Jurisprudência, glossário. 9. Ed. Rev. Atual e Reform. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1647 p. ISBN 978-85-203-5264-9.
- MORIN, A. Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropologia renovada. Rio de Janeiro/RJ: DP&A, 2004.

RICE, E. W.; BAIRD, R. B.; EATON, A. D. & CLESCERI, L. S. Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater. 22a Edição. American Public Health Association, American Water Works Association and Water Environment Association. 2012

RIO GRANDE (2015) – Lei N° 11.520, de 8 de dezembro de 2015 – Disciplina o licenciamento ambiental no município de Rio Grande, a taxa correspondente, e dá outras providências
Disponível em

http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/arquivos/lei/lei_7.966_-_disciplina_licenciamento_ambiental.pdf

RIO GRANDE DO SUL (2000) – Lei N° 11.520, de 3 de agosto de 2000 – Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências
Disponível em

<http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?idNorma=11&tipo=pdf>

___ (2014) – Resolução CONSEMA N° 288, de 2 de Outubro de 2014 - Atualiza e define as tipologias, que causam ou que possam causar impacto de âmbito local, para o exercício da competência Municipal para o licenciamento ambiental, no Estado do Rio Grande do Sul.
Disponível em <http://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201612/02143312-288-2014resolucao-final-da-102.pdf>

STRAUBE, F. C.; ACCORDI, I. A.; VON MATTER, S.; PIACENTINI, V. de Q. & CÂNDIDO, Jr., J. F. Ornitologia e Conservação: Ciência Aplicada, Técnicas de Pesquisa e Levantamento. Technical Books Editora. 516p. 2010.

SÁNCHEZ, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos. 495 p. 2006.

THIOLLENT. M. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo/SP: Editora Cortez, 2007.

APÊNDICES

Apêndice 1 - Roteiro de Entrevista

1. Quem é você?

Nome:

Formação:

Enquadramento funcional/tempo:

2. Fiscalização e vistorias;

- Em que momento são realizadas as vistorias e/ou fiscalizações, quais os critérios que determinam a sua realização? (Diferença e se é possível executar estes processos)
- Qual o procedimento realizado caso ocorra denuncia sobre o impacto ambiental em empreendimentos licenciados ou não?

3. Procedimentos e estrutura interna;

- Como está organizado o setor de licenciamento da SMMA para além da organização institucional? (setores, departamentos...)
- Como se dá a lógica processual do licenciamento?(Rotina de trabalho) - Em média, quanto tempo um funcionário permanece no setor?(Rotatividade) - De que forma está constituído o quadro técnico da SMMA?
- Existem programas de capacitação interna? (Se sim, qual a periodicidade e quais temas abordados?)
- Você procura capacitação externa? (Por quê?)
- Embora esteja previsto na legislação que sejam exigidos EIA/RIMA e demais estudos a depender do empreendimento, os procedimentos da SMMA possuem vinculação normativa?
 - Existe procedimento documentado que subsidie a análise dos processos?

Se não, como ocorre o mesmo?

- Quais os motivadores do acúmulo de processos?(Recursos humanos/capacidade técnica e/ou materiais)

4. Tipologias (empreendimentos) de Licenciamento;

- Quais as principais dificuldades enfrentadas no licenciamento? (Qualidade de estudo e/ou no enquadramento do empreendimento)
- Quais as tipologias mais complexas e problemáticas, independente do porte?
- Quais leis são comumente utilizadas?

5. Protocolo de pedido de licença;

- Quais as principais dúvidas do empreendedor no processo de solicitação?
- Quais as principais falhas ocorridas nos processos de solicitação?
- Existe um prazo para entrega da documentação na secretaria para confirmar a abertura do processo? Se sim esse prazo é cumprido?
- Qual a limitação de vocês enquanto técnicos dentro do Sislam?(Atribuição e dificuldades)

6. Tipos de licença;

- Quais os tipos de licença que são emitidas pela SMMA?
- Como é feita a renovação das LO e LU? Para LU depende de relatório de condicionantes? (Lei não é clara)

7. Sislam

- O Sislam continua?
- Quais são as falhas encontradas no Sislam do ponto de vista da Secretaria de Meio Ambiente?
- Por que os documentos necessários para licenciamento de atracadouros sempre aparecem independentemente da atividade escolhida?
- Por que existe somente a opção de porte mínimo para algumas atividades, problemas no sistema ou alguma questão legal?
- Como é calculada a taxa de licenciamento e porque não é possível gerar o valor real no Sislam?

- É possível a SMMA realizar atualizações na documentação (TR's, formulários etc...) dispostos no Sislam?
- Em caso de dúvidas do empreendedor é possível visualizar os arquivos anexados antes de enviar a solicitação? (Por quê?)

Apêndice 2 - Protocolo Preliminar de Análise dos Estudos Ambientais
(EIA/RIMA, PCA, PRAD e Laudos de Cobertura Vegetal e de Fauna)

ITEM	EA	1. Caracterização do Projeto	Apresentados (S, N ou NA)	Adequados (S, N ou NA)	Complementações
1	EIA, PCA, PRAD, LCV, LF	Apresentação das necessidades e objetivos do projeto			
2	EIA, PCA, PRAD, LCV, LF	Identificação, Responsabilidade Técnica e Titulação da Equipe Técnica por área de conhecimento do estudo			
3	EIA, PCA, PRAD, LCV, LF	Localização do projeto e seus componentes (WGS84 ou SIRGAS 2000)			
4	EIA, PCA, LCV, LF	Mapeamento das áreas requeridas temporariamente para construções (escala mínima 1:5000)			
5	EIA, PCA, PRAD	Apresentação da planta de situação da gleba (escala mínima 1:5000)			
6	EIA	Apresentação de alternativas locacionais, incluindo a descrição metodológica utilizada para comparação e seleção da melhor área.			
7	EIA	Apresentação de alternativas tecnológicas			
8	EIA	Prognóstico das alternativas locacionais e tecnológicas sem a execução do empreendimento			
9	EIA, PCA	Descrição de todas as atividades envolvidas nas etapas de instalação, planejamento e operação do empreendimento			
10	EIA, PCA	Descrição das atividades envolvidas na desativação das etapas de instalação e operação do empreendimento			
11	PRAD	Descrição das atividades envolvidas na recuperação dos ambientes degradados			

12	EIA, PCA	Apresentação e discussão de todos os tipos e quantidades de materiais e energia necessários para a instalação e operação			
ITEM	EA	1. Caracterização do Projeto	Apresentados (S, N ou NA)	Adequados (S, N ou NA)	Complementações
13	EIA, PCA	Identificação e quantificação do transporte de materiais envolvidos no projeto e o movimento de tráfego envolvido para todas as etapas do projeto até sua desativação			
14	EIA, PCA	Detalhamento dos materiais perigosos usados, estocados ou produzidos pelo projeto para todas as etapas do projeto até sua desativação			
15	EIA, PCA	Identificação e quantificação de todos os tipos de resíduos sólidos gerados pelo projeto (Incluindo resíduos de construção e demolição, subprodutos, resíduos domésticos e comerciais, resíduos de limpeza, etc.) em todas etapas até sua desativação			
16	EIA, PCA	Indicação dos métodos de coleta, estocagem, tratamento, transporte e disposição de resíduos sólidos			
17	EIA, PCA	Identificação e quantificação de todos os tipos de efluentes líquidos e resíduos líquidos gerados pelo projeto (Incluindo os sítios de drenagem e escoamento superficial, água de processo, efluentes tratados, água de resfriamento de processo) em todas etapas até sua desativação			
18	EIA, PCA	Indicação dos métodos de coleta, estocagem, tratamento, transporte e disposição de efluentes líquidos e resíduos líquidos			
19	EIA, PCA	Identificação e quantificação de todos os tipos de emissões gasosas geradas pelo projeto (Incluindo resíduos de construção e demolição, subprodutos, resíduos domésticos e comerciais, resíduos de limpeza, etc.) em todas etapas até sua desativação			
20	EIA, PCA	Indicação dos métodos de coleta, estocagem, tratamento, transporte e descarga dessas emissões			
ITEM	EA	1. Caracterização do Projeto	Apresentados (S, N ou NA)	Adequados (S, N ou NA)	Complementações
21	EIA, PCA	Identificação e quantificação dos particulados em suspensão em todas as etapas do projeto até sua desativação			
22	EIA, PCA	Identificação e quantificação dos ruídos em todas as etapas do projeto até sua desativação			
23	EIA, PCA	Identificação dos riscos potenciais para acidentes em todas as etapas do projeto até sua desativação			

24	EIA, PCA	Indicação de medidas de prevenção e controle de acidentes e eventos anormais			
25	EIA, PCA	Levantamento da legislação relativa ao empreendimento			
26	EIA, PCA, LCV, LF	Indicação dos Planos e Programas governamentais relacionados com o empreendimento, em especial do Zoneamento Ecológico-Econômico e Plano de Bacia Hidrográfica			
27	EIA, PCA, LCV, LF	Adequabilidade do projeto aos instrumentos de gestão ambiental urbana, em especial do Plano Diretor e Plano Ambiental			
28	EIA, PCA	Apresentação do cronograma de planejamento, instalação, operação e desativação do empreendimento			
29	PRAD	Apresentação do cronograma de das atividades relacionadas com a implantação e o monitoramento da recuperação dos ambientes degradados			
30	PRAD	Detalhamento da terraplanagem, volume de material a ser movimentado, declividade e estabilidade dos taludes e drenagem			
31	PRAD	Descrição da preparação de solo, implantação de vegetação nativa da região com informações qualitativa e quantitativa das espécies vegetais a serem introduzidas, bem como seu manejo, monitoramento localização e época de plantio			
ITEM	EA	1. Caracterização do Projeto	Apresentados (S, N ou NA)	Adequados (S, N ou NA)	Complementações
32	PRAD	Adequação paisagística da área e proposição para uso futuro, quando da conclusão da recuperação de área			
		2. Diagnóstico			
33	EIA	Delimitação das Áreas de Influência do empreendimento (ADA, AID e AII) considerando as bacias hidrográficas em todos os casos, conforme Resolução CONAMA 001/1986, especialmente nos meios físico e biótico			
34	EIA	Justificativa para delimitação das Áreas de Influência do empreendimento para cada um dos componentes do meio físico, biótico e antrópico)			
35	EIA	Apresentação dos procedimentos de coleta de dados e modelagens numéricas para caracterização do meio físico contendo plano amostral e descrição dos modelos utilizados			
36	LCV, LF	Descrição do meio físico (geologia, geomorfologia, solos, recursos hídricos, clima e oceanografia) da área do empreendimento			

37	EIA	Mapeamento do meio físico (geologia, geomorfologia, solos, recursos hídricos, clima e oceanografia) nas Áreas de Influência do empreendimento			
38	PRAD	Identificação e caracterização dos mananciais hídricos próximos (dimensão e vazão) e respectiva bacia, visando a avaliação das condições qualitativas e quantitativas destes recursos			
39	EIA	Mapeamento hipsometria e declividade nas Áreas de Influência do empreendimento			
40	EIA	Análise da permeabilidade e potencial de erosão do solo Áreas de Influência do empreendimento			
41	EIA	Análise físico-química dos solos nas AID e ADA a partir de amostragens representativas e mapeadas em escala adequada (mínimo de 1:5000)			
ITEM	EA	1. Caracterização do Projeto	Apresentados (S, N ou NA)	Adequados (S, N ou NA)	Complementações
42	PRAD	Descrição da situação atual da configuração topográfica, susceptibilidade das superfícies à erosão, pilhas ou leques de rejeitos, caracterização dos estêreis e dos solos, bem como suas relações com a geologia e geomorfologia local			
43	EIA	Análise do Índice de Qualidade da Água (IQA) dos corpos d'água das AID e ADA a partir de amostragens representativas e mapeadas em escala adequada (mínimo de 1:5000) dos parâmetros da Resolução CONAMA 357/2005			
44	EIA	Análise da concentração de metais pesados nos corpos d'água nas AID e ADA a partir de amostragens representativas e mapeadas em escala adequada (mínimo de 1:5000)			
45	EIA	Análise da concentração de Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) nos corpos d'água das AID e ADA a partir de amostragens representativas e mapeadas em escala adequada (mínimo de 1:5000)			
46	EIA	Descrição das condições das correntes atmosféricas na Área de Influência do empreendimento, destacando a qualidade do ar			
47	EIA	Modelagem de dispersão de poluentes na atmosfera nas Áreas de Influência do empreendimento			
48	EIA	Mapeamento das classes de uso e cobertura vegetal da área do projeto e dos lotes do entorno imediato (escala mínima 1:5000)			
49	LCV	Mapeamento das classes de uso e cobertura vegetal da área do projeto e dos lotes do entorno imediato (escala mínima 1:5000)			
50	LCV, LF	Indicação dos biomas existentes na área do empreendimento			

51	EIA	Mapeamento das Áreas de Influência do empreendimento em relação ao Mapa dos Biomas (IBGE, 2004)			
ITEM	EA	1. Caracterização do Projeto	Apresentados (S, N ou NA)	Adequados (S, N ou NA)	Complementações
52	LCV, LF	Caracterização da vegetação natural potencial e suas fitofisionomias na área do empreendimento com registro fotográfico			
53	EIA	Caracterização da vegetação natural potencial e suas fitofisionomias nas Áreas de Influência do empreendimento com registro fotográfico			
54	LCV, LF	Descrição dos ecossistemas circunscritos à área do empreendimento com registro fotográfico			
55	PRAD	Indicação e justificativa para escolha das técnicas de recuperação da cobertura vegetal de todas as classes de vegetação			
56	PRAD	Descrição e mapeamento dos ecossistemas circunscritos à área do empreendimento com registro fotográfico (escala mínima 1:5000)			
57	EIA	Descrição dos ecossistemas circunscritos à ADA com registro fotográfico			
58	LCV	Mapeamento das classes de cobertura vegetal e seus estágios sucessionais na área do empreendimento (CONAMA 33/94; CONAMA 417/09)			
59	EIA	Mapeamento das classes de cobertura vegetal e seus estágios sucessionais nas Áreas de Influência do empreendimento (CONAMA 33/94; CONAMA 417/09)			
60	EIA, LCV	Indicação de metodologia, destacando os critérios de escolha do local de amostragem, os equipamentos, o esforço amostral e o período de condução da amostragem da vegetação			
61	EIA, LCV	Análise fitossociológica e florística das classes de cobertura vegetal (censo em fragmentos com até 1ha) a partir de metodologia adequada			
62	EIA, LCV	Análise fitossociológica e florística das classes de cobertura vegetal (por amostragem em fragmentos maiores que 1ha) a partir do uso de metodologia adequada			
ITEM	EA	1. Caracterização do Projeto	Apresentados (S, N ou NA)	Adequados (S, N ou NA)	Complementações
63	EIA, LCV	Análise da suficiência amostral para vegetação em fragmentos maiores que 1ha			
64	EIA, LCV	Levantamento de outros componentes de flora (epífitas, trepadeiras, arbustos e ervas) com metodologia indicada			

65	EIA, LCV	Destaque das espécies indicadoras da qualidade ambiental, endêmicas, raras, ameaçadas de extinção, invasoras, de importância econômica e científica da flora			
66	EIA, LCV	Análise das características fitogeográficas da flora registrada			
67	EIA, LCV	Análise das características ecológicas da flora registrada (sistemas de dispersão e de polinização)			
68	EIA, LCV	Indicação dos herbários e do número de registro das espécies da flora encontradas nas amostragens			
69	LF	Caracterização da avifauna e da ictiofauna (quando de ambientes aquáticos) na área do empreendimento com registro fotográfico			
70	EIA	Caracterização da fauna (vertebrados e invertebrados) na área do empreendimento com registro fotográfico			
71	EIA, LF	Indicação de metodologia, destacando os critérios de escolha do local de amostragem, os equipamentos, o esforço amostral e o período da amostragem de fauna			
72	EIA, LF	Análise da suficiência amostral para fauna			
73	EIA, LF	Destaque das espécies indicadoras da qualidade ambiental, endêmicas, raras, ameaçadas de extinção, invasoras, de importância econômica, epidemiológica (saúde pública) e científica da fauna			
74	EIA, LF	Análise da estrutura trófica da fauna registrada			
ITEM	EA	1. Caracterização do Projeto	Apresentados (S, N ou NA)	Adequados (S, N ou NA)	Complementações
75	EIA, LF	Indicação dos museus e do número de registro das espécies da fauna encontradas nas amostragens			
76	EIA	Análise das interações flora-flora, flora-fauna e fauna-fauna			
77	EIA	Análise das interações flora-flora, flora-fauna e fauna-fauna			
78	LCV	Mapeamento e caracterização das Áreas de Preservação Permanente (APPs) na área do empreendimento			
79	EIA	Mapeamento e caracterização das Áreas de Preservação Permanente (APPs) nas Áreas de Influência do empreendimento			
80	PRAD	Mapeamento e caracterização das Áreas de Preservação Permanente (APPs) No entorno imediato dos ambientes a serem recuperados			
81	EIA	Indicação dos serviços de moradia e provisão para os trabalhadores temporários e permanentes envolvidos no projeto			

82	PRAD	Identificação de Áreas Protegidas num raio de 10km e áreas de Reserva Legal de propriedades rurais no entorno imediato dos ambientes a serem recuperados			
83	PRAD	Descrição da mão-de-obra direta empregada em cada uma das fases do projeto			
84	EIA	Apresentação dos procedimentos de pesquisa para coleta de dados socioeconômicos envolvendo as fontes consultadas; grupos sociais entrevistados; critérios de seleção dos entrevistados; tipos de entrevistas contendo os roteiros; procedimentos de análise de dados.			
85	EIA	Uso de metodologias participativas para caracterização do meio socioeconômico, prognóstico de impactos e definição de medidas de mitigação e monitoramento			
ITEM	EA	1. Caracterização do Projeto	Apresentados (S, N ou NA)	Adequados (S, N ou NA)	Complementações
86	EIA	Caracterização de grupos populacionais que venham a sofrer deslocamento compulsório quando da instalação do empreendimento			
87	EIA	Caracterização de grupos populacionais situadas no entorno do empreendimento			
88	EIA	Caracterização das populações tradicionais existentes na área de influência incluindo os recursos ambientais dos quais dependem para sua sobrevivência			
89	EIA	Mapeamento da localização das comunidades tradicionais e de suas relações de dependência como o uso dos recursos naturais			
90	EIA	Caracterização da dinâmica socioeconômica da AID, contendo as principais atividades econômicas e existência de sazonalidade das atividades			
91	EIA	Descrição dos equipamentos e serviços públicos presentes na AID, contendo uma análise qualitativa de tais serviços (educação, saúde, saneamento ambiental, transporte, segurança, moradia)			
92	EIA	Caracterização do patrimônio histórico, conforme metodologia do IPHAN			
93	EIA	Caracterização do patrimônio arqueológico conforme metodologia do IPHAN			
94	EIA	Caracterização dos impactos que incidem sobre a saúde da população			
95	EIA	Mapeamento das Unidades de Conservação (UCs) nas Áreas de Influência do Empreendimento, contendo o grau de implementação de cada uma delas			
96	EIA	Apresentação de uma análise integrada estabelecendo a relação do meio físico, biótico e socioeconômica			

97	EIA	Apresentação do cronograma de atividades do empreendimento confrontando com períodos críticos ambientais (para cada um dos meios) e a janela ambiental do empreendimento			
ITEM	EA	1. Caracterização do Projeto	Apresentados (S, N ou NA)	Adequados (S, N ou NA)	Complementações
98	EIA	Apresentação da análise e gerenciamento de riscos devido a presença de substâncias nocivas ou perigosas			
		3. Avaliação Impactos Ambientais			
99	EIA	Apresentação dos métodos selecionados para avaliação de impacto ambiental, sendo necessário a aplicação de ao menos dois métodos			
100	EIA	Identificação dos aspectos e impactos ambientais gerados na fase de planejamento, implantação e operação			
101	EIA	Mensuração dos impactos ambientais, para o meio físico, biótico e socioeconômico			
102	EIA	Descrição dos efeitos cumulativos e sinérgicos			
103	EIA	Descrição do encadeamento de impactos que incidem sobre mais de um dos meios			
104	EIA	Caracterização dos impactos gerados sobre grupos sociais específicos, em especial àqueles mais vulneráveis			
105	EIA	Identificação de aspectos do empreendimento que envolvem a violação dos direitos humanos			
106	EIA	Descrição da distribuição dos ônus e dos bônus dos empreendimentos sobre o meio sócioeconômico considerando as assimetrias sociais das Áreas de Influência do empreendimento, conforme CONAMA 001/1986			
		4. Plano de Gestão (Medidas de Monitoramento, Mitigação, Compensação e Indenização)			
107	EIA, PCA	Definição de medidas de monitoramento, mitigação, compensação e indenização para os aspectos e/ou impactos ambientais mais significativos sobre os meios físico, biótico e socioeconômico			
ITEM	EA	1. Caracterização do Projeto	Apresentados (S, N ou NA)	Adequados (S, N ou NA)	Complementações
108	EIA, PCA	Análise sobre a relação entre as medidas propostas e os aspectos e impactos ambientais gerados pelo empreendimento			
108	EIA, PCA	Utilização do triângulo de hierarquia de mitigação para proposição para o manejo dos impactos ambientais			

109	EIA, PCA	Detalhamento das medidas na forma de projetos que contemplam objetivos, metas, ações com cronograma de atividades compatível ao cronograma do empreendimento			
110	EIA, PCA	Apresentação das ações dos projetos com metodologias focadas e direcionadas à mitigação dos impactos			
111	EIA, PCA	Apresentação de indicadores para monitoramento dos impactos ao longo do tempo			
112	EIA, PCA	Apresentação de medidas indenizatórias quando do deslocamento de grupos populacionais, ainda na etapa prévia do empreendimento			
113	EIA, PCA	Previsão de suspensão das atividades de instalação quando de períodos reprodutivos ou outros de relevância ecológica para espécies ameaçadas de extinção, endêmicas e raras, ou de atividades socioeconômicas temporais, relevantes			
114	EIA, PCA	Previsão da implementação de Projetos de Educação Ambiental conforme a Política Nacional de Educação Ambiental			
115	EIA, PCA	Previsão de compensação ambiental para os impactos ambientais não mitigados (ou insuficientemente mitigados) ou não eliminados, conforme Resolução CONAMA 371/2006			
116	EIA, PCA	Apresentação de Plano de Emergência Individual quando da utilização de substâncias nocivas ou perigosas			
5. Conclusões					
ITEM	EA	1. Caracterização do Projeto	Apresentados (S, N ou NA)	Adequados (S, N ou NA)	Complementações
117	EIA	Posicionamento técnico sobre a viabilidade ambiental do empreendimento a partir do prognóstico dos impactos gerados pelo empreendimento			

Apêndice 3 - Checklist de vistoria

1) Diagnóstico Ambiental da gleba (Licença Prévia e Licença de Instalação)

	Análise in loco			Observações
	SIM	NÃO	NA	
				Informações relevantes em campo
1. Existe banhado, área de inundação, nascentes, dunas?				
2. Existe curso d'água, lago, lagoa?				
3. Existe reservatório natural de água (açude, barragem)?				

4. As Áreas de Preservação Permanentes, constantes no laudo da cobertura vegetal atendem as demandas da Resolução CONAMA Nº 303/2002 e Nº 341/2003?				
5. Existe vegetação nativa, exótica e/ou invasora?				
6. Existem espécies vegetais raras, endêmicas, ameaçadas de extinção ou imunes ao corte?				
7. Existe vegetação primária, secundária ou em regeneração (Estágio inicial, médio ou avançado) (Resolução CONAMA nº 33/94)?				
8. Existem unidades de conservação num raio de dez (10) km? Quais UCs?				
9. Existe fauna nativa (aves e mamíferos) e fauna exótica? ameaçada de extinção, em perigo ou vulnerável?				
10. Existe espécies da fauna ameaçadas de extinção, criticamente em perigo, em perigo ou vulneráveis (Decreto Estadual nº 41.672/02 e Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente nº 03/03)?				
	Análise in loco			Observações
	SIM	NÃO	NA	Informações relevantes em campo
11. Existem locais de refúgio, alimentação, reprodução ou dessedentação da fauna nativa ou aves migratórias?				
12. Existem corredores ecológicos ocorrentes na gleba ou no seu entorno?				
13. Existe corpo receptor de efluentes líquidos na gleba (enquadramento conforme Resolução Conama 357/2005)? Em qual Bacia Hidrográfica e Sub-bacia Hidrográfica se enquadra?				
14. Existe risco à estabilidade do terreno? Há sinais de erosão?				
15. Para construção do empreendimento, ocorrerá a supressão da vegetação na área? Há sinais de supressão ou necessidade de executá-la?				
16. Existe descrição da avaliação de possíveis impactos socioambientais e estruturais na vizinhança, bem como medidas mitigadoras e compensatórias para os possíveis danos?				
17. Existe autorização prévia em caso de destinação final de águas subterrâneas expedida pela SMMA?				
18. Existe declaração da CORSAN atestando a viabilidade de abastecimento de água no local do empreendimento?				

19. Há rede coletora de esgotos sanitários da CORSAN no local do empreendimento? Qual será o sistema de tratamento de efluentes líquidos domésticos dos canteiros de obras?				
	Análise in loco			Observações
	SIM	NÃO	NA	Informações relevantes em campo
20. Existe identificação, descrição e caracterização dos impactos ambientais que advirão da implantação do empreendimento? Os impactos ambientais estão de acordo com observado em campo?				
21. Existem propostas de medidas mitigadoras e compensatórias suficientes aos impactos identificados?				
22. A informações constantes no Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos da Construção Civil (PGRSC) e do canteiro de obras estão adequadas as observações no campo?				
23. Existe Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA para atender as características do empreendimento (NR 9/1994)?				
24. Existe Plano de Emergência contra Incêndio para atender as características do empreendimento (LC Estadual 14.376/2013)?				

2) Diagnóstico Tático e Operacional do empreendimento (Licença de Operação e Licença Única)

	Análise in loco			Observações
	SIM	NÃO	NA	Informações relevantes em campo
1. Existem informações sobre o uso da água no empreendimento (efluente doméstico e efluente industrial)? As informações estão adequadas para atender as características do empreendimento?				
2. O croqui da região do empreendimento contém informações indicando o tipo de infraestrutura (processo produtivo; localização das aberturas (janelas, portas, etc.); equipamentos de produção; equipamentos de proteção ambiental e equipamentos auxiliares (caldeiras); locais de armazenamento (matérias-primas, combustíveis e outros); localização dos pontos de drenagem; geração e direcionamento de efluentes líquidos (águas pluviais, rede pública de esgoto, sumidouros, arroios e outros) e pontos de entrada dos efluentes nos coletores?				

3. Existem informações sobre as matérias-primas utilizadas na produção (tipo; local de armazenagem; quantidade consumida/mês; forma de armazenamento)?				
4. Existem informações sobre equipamentos utilizados na produção (tipo; quantidade; capacidade nominal; potência (w))?				
5. Existem informações sobre produtos fabricados (produto final; quantidade produzida/mês; forma de acondicionamento)?				
6. Existem informações sobre o sistema de tratamento e destinação dos efluentes líquidos domésticos (fossa séptica; fossa séptica e sumidouro; poço negro; não possui sistema; outros)? Qual a destinação (rede pública; poço; rio, arroio,				
	Análise in loco			Observações
	SIM	NÃO	NA	Informações relevantes em campo
lago; outros)?				
7. Caso a indústria gere efluentes líquidos industriais, em quais etapas serão geradas e o volume/mês? Qual será o tipo de sistema de tratamento?				
8. Existem informações sobre a vazão total de efluente líquidos industriais lançados (vazão média (m ³); quantidade/ dia; quantidade/ mês; batelada (dias/semana))?				
9. Existem informações sobre o tipo e localização de medidor de vazão para os efluentes líquidos industriais gerados?				
10. Existem informações sobre a forma de destinação final (rede pública; solo; rio, arroio, lago, etc (corpo hídrico próximo, mesmo que não sejam enviados efluentes para o mesmo); outros) e/ou reaproveitamento dos efluentes gerados?				
11. Existem informações sobre o tipo (estado físico) e quantidade (unidade de medida adequada) de emissões atmosféricas lançadas?				
12. Existem informações sobre equipamentos geradores de emissões atmosféricas (tipo de combustível; quantidade consumida/dia; tipo de controle) e período de funcionamento (duração média (hora/dia); última inspeção; número da ART do técnico responsável)?				
13. Existem informações sobre os equipamentos geradores de				
	Análise in loco			Observações
	SIM	NÃO	NA	Informações relevantes em campo

ruídos (quantidade de equipamentos e período de funcionamento)?				
14. Existem informações sobre a geração e destinação final de resíduos sólidos (tipo; quantidade/mês; segregação interna; acondicionamento interno; armazenamento (temporário e permanente); empresa transportadora e licença ambiental da mesma; destinação final)?				
15. Existem informações sobre a geração e destinação final de resíduos sólidos industriais (tipo; quantidade/mês; segregação interna; acondicionamento interno; armazenamento (temporário e permanente); empresa transportadora e licença ambiental da mesma; destinação final)?				

Apêndice 4 – Organização da legislação aplicável ao licenciamento ambiental municipal (em meio digital).

i. Expressão utilizada pelo autor para citar os governos de cunho integrado por ideais fascistas, militares e burgueses.